

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG Nº 001/2015

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG, no uso das suas atribuições, torna pública a realização de Concurso Público para provimento de vagas e a formação de cadastro de reserva para contratação pela Empresa, sob regime da CLT, mediante as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Concurso Público destina ao preenchimento das vagas existentes nos cargos: Assistente Administrativo II, Auxiliar Técnico – Suporte em Informática, Produtor de VT e Audiovisuais, Extensionista Agropecuário I, Extensionista Agropecuário II, Extensionista de Bem Estar Social II, Assistente Técnico I, Analista de Sistemas I, Auditor e Assessor Jurídico, bem como à formação de cadastro de reserva de vagas que vierem a surgir ou que forem criadas dentro do prazo de validade deste certame.

1.2. O concurso será regido por este edital e executado pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Fundação Renato Azeredo (FRA), localizada à Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, Telefone: (31) 3319-8700, endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br e e-mail comunicacao@gestaoconcurso.com.br.

1.3. O concurso público será realizado em etapa única, por meio de Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório para todos os cargos, que acontecerão na mesma data, sob a responsabilidade da FRA

1.4. A avaliação pré-admissional de saúde, de caráter eliminatório, obedecendo ao disposto na NR-07, do Ministério do Trabalho e Emprego será de responsabilidade da EMATER-MG.

1.5. A avaliação pré-admissional de saúde compreenderá de exames básicos, para todos os candidatos aprovados e classificados, dentro do número de vagas oferecidas, bem como de exames específicos, de acordo com o cargo.

1.6. As Provas Objetivas serão realizadas, simultaneamente, em Belo Horizonte, Alfenas, Curvelo, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba e Viçosa.

1.7. Os candidatos nomeados estarão subordinados ao Regime de Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, iniciando-se com contrato de experiência de 90 (noventa) dias.

1.8. O local de trabalho será de acordo com a opção de cargo, macrorregião e cidade escolhida pelo candidato no ato da inscrição, de acordo com o ANEXO IV deste Edital.

1.8.1. Nos termos do parágrafo 1º, do Artigo 469, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a critério exclusivo da Empresa poderá o empregado ser transferido do seu local de trabalho para atender real necessidade de serviço, sem obrigatoriedade de modificação salarial, de qualquer natureza.

1.9. A jornada de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

1.10. Os benefícios concedidos são aqueles aprovados pela Diretoria da EMATER-MG e podem sofrer alteração a qualquer momento, mediante normas da EMATER-MG ou Acordo Coletivo de Trabalho. Os benefícios atuais são os seguintes:

- a) Plano de saúde, em regime de coparticipação;
- b) Plano odontológico;
- c) Previdência privada, em regime de coparticipação;
- d) Seguro de vida em grupo, em regime de coparticipação;
- e) Vale alimentação e/ou vale refeição, nos termos da legislação pertinente e no Acordo Coletivo vigente.

2. DOS CARGOS E VAGAS

2.1. Os cargos objetos desse Concurso Público, o código dos cargos, funções, salários, atribuições e requisitos básicos, bem como os locais de realização das provas e das vagas, constam dos ANEXOS I, II e III.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

3.1. Ser aprovado no concurso público e classificado nos termos deste Edital.

3.2. Ter a nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal.

3.3. Estar em gozo dos direitos políticos e civis.

3.4. Estar quite com as obrigações militares, em caso de candidato do sexo masculino.

3.5. Estar quite com as obrigações eleitorais.

3.6. Possuir os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme ANEXO I deste Edital.

3.7. Ter idade mínima de dezoito anos completos na data da admissão.

3.8. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo para o qual se inscreveu, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais.

3.8.1. Para tanto, deve ter sido considerado apto nos exames admissionais realizados por profissionais da EMATER-MG ou por ela indicados.

3.9. Cumprir as determinações deste edital.

3.10. Apresentar Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Não será aceita a apresentação de protocolo. Os cargos para as quais se exige essa apresentação e as respectivas categorias encontram-se descritas no ANEXO I.

3.11. O encaminhamento para os exames médicos, de caráter eliminatório, somente será efetuado se o candidato comprovar os requisitos do cargo estabelecidos no ANEXO I deste Edital.

3.12. O candidato deverá declarar, na solicitação de inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

3.13. Perderá o direito à investidura no cargo/FUNÇÃO o candidato que, na data da admissão, não comprovar os requisitos elencados no ANEXO I.

4. CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Disposições Gerais:

4.1.1. Às pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do art. 37 da Constituição da República e na Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, é assegurado o direito de inscrição para os cargos/funções em Concurso Público cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência que possuem.

4.1.2. Das vagas destinadas ao cargo e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade deste Concurso Público, 10% (dez por cento) serão reservadas a candidatos com deficiência, na forma prevista na Lei Estadual nº 11.867, de 28 de julho de 1995 e no Decreto Estadual nº 42.257, de 15 de janeiro de 2002.

4.1.3. Caso a aplicação do percentual de 10% (dez por cento) resulte em número fracionado, arredondar-se-á a fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro subsequente e a fração inferior a 0,5 (cinco décimos) para o número inteiro anterior.

4.1.4. As vagas reservadas aos candidatos com deficiência que não forem providas por falta de candidatos classificados no Concurso Público, ou aprovados na perícia médica, serão preenchidas pelos candidatos de ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.

4.1.5. Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida no art. 4º do Decreto Federal nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamentou a Lei nº. 7.853, de 1989, com as alterações advindas do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, bem como a Súmulas 377 e 552 do STJ.

4.1.6. As deficiências dos candidatos, admitida a correção por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

4.1.7. O candidato com deficiência, ao se inscrever no concurso público, deverá observar a compatibilidade das atribuições e aptidões do cargo/função ao qual pretende concorrer com a deficiência que possui.

4.1.8. Os candidatos com deficiência, resguardadas as condições previstas no Decreto Federal n. 3.298/1999, particularmente em seu art. 40, participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.

4.1.9. A 1ª (primeira) admissão de candidato com deficiência classificado deverá ocorrer quando da 5ª (quinta) vaga de cada cargo/função contemplada neste Edital. As demais admissões ocorrerão na 15ª (décima quinta), 25ª (vigésima quinta), 35ª (trigésima quinta) vagas e assim por diante, durante o prazo de validade deste Concurso Público.

4.1.10. A divulgação do resultado final deste Concurso Público será feita em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos - ampla concorrência, inclusive com o nome dos candidatos com deficiência e, a segunda, somente a classificação dos candidatos que concorrem às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

4.1.11. O candidato que, após a avaliação médica, não for considerado deficiente nos termos do Decreto Federal nº 3.298/99, alterado pelo Decreto Federal 5.296/04, bem como as Súmulas 377 e 552 do STJ permanecerá somente na lista de ampla concorrência de classificação do cargo/função para o qual se inscreveu.

4.2. Procedimentos para inscrição dos candidatos com deficiência

4.2.1 O candidato com deficiência, durante o preenchimento do Requerimento Eletrônico de Inscrição ou da Ficha Eletrônica de Isenção, além de observar os procedimentos descritos no item 5 e seus subitens deste Edital, deverá proceder da seguinte forma:

- a) informar se é deficiente;
- b) selecionar o tipo de deficiência;
- c) especificar a deficiência;
- d) informar se necessita de condições especiais para a realização das provas;
- e) manifestar interesse em concorrer às vagas destinadas aos deficientes;

4.2.2. O candidato com deficiência que não preencher os campos específicos do “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou da “Ficha Eletrônica de Isenção” e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

4.2.3. O candidato com deficiência que desejar concorrer apenas às vagas reservadas para ampla concorrência poderá fazê-lo por opção e responsabilidade pessoal, informando a referida opção no Requerimento Eletrônico de Inscrição ou na Ficha Eletrônica de Isenção, não podendo, a partir de então, concorrer às vagas, reservadas para pessoas com deficiência, conforme disposição legal.

4.2.4. No prazo do período de Inscrições ou do período de Requerimento de Isenção, os candidatos com deficiência, que queiram concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência, deverão enviar o laudo de médico especialista, emitido nos últimos 6 (seis) meses, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente na Classificação Internacional de Doenças – CID 10, bem como provável causa da deficiência.

4.2.4.1. O laudo médico citado no item 4.2.4 deste Edital deverá expressar, obrigatoriamente, a categoria em que se enquadra a pessoa com deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto Federal n. 3.298/1999 e suas alterações.

4.2.4.2. O laudo médico apresentado terá validade somente para este Concurso Público e não será devolvido.

4.2.5. O laudo médico de que trata o item 4.2.4 deverá ser:

- a) Postado nas Agências dos Correios, via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), com custo por conta do candidato, e endereçado à Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso, à Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte/MG, CEP 31744-108. Nesse caso, para sua validade, prevalecerá a data da postagem, ou
- b) Protocolado na Fundação Renato Azeredo / Gestão Concurso na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte/MG, CEP 31744-108, nos dias úteis, das 09h às 11h ou das 13h às 17h.

4.2.6. O Laudo Médico deverá ser entregue em envelope fechado, tamanho ofício, contendo na parte externa e frontal do envelope os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG – EDITAL nº 001/2015
REF. LAUDO MÉDICO
NOME COMPLETO DO CANDIDATO/ N° DE INSCRIÇÃO

4.2.7. O laudo será submetido à avaliação específica destinada a verificar a existência de deficiência declarada, observado o Decreto Federal 3.298 de 20/12/99, alterado pelo Decreto Federal 5.296 de 02/12/04, bem como as Súmulas 377 e 557 do STJ e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo/especialidade para o qual se inscreveu.

4.2.8. O candidato que não enviar o laudo médico dentro do prazo definido no item 4.2.4 terá seu nome excluído da lista de aprovados para deficientes, permanecendo na lista geral de classificados do cargo que se inscreveu.

4.2.9. Será assegurado ao candidato a realização de perícia por junta médica, quando se fizer necessária a comprovação da deficiência, podendo a junta médica solicitar avaliação de um especialista na área da respectiva deficiência. O resultado terá caráter eliminatório.

4.2.10. Todos os procedimentos de avaliação e perícia a que se referem os itens 4.2.7 e 4.2.9 ocorrerão sem qualquer ônus para o candidato.

4.3. Outras disposições para inscrição dos candidatos com deficiência

4.3.1. O candidato com deficiência poderá requerer, no ato da inscrição ou no momento do pedido de isenção da taxa de inscrição, atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas, conforme previsto artigo 40, parágrafos 1º e 2º, do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações.

4.3.2. O candidato com deficiência deverá assinalar, no “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou na “Ficha Eletrônica de Isenção”, nos respectivos prazos, a condição especial de que necessitar para a realização da prova, quando houver.

4.3.3. O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá encaminhar requerimento por escrito, datado e assinado, acompanhado de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, que justificará a necessidade do tempo adicional solicitado pelo candidato, nos termos do § 2º do art. 40, do Decreto Federal nº 3.298/1999, até o término do período das inscrições.

4.3.4. Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braile ou Fiscal Ledor, serão oferecidas provas no sistema em Braile ou Fiscal Ledor.

4.3.5. Aos deficientes visuais (amblíopes), que solicitarem prova especial ampliada, serão oferecidas provas com tamanho de letra correspondente a corpo 24.

4.3.6. A falta de solicitação de tratamento diferenciado no Requerimento de Inscrição implicará em sua não concessão, seja qual for o motivo alegado, e o candidato realizará a prova nas mesmas condições dos demais candidatos.

4.3.7. A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada pelo candidato será avaliada durante o período de experiência, na forma estabelecida no § 2º do art. 43 do Decreto nº 3.298/99 e suas alterações.

4.3.8. O candidato com deficiência que, no decorrer do período de experiência, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo terá o contrato de trabalho rescindido.

5. DA INSCRIÇÃO

5.1. Antes de efetuar o procedimento de inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus Anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

5.2. O candidato somente poderá concorrer para um cargo (carreira funcional), observando o local de trabalho do mesmo.

5.2.1. Para o candidato, isento ou não, que efetivar mais de uma inscrição, será considerada válida somente a última inscrição efetivada, sendo entendida como efetivada a inscrição paga ou isenta. Caso haja mais de uma inscrição paga em um mesmo dia, será considerada a última inscrição efetuada.

5.3. As vagas para os cargos de Assistente Administrativo II, Extensionista Agropecuário I e II e Extensionista de Bem Estar Social II são oferecidas por macrorregião, devendo o candidato observar no ANEXO III os municípios que integram cada uma delas.

5.4. O candidato deverá possuir Cadastro de Pessoa Física – CPF e, obrigatoriamente, cédula de identidade, com número de registro geral, emitida por órgão do Estado de origem, cujos números deverão ser informados em campos próprios constantes do Requerimento de Inscrição, sem os quais a inscrição não poderá ser efetuada.

5.5. A inscrição será efetuada via INTERNET, mediante o preenchimento do “Requerimento Eletrônico de Inscrição”, no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, das 09 horas do **dia 1º de março de 2016 às 22 horas do dia 06 de abril de 2016** (horário de Brasília), devendo o candidato adotar os seguintes procedimentos:

- a) ler atentamente o Edital;
- b) preencher o “Requerimento Eletrônico de Inscrição”, indicando o cargo, conforme ANEXO II deste Edital;
- c) escolher o Cargo, observando o local de trabalho ou a macrorregião, conforme ANEXO II, respectivamente;
- d) escolher o Local de Prova, conforme ANEXO II deste Edital;
- e) confirmar os dados cadastrados, transmitindo-os pela internet;
- f) gerar e imprimir o boleto bancário para pagamento do valor da taxa de inscrição;
- g) efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o **dia 07 de abril de 2016**, na forma do item 5.7 e subitens.

5.5.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, a Fundação Renato Azeredo, no período a que se refere o item 5.5, disponibilizará em sua sede, na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, nos dias úteis, das 09h às 11h ou das 13h às 17h, posto de inscrição presencial com computador e impressora.

5.6. A Fundação Renato Azeredo e a EMATER-MG não se responsabilizam, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por inscrições não recebidas por falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falhas de impressão, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e a impressão do boleto bancário.

5.7. Não será admitido, sob qualquer pretexto, pedido de inscrição provisória, condicional ou extemporânea, assim como inscrição por via postal, fax ou correio eletrônico ou outro meio que não os estabelecidos neste Edital.

5.8. TAXAS DE INSCRIÇÃO:

Código do Cargo/Função	Valor Taxa de Inscrição
001 a 004 (Nível Médio)	R\$ 60,00 (Sessenta reais)
005 a 021 (Nível Superior)	R\$ 90,00 (Noventa reais)

5.8.1. O valor da inscrição deverá, obrigatoriamente, ser pago em qualquer Agência Bancária, ou Casa Lotérica, por meio de boleto impresso pelo candidato, observados os horários de atendimento e das transações financeiras de cada instituição bancária, até a data de seu vencimento.

5.8.2. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que obtiverem a isenção do valor da inscrição, nos termos do item 7 deste Edital.

5.8.3. Não será aceito pagamento do valor da taxa de inscrição por depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, DOC, cheque, ordens de pagamento ou qualquer outra forma distinta da prevista no presente Edital.

5.8.4. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra, o candidato deverá antecipar o pagamento, considerando o 1º (primeiro) dia útil que antecede o feriado, desde que o pagamento seja feito no período de inscrição determinado no item 5.5 deste Edital.

5.8.5. O boleto bancário, disponível no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, será emitido em nome do candidato e deverá ser impresso em impressora a laser ou jato de tinta para possibilitar a correta impressão e leitura dos dados e do código de barras. A impressão do boleto bancário ou a segunda via do mesmo em outro tipo de impressora é de exclusiva responsabilidade do candidato, eximindo-se a EMATER-MG e a Fundação Renato Azeredo de eventuais dificuldades da leitura do código de barras e consequente impossibilidade de efetivação da inscrição.

5.8.6. A segunda via do boleto bancário somente estará disponível na internet para impressão, durante o período de inscrição determinado no item 5.5 deste Edital, ficando indisponível a partir das 22 horas e 10 minutos do último dia de inscrição – **06 de abril de 2016**.

5.9. O boleto, devidamente quitado até a data limite do vencimento – **07 de abril de 2016**, sem rasura, emendas e outros, será o comprovante provisório de inscrição do candidato no Concurso Público, não sendo considerado para tal o simples agendamento de pagamento.

5.10. A inscrição somente será processada e efetivada após a confirmação à Fundação Renato Azeredo, pela instituição bancária, do pagamento da taxa de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente cancelado o “Requerimento Eletrônico de Inscrição” em que o pagamento não for comprovado.

5.11. O pagamento da taxa de inscrição, por si só, não confere ao candidato o direito de submeter-se às etapas deste Concurso Público, devendo ser observados os demais procedimentos previstos neste Edital.

5.12. Em nenhuma hipótese será aceita transferência de inscrições entre pessoas e alteração da inscrição do candidato na condição de ampla concorrência para a condição de candidato com deficiência.

5.13. Não será admitido, a nenhum candidato, solicitar alterações de cargo a qual se inscreveu.

5.14. O “Requerimento Eletrônico de Inscrição”, o valor pago referente à taxa de inscrição e a “Ficha Eletrônica de Isenção” são pessoais e intransferíveis.

5.15. A inscrição do candidato implicará conhecimento e irrestrita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.16. As informações constantes no “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou, se for o caso, na “Ficha Eletrônica de Isenção” são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a EMATER-MG e a Fundação Renato Azeredo de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto referente ao cargo, bem como a informação de deficiência sem a observância do previsto no item 4 deste edital.

5.17. Não se exigirá do candidato, no ato da inscrição, cópia de nenhum documento, sendo de sua exclusiva responsabilidade a veracidade dos dados informados no “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou, se for o caso, na “Ficha Eletrônica de Isenção”, sob as penas da lei.

5.18. A declaração falsa dos dados constantes no “Requerimento Eletrônico de Inscrição” ou, se for o caso, na “Ficha Eletrônica de Isenção”, que comprometam a lisura do certame, determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

5.19. DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL

5.19.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição disponibilizada no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, durante o prazo das inscrições, os recursos especiais necessários a tal atendimento.

5.19.2. O candidato que solicitar atendimento especial na forma estabelecida no item anterior deverá enviar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), emitido nos últimos doze meses, que justifique o atendimento especial solicitado.

5.19.3. A documentação citada no item anterior deverá:

a) ser postada nos Correios via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), com custo por conta do candidato, e endereçado à Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso, à Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108. Nesse caso, para sua validade, prevalecerá a data da postagem, ou

b) protocolada na Fundação Renato Azeredo / Gestão Concurso na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, nos dias úteis, das 09h às 11h ou das 13h às 17h.

5.19.4. O fornecimento do laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), por qualquer via, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

5.19.5. O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório) valerá somente para este concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias dessa documentação.

5.19.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá indicar, na solicitação de inscrição disponibilizada no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, atendimento especial para tal fim, além de encaminhar cópia autenticada em cartório da certidão de nascimento da criança, durante o prazo para as inscrições, na forma do item 5.19.3, e levar, no dia das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala

reservada e será o responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

6. DA DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

6.1. Em nenhuma hipótese o valor da taxa de inscrição será devolvido ao candidato, salvo nos casos de cancelamento, suspensão, pagamento em duplicidade ou não realização do Concurso Público, conforme definido na Lei Estadual 13801 de 26/12/2000.

6.2. Na hipótese de cancelamento, suspensão ou não realização do Concurso Público, a restituição da Taxa de Inscrição deverá ser requerida por meio do preenchimento, assinatura pelo próprio candidato e entrega do formulário de restituição que será disponibilizado no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br e nos locais relacionados no item 5.5.1.

6.3. O formulário de restituição da Taxa de Inscrição estará disponível, no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br e nos locais relacionados no item 5.5.1, em até 03 (três) dias úteis após a data de publicação do ato que ensejou o cancelamento, suspensão ou a não realização do certame.

6.4. No formulário, o candidato deverá informar os seguintes dados para obter a restituição da taxa de inscrição:

- a) nome completo, número da identidade e da inscrição do candidato;
- b) cargo/especialidade para o qual se inscreveu;
- c) nome e número do banco, nome e número da agência com dígito, número da conta corrente e CPF do titular da conta;
- d) número de telefones, com código de área, para eventual contato.

6.5. O formulário de restituição deverá ser entregue ou enviado, diretamente pelo candidato ou por terceiro, devidamente preenchido e assinado pelo candidato e acompanhado da cópia do documento de identidade do candidato, em envelope fechado, tamanho ofício, em até 30 (trinta) dias após o ato que ensejou o cancelamento, suspensão ou a não realização do certame, por uma das seguintes formas:

a) na Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, nos dias úteis, das 09h às 11h00min ou das 13h00min às 17h.

b) via SEDEX ou Carta, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado à Fundação Renato Azeredo na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108. Nesse caso, a data da postagem deverá obedecer ao prazo estabelecido no item 6.5 deste Edital.

6.6. No envelope, na parte frontal, deverão constar: Ref. Restituição da Taxa de Inscrição do Concurso Público da EMATER-MG – Edital nº 001/2015, nome completo, número da inscrição e número do documento de identidade.

6.7. A restituição da Taxa de Inscrição será processada nos 20 (vinte) dias úteis seguintes ao término do prazo fixado no item 6.5 por meio de depósito bancário na conta corrente indicada no respectivo formulário de restituição.

6.8. O valor a ser restituído ao candidato será corrigido monetariamente pela variação do IGPM desde a data do pagamento da inscrição até a data da efetiva restituição.

7. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

7.1. Poderão requerer isenção do pagamento da taxa de inscrição a que se refere o item 5.8 deste Edital:

7.1.1. Os candidatos comprovadamente desempregados, de acordo com a Lei Estadual n.º 13.392, de 7 de dezembro de 1999;

7.1.2. Os candidatos que, em razão de limitações de ordem financeira, não podem pagá-la, sob pena de comprometimento do sustento da própria família.

7.2. A isenção da Taxa de Inscrição deve ser requerida exclusivamente nos dias **01 a 03 de março de 2016**, observados os seguintes procedimentos:

- a) acessar o endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, link correspondente ao Concurso Público da EMATER-MG– e ler atentamente o Edital;
- b) preencher a Ficha Eletrônica de Isenção, que exigirá, dentre outras informações, o número do CPF, o número de um documento oficial de identificação com a respectiva indicação da entidade expedidora,
- c) escolher o Cargo, observando o local de trabalho do mesmo;
- d) escolher o Local de Prova, conforme ANEXO II deste Edital;
- e) conferir os dados informados na Ficha Eletrônica de Isenção, antes de confirmá-los e transmiti-los;
- f) confirmar e transmitir os dados informados na Ficha Eletrônica de Isenção;
- g) imprimir a Ficha Eletrônica de Isenção e assinar;
- h) anexar a documentação necessária, conforme previsto nos itens 7.8 a 7.13 deste Edital e;
- i) enviar à Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso, nas formas previstas nos itens 7.14 e 7.15 deste Edital, nos **01 a 03 de março de 2016**, a Ficha Eletrônica de Isenção acompanhada dos documentos comprobatórios, sob pena do indeferimento da solicitação de isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição.

7.3. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet, a Fundação Renato Azeredo, no período a que se refere o item 7.2, disponibilizará em sua sede, na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, das 09h às 11h ou das 13h às 17h, posto de inscrição presencial com computador e impressora.

7.4. Na Ficha Eletrônica de Isenção, o candidato firmará declaração de que é desempregado, não se encontra em gozo de nenhum benefício previdenciário de prestação continuada, exceto a proveniente de seguro-desemprego e que sua situação econômico-financeira não lhe permite pagar a referida taxa sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, respondendo civil e criminalmente pelo inteiro teor de sua declaração.

7.5. As informações prestadas na Ficha Eletrônica de Isenção são de inteira responsabilidade do candidato, que poderá ser excluído do Concurso Público da EMATER-MG– Edital nº 001/2015 caso seja constatado o fornecimento de dados falsos.

7.6. A Ficha Eletrônica de Isenção, se assinada por terceiro, deverá ser acompanhada por instrumento de procuração simples.

7.7. Para requerer a isenção da taxa de inscrição o candidato desempregado deverá comprovar todas as seguintes situações:

7.7.1. Não ter vínculo empregatício vigente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, e;

7.7.2. Não ter vínculo estatutário vigente com o Poder Público municipal, estadual ou federal, e;

7.7.3. Não ter contrato de prestação de serviços vigente com o Poder Público municipal, estadual ou federal, e;

7.7.4. Não exercer atividade legalmente reconhecida como autônoma.

7.8. Para comprovar a situação prevista no item 7.7.1, o candidato deverá:

a) Se não tiver nenhum registro de contrato de trabalho registrado em sua CTPS, apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, nos termos do modelo nº. 1 constante do Anexo VI deste Edital, e, ainda, apresentar cópias autenticadas em cartório das páginas da CTPS listadas abaixo:

i. página com foto até a primeira página da CTPS destinada ao registro de contratos de trabalho, em branco;

ii. páginas contendo outras anotações pertinentes, quando houver,

ou;

b) se não tiver vínculo empregatício vigente registrado na CTPS, apresentar cópias das páginas da CTPS listadas abaixo:

i. página com foto até a página com a anotação do último contrato de trabalho do candidato, na qual deverá constar o registro de saída;

ii. primeira página subsequente à da anotação do último contrato de trabalho ocorrido, em branco;

iii. páginas contendo outras anotações pertinentes, quando houver.

7.9. Caso o contrato de trabalho do candidato tenha sido registrado em Páginas de Anotações Gerais de sua CTPS, além da página constando o último contrato registrado e a página subsequente em branco, o candidato deverá apresentar também as páginas da CTPS em que usualmente são registrados os contratos de trabalho, nos termos das alíneas “b i” e “b ii” do item 7.8.

7.10. Para comprovar a situação prevista no item 7.7.2, o candidato deverá:

a) se já teve vínculo estatutário com o Poder Público municipal, estadual ou federal, e este foi extinto, apresentar certidão expedida por órgão ou entidade competente, em papel timbrado, com identificação e assinatura legível da autoridade emissora do documento, informando o fim do vínculo estatutário, ou a cópia da publicação oficial do ato que determinou a extinção do vínculo, ou;

b) se nunca teve vínculo estatutário com o Poder Público municipal, estadual ou federal, apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, nos termos do modelo nº. 2 constante do ANEXO VI deste Edital.

7.11. Para comprovar a situação prevista no item 7.7.3, o candidato deverá:

a) se já teve contrato de prestação de serviços com o Poder Público municipal, estadual ou federal, e este foi extinto, apresentar cópia do contrato extinto, acompanhado da documentação pertinente que comprove sua extinção, sendo o caso

ou;

b) se nunca teve contrato de prestação de serviços com o Poder Público municipal, estadual ou federal, apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, nos termos do modelo nº. 3 constante do ANEXO VI deste Edital.

7.12. Para comprovar a situação prevista no item 7.7.4, o candidato deverá:

a) caso já tenha exercido atividade legalmente reconhecida como autônoma, apresentar certidão em que conste a baixa da atividade,

ou;

b) se não auferir qualquer tipo de renda proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma, apresentar declaração de próprio punho, datada e assinada, nos termos do modelo nº. 4 constante do ANEXO VI deste Edital.

7.13. Para comprovar a situação prevista no item 7.1.2, o candidato deverá comprovar:

a) estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, ou

b) receber Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.

7.14. O original da Ficha Eletrônica de Isenção, devidamente preenchida e assinada, juntamente com os documentos comprobatórios deverão ser entregues mediante cópia autenticada há no máximo 30 (trinta) dias em serviço notarial e de registro (cartório de notas), OU mediante cópia simples com apresentação do original para conferência da autenticidade das cópias pela Fundação Renato Azeredo. Os documentos deverão ser entregues em envelope tipo ofício, identificado e protocolados na Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, das 09h às 11h ou das 13h às 17h nos dias úteis, dentro do prazo previsto no item 7.2, ou;

7.15. Os documentos também podem ser enviados via SEDEX ou CARTA, ambos com AR (Aviso de Recebimento), postado nas Agências dos Correios, com custo por conta do candidato, endereçado à Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso – na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, mediante cópia autenticada em cartório há no máximo 30 (trinta) dias, com data de postagem até o último dia para requerer a isenção da taxa de inscrição, contendo externamente na face frontal do envelope os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG – EDITAL nº 001/2015 REF. PEDIDO DE ISENÇÃO NOME COMPLETO DO CANDIDATO / N° DE INSCRIÇÃO
--

7.16. A comprovação da tempestividade da solicitação do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será feita pela data de postagem nos Correios ou pela data de protocolo de entrega dos documentos na Fundação Renato Azeredo.

7.17. Cada candidato deverá encaminhar individualmente sua documentação, sendo vedado o envio de documentos de mais de um candidato no mesmo envelope.

7.18. Não serão analisados os documentos encaminhados em desconformidade com o previsto neste Edital.

7.19. O resultado da análise do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, até o dia **16 de março de 2016**, em ordem alfabética, constando apenas o deferimento ou o indeferimento.

7.20. O candidato que tiver o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição deferido estará automaticamente inscrito no concurso, não sendo necessário acessar o link de inscrições e nem efetuar o pagamento.

7.21. O candidato que tiver o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá efetuar sua inscrição acessando o link de impressão da 2ª (segunda) via do boleto bancário, imprimindo-a e efetuando o pagamento do valor da taxa de inscrição até a data de encerramento das inscrições, conforme disposto no item 5 e subitens.

7.22. O pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição que não atender a qualquer das exigências determinadas neste Edital será indeferido.

7.23. Não serão consideradas as fichas eletrônicas de isenção e a documentação encaminhada via fax, pela internet ou qualquer outra forma que não esteja prevista neste Edital, assim como aquelas apresentadas fora do prazo determinado no item 7.2.

7.24. Os requerimentos de isenção do pagamento do valor da inscrição serão analisados pela Fundação Renato Azeredo.

7.25. A fundamentação sobre o indeferimento do pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição estará disponível, após a divulgação de que trata o item 7.19, no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, até a data limite de encerramento das inscrições, para ser consultada pelo próprio candidato ou por seu procurador.

7.26. Caberá recurso quanto ao indeferimento do pedido de isenção de pagamento da taxa de inscrição, conforme previsto no item 14 e subitens deste Edital.

7.27. A declaração falsa de dados para fins de isenção de pagamento de taxa de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.28. A Fundação Renato Azeredo divulgará no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br a listagem de deferimento ou indeferimento do recurso contra o resultado da análise do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, até o dia **05 de abril de 2016**.

7.29. Nos casos em que o recurso quanto ao requerimento de isenção de taxa for deferido, estará automaticamente inscrito no concurso, não sendo necessário acessar o link de inscrições e nem efetuar o pagamento.

8. CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

8.1. A confirmação da inscrição se dará através da publicação da listagem dos inscritos no endereço eletrônico e através do Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI) que estarão disponíveis para todos os candidatos no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, a partir do dia **26 de abril de 2016**. Nesse documento constará o nome do candidato, o cargo, a macrorregião e o local de trabalho para qual se inscreveu, o número de inscrição, a data, o horário e o local da realização das Provas Objetivas.

8.2. A correção de eventuais erros de digitação ocorridos no nome, na data de nascimento, no número do documento de identidade utilizado na inscrição ou na sigla do órgão expedidor deverão, obrigatoriamente, ser atualizados pelo candidato:

- 1) antes da realização das provas, por meio do endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br – área do candidato ou ser comunicado à Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso via fax (31 – 3319-8700), ou ainda por email comunicacao@gestaoconcurso.com.br;
- 2) no dia, no horário e no local de realização das provas ao aplicador de provas, com a apresentação da Carteira de Identidade e fazendo constar no “Relatório de Ocorrências”.

8.3 O candidato que não conseguir localizar o seu Comprovante Definitivo de Inscrição no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, deverá procurar a Fundação Renato Azeredo, na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP 31744-108, nos dias úteis, das 09h às 11h ou das 13h às 17h, munido do Boleto Bancário devidamente quitado, ou ainda através do e-mail comunicacao@gestaoconcurso.com.br, até o dia **02 de maio de 2016**.

9. DAS PROVAS

9.1. O Concurso Público constará de Prova Objetiva de Múltiplas Escolhas, de caráter eliminatório e classificatório, conforme disciplinas e números de questões por disciplinas, especificados no ANEXO IV.

9.2. As provas serão aplicadas simultaneamente nas cidades, Belo Horizonte, Alfenas, Curvelo, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Patos de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni, Uberaba e Viçosa, previstas para o dia **08 de maio de 2016**, e o candidato fará a prova na cidade de sua opção manifestada no ato de sua inscrição nos termos do Anexo IV deste Edital.

9.3. Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nas cidades de realização das provas, estas poderão ser realizadas em outras localidades a serem informadas posteriormente, dentro do prazo de confirmação das inscrições estipulados no item 8 deste Edital

9.4. O endereço e o horário da realização das Provas Objetivas serão confirmados no Comprovante Definitivo de Inscrição.

9.5. O ingresso dos candidatos ao local de realização das provas só será permitido dentro do horário estabelecido pela Fundação Renato Azeredo, informado no CDI e divulgado na forma prevista no Edital.

9.6. Os candidatos deverão comparecer aos locais de prova 60 (sessenta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões, munidos apenas do original de documento de identidade oficial com foto, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada de material transparente e, preferencialmente, do Comprovante Definitivo de Inscrição – CDI.

9.7. No caso de perda, roubo ou na falta do documento de identificação com o qual se inscreveu neste Concurso Público, o candidato poderá apresentar outro documento de identificação equivalente, conforme item 9.8.

9.8. Somente serão considerados documentos de identidade oficial: Cédula Oficial de Identidade (RG), Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (OAB, CREA, CRA, etc.), Carteira de Trabalho e Previdência Social, Certificado de Reservista, Carteira de Motorista com foto e Passaporte válido.

9.9. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato e deverá conter, obrigatoriamente, filiação, fotografia, data de nascimento e assinatura.

9.10. Não serão aceitos documentos de identidade com prazos de validade vencidos, ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, podendo o candidato ser submetido à identificação digital que compreende a coleta de assinatura e a impressão digital em formulário próprio.

9.11. O candidato deverá apor sua assinatura na lista de presença de acordo com aquela constante no seu documento de identidade.

9.12. Após assinar a Lista de Presença, o candidato somente poderá deixar a sala mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

9.13. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela Fundação Renato Azeredo.

9.14. A inviolabilidade das provas será comprovada no momento do rompimento do lacre dos malotes de prova, mediante termo formal, na presença de, no mínimo, dois candidatos convidados aleatoriamente nos locais de realização das provas.

9.15. O candidato somente poderá deixar a sala de provas após 60 (sessenta) minutos, contados a partir do horário de início.

9.15.1. O tempo de duração das provas abrange a assinatura da Folha de Respostas, a transcrição das respostas do Caderno de Questões da Prova Objetiva para a Folha de Respostas.

9.16. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas neste Edital.

9.17. O candidato somente poderá levar o caderno de provas após 60 (sessenta) minutos, contados a partir do horário de início das provas.

9.18. Não será permitida, em hipótese alguma, a realização de provas fora do local determinado, bem como não haverá segunda chamada para realização das provas.

9.19. A EMATER-MG e a Fundação Renato Azeredo não assumirão qualquer responsabilidade quanto a transporte e ou alojamento de candidatos.

9.20. Todos os objetos de uso pessoal serão acondicionados em sacos plásticos, lacrados e colocados em local à vista e retirados somente após o término das provas e entrega da folha de respostas.

9.21. Os objetos ou documentos perdidos durante a realização das provas, que porventura venham a ser entregues à Fundação Renato Azeredo, serão guardados pelo prazo de 90 (noventa) dias e encaminhados posteriormente à Seção de Achados e Perdidos dos Correios.

9.22. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço e outros itens de chapelaria.

9.23. Será vedado ao candidato o porte de arma(s) no local de realização das provas, ainda que de porte de documento oficial de licença para o respectivo porte.

9.24. As instruções constantes nos Cadernos de Questões das Provas Objetivas e respectiva Folha de Respostas complementam este Edital e deverão ser rigorosamente observadas e seguidas pelo candidato.

9.25. Ao terminar as provas ou findo o horário limite para a realização das provas, o candidato deverá entregar ao Aplicador de Sala, a Folha de Respostas das Provas Objetiva, devidamente preenchida e assinada.

9.26. O candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas.

9.27. Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso e qualquer tipo de consultas de livros, códigos, manuais, impressos, anotações, calculadoras ou qualquer outro instrumento de cálculo, dispositivo eletrônico transmissor/receptor, inclusive telefone celular.

9.28. O candidato que, durante a realização das provas, for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou com pessoas estranhas, oralmente, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, ou ainda, que venha a tumultuar a realização das provas será eliminado deste Concurso Público.

9.29. Será eliminado deste Concurso Público, o candidato que se apresentar após o fechamento dos portões.

9.30. Poderá, ainda, ser eliminado o candidato que:

- a) tratar com falta de urbanidade examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- b) usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros;
- c) portar, mesmo que desligados, durante o período de realização das provas, quaisquer equipamentos eletrônicos como relógio digital, calculadora, walkman, notebook, palm-top, agenda eletrônica, gravador ou outros similares, ou instrumentos de comunicação interna ou externa, tais como telefone celular, beep, pager entre outros, ou deles fizer uso;
- d) deixar de atender as normas contidas nos Cadernos de Questões das Provas Objetiva e respectiva Folha de Respostas e demais orientações/instruções expedidas pela Fundação Renato Azeredo;
- e) recusar a submeter-se a detector de metais e identificação digital;
- f) deixar de entregar as Folhas de Respostas das Provas Objetiva, findo o prazo limite para realização das provas e devidamente assinada.

9.31. Caso ocorra alguma situação prevista nos itens 9.24 a 9.27 deste Edital, a Fundação Renato Azeredo lavrará ocorrência e, em seguida, encaminhará o referido documento à Comissão do Concurso Público, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

9.32. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.

9.33. Somente serão permitidos assinalamentos nas Folhas de Respostas da Prova Objetiva feitos com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas a portadores de deficiência.

9.34. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar suas Folhas de Respostas das Provas Objetiva, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

9.35. Não haverá substituição das Folha de Respostas das Provas Objetiva por erro do candidato.

9.36. Na correção da Folha de Respostas da Prova Objetiva serão computadas como erros as questões não assinaladas, as marcadas a lápis, as que contiverem mais de uma resposta e as rasuradas.

9.37. Será considerada nula a Folha de Respostas das Provas Objetivas que estiver marcada ou escrita, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzido pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade.

9.38. Os gabaritos das Provas Objetivas serão disponibilizados no site da Fundação Renato Azeredo www.gestaoconcurso.com.br a partir do dia **09 de maio de 2016**.

9.39. As questões das Provas Objetivas serão divulgadas no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br a partir do dia **09 de maio de 2016**.

10. DAS PROVAS OBJETIVAS

10.1. O Concurso Público constará de Provas Objetivas, elaboradas pelo sistema de múltipla escolha, com 04 opções de A a D, e uma única resposta. As Provas Objetivas têm caráter eliminatório e classificatório contendo:

10.1.1. Para os cargos de Nível Médio: 50 (cinquenta) questões no total, sendo que cada questão valerá 01(um) ponto, perfazendo um total de 50(cinquenta) pontos.

10.1.2. Para os cargos de Nível Superior: 60 (sessenta) questões no total, sendo que cada questão valerá 01(um) ponto, perfazendo um total de 60 (sessenta) pontos.

10.2. As disciplinas, códigos das disciplinas e as quantidades de questões por disciplinas constam no Anexo IV.

10.3. Será eliminado o candidato que:

- a) Obter nota inferior a 50% dos pontos possíveis em cada disciplina (P1 a P5);
- b) Obter nota inferior a 60% do total de pontos distribuídos na Prova Objetiva;
- c) Zerar qualquer uma das Disciplinas

10.4. A prova objetiva terá a duração de 04 horas.

10.5. O conteúdo programático das Provas Objetivas, bem como as sugestões bibliográficas, consta no ANEXO V deste Edital.

10.6. Caso seja anulada alguma questão da prova objetiva, esta será contada como acerto para todos os candidatos.

10.7. Na hipótese da ocorrência de 60% (sessenta por cento) do total das questões das Provas Objetivas serem anuladas haverá obrigatoriamente a realização de nova prova.

10.8. Os pontos totais por disciplina correspondem ao nº de acertos em cada prova.

10.9. A Fundação Renato Azeredo será responsável pela elaboração, aplicação e correção das Provas Objetivas, que será por meio eletrônico.

11. DA CLASSIFICAÇÃO

11.1. Será considerado aprovado no concurso público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos do item 10.2 deste Edital e seus subitens.

11.2. O Resultado Final deste concurso público será aferido pelo total de pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha.

11.3. Ocorrendo empate quanto ao número de pontos obtidos para fins de classificação, terá preferência o candidato que tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal n.º 10.741 de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

11.4. O candidato citado no subitem anterior deverá ter completado 60 (sessenta) anos até o último dia de inscrições.

11.5. Persistindo ainda o empate, o desempate será dado para quem obtiver o maior número de pontos nas disciplinas na seguinte sequência:

- a) Para o cargo de Assistente Administrativo II: Português (P1); Matemática (P2); Raciocínio Lógico (P3) e Informática (P4);
- b) Para o cargo de Auxiliar Técnico/Informática: Conhecimentos Específicos (P5); Português (P1) e Raciocínio Lógico (P3);
- c) Para o cargo de Produtor de VT e Audiovisuais: Conhecimentos Específicos (P5); Português (P1) e Informática (P4);
- d) Para o cargo de Extensionista Agropecuário I: Conhecimentos Específicos (P5); Português (P1); Raciocínio Lógico (P3) e Informática (P4);
- e) Para os cargos de Extensionista Agropecuário II; Extensionista de Bem Estar Social II; Auditor; Assistente Técnico I: Conhecimentos Específicos (P5); Português (P1); Raciocínio Lógico (P3) e Informática (P4);
- f) Para os cargos de Assessor Jurídico e Assistente Técnico I – Comunicação Social/Jornalismo: Conhecimentos Específicos (P5); Português (P1) e Raciocínio Lógico (P3).
- g) Para o cargo de Analista de Sistemas I: Conhecimentos Específicos (P5); Português (P1) e Raciocínio Lógico (P3).

11.6. Persistindo ainda o empate, o desempate será dado em favor do candidato que tiver mais idade, levando-se em consideração o ano, mês e dia do nascimento e em última instância, por sorteio.

12. DO RESULTADO

12.1. O resultado final será homologado e publicado no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais e em jornal de grande circulação. Será divulgado, também nos endereços eletrônicos da Fundação Renato Azeredo www.gestaoconcurso.com.br e da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso.

12.1.1. A publicação de que trata o subitem 12.1 contemplará, separadamente, os candidatos aprovados por cargo/local de trabalho ou cargo/macrorregião, em ordem de classificação ou classificação geral por cargo.

12.1.2. O resultado final deste Concurso Público será divulgado em 04 (quatro) listagens, por cargo, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos - ampla concorrência, inclusive com o nome dos candidatos com deficiência; a segunda, somente a classificação dos candidatos que concorrem às vagas destinadas aos candidatos com deficiência; a terceira, a classificação por cargo e macrorregião; e a quarta, por cargo/local de trabalho.

12.2. Na publicação no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais constarão somente os candidatos aprovados nos termos do item 11 e seus subitens.

13. DOS RECURSOS

13.1. Caberá interposição de recurso fundamentado à Fundação Renato Azeredo no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do primeiro dia subsequente à data de publicação do objeto do recurso, em todas as decisões proferidas e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos, tais como nas seguintes situações:

- a) contra indeferimento da inscrição como candidato com deficiência e da solicitação de condição especial;
- b) contra indeferimento do Pedido de Isenção da Taxa de Inscrição;
- c) contra questões das Provas Objetivas e gabaritos preliminares;
- d) contra o resultado final, desde que se refira a erro de cálculo das notas e Classificação Final.

13.2. Não serão admitidos recursos coletivos.

13.3 O recurso deverá ser:

- a) Postado nas Agências dos Correios via SEDEX ou CARTA com AR (Aviso de Recebimento), com custo por conta do candidato, e endereçado à Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso, à Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP: 31744-108. Nesse caso, para sua validade, prevalecerá a data da postagem, ou
- b) Protocolado na Fundação Renato Azeredo / Gestão Concurso na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP: 31744-108, nos dias úteis, das 09h às 11h ou das 13h às 17h.

13.4. O Recurso deverá ser entregue em envelope fechado, tamanho ofício, contendo na parte externa e frontal do envelope os seguintes dados:

CONCURSO PÚBLICO EMATER-MG – EDITAL nº 001/2015 RECURSO REFERENTE À _____ NOME COMPLETO DO CANDIDATO/ N° DE INSCRIÇÃO NÚMERO DE INSCRIÇÃO
--

13.5. O recurso deverá ser enviado à Fundação Renato Azeredo, conforme modelo constante do ANEXO VII deste Edital, com a observância do seguinte:

- a) Digitado, em duas vias;
- b) Dentro do prazo estipulado no subitem 13.1 deste Edital;
- c) Com argumentação lógica, consistente e baseada exclusivamente na bibliografia indicada no Edital, para recurso contra questão de prova ou gabarito;
- d) Com capa em que conste o nome, o número de inscrição, o cargo para o qual concorre, o endereço completo, inclusive e-mail e a assinatura do candidato.

13.6. Serão rejeitados, liminarmente, os recursos protocolados fora do prazo ou não fundamentados e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato.

13.7. Os recursos serão decididos em uma única instância, não se admitindo recurso da decisão da Banca Examinadora da Fundação Renato Azeredo ou da Comissão de Coordenação e Supervisão deste Concurso Público.

13.8. Serão indeferidos os recursos que:

- a) não estiverem devidamente fundamentados;
- b) não apresentarem argumentações lógicas e consistentes;
- c) forem encaminhados via fax, telegrama, ou via internet e em desacordo com o item 13.5 deste Edital.
- d) forem interpostos em desacordo com o prazo conforme estabelecido no item 13.1;
- e) apresentarem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso.

13.9. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares cujo teor seja objeto de recurso apontado no item 13.1 deste edital.

13.10. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada no site da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso e no site da Fundação Renato Azeredo www.gestaoconcurso.com.br.

13.11. Após a divulgação oficial de que trata o item 13.10 deste Edital, a fundamentação objetiva da decisão da banca examinadora sobre o recurso ficará disponível para consulta individualizada do candidato no endereço eletrônico www.gestaoconcurso.com.br, na “Área do Candidato”, até o encerramento deste Concurso Público.

13.12. A decisão de que trata o item 13.10 deste edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.

13.13. Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

13.14. Alterado o gabarito oficial pela Banca Examinadora, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

13.15. Na ocorrência do disposto nos subitens 13.13 e 13.14 deste Edital poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida.

13.16. Não haverá reapreciação de recursos.

14. DA ADMISSÃO E EXERCÍCIO

14.1. A aprovação no Concurso Público regido por este Edital assegurará apenas a convocação dentro do número de vagas previsto no ANEXO II deste Edital.

14.2. A aprovação de candidatos classificados além do número de vagas previsto no quadro de vagas do ANEXO II deste Edital assegurará apenas a expectativa de direito à convocação, ficando a concretização

deste ato condicionada ao surgimento de novas vagas, ao exclusivo interesse e conveniência da EMATER-MG, à estrita ordem de classificação, dentro do prazo de validade do presente Concurso.

14.3. As atividades dos cargos ora em Concurso pressupõem disponibilidade para viagens constantes.

14.4. A condução de veículos da Empresa não gera direito à remuneração específica.

14.5. Para atender a determinações legais ou a conveniências administrativas, a EMATER-MG poderá alterar seu Plano de Cargos e Remuneração vigente. Todos os parâmetros considerados para as presentes instruções se referem aos termos dos regulamentos em vigor. Qualquer alteração porventura ocorrida no atual sistema, por ocasião da admissão ou readmissão do candidato, significará, por parte deste, a integral e irrestrita adesão ao novo Plano de Cargos e Remuneração.

14.6. A avaliação pré-admissional de saúde será realizada por profissionais indicados e contratados pela EMATER-MG, para esta finalidade.

14.6.1. Ao ser convocado para os procedimentos pré-admissionais, o portador de deficiência deverá comprová-la por meio de relatório médico especialista e será submetido, no exame médico admissional, à avaliação médica específica, procedida por junta médica da EMATER-MG, a qual compreenderá a aptidão laboral, considerada para cargo/função, e o enquadramento no Decreto 3298/99, destinada a verificar a existência da deficiência declarada e a compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo/função para o qual se inscreveu. A avaliação médica terá caráter eliminatório.

14.7. Perderá o direito à vaga o candidato que não comparecer ao local e data indicados em qualquer fase do processo seletivo ou admissional.

14.8. As despesas com transporte, alimentação e hospedagem, durante todas as etapas do processo de seleção, correrão por conta do candidato.

14.9. Será vedada a readmissão de ex-empregado, da EMATER-MG, dispensado(a) por justa causa.

14.10. O candidato que vier a ser convocado para ingresso na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER-MG assinará contrato de trabalho que se regerá pelos preceitos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), sujeitando-se às Normas de Recursos Humanos e ao Plano de Cargos e Remuneração da EMATER-MG vigentes à época da admissão ou readmissão.

14.11. Ocorrendo eliminação ou desistência de candidato selecionado, poderá haver convocação de substituto, se for interesse da EMATER-MG, obedecendo-se, sempre e rigorosamente, a classificação dos candidatos, na seguinte ordem:

- a) por candidato de mesmo cargo e código de cargo e cidade de trabalho;
- b) para os cargos de Assistente Administrativo II, Extensionista Agropecuário I e II, Extensionista de Bem Estar Social II, será por cargo e macrorregião;
- c) pela classificação geral dos candidatos de mesmo cargo.

14.12. Quando surgir uma vaga prevista para um cargo e uma cidade de trabalho e não houver candidatos aprovados, esta poderá ser oferecida a candidatos aprovados inscritos que figurem na lista de classificação geral dos candidatos de mesmo cargo, obedecendo a ordem de classificação e as seguintes determinações:

14.12.1. O candidato convidado a ocupar uma vaga em cidade ou macrorregião diferente daquela para a qual se inscreveu poderá recusar a vaga ofertada, sem prejuízo de sua classificação e de sua opção quando da inscrição, sendo convocado em seu lugar o próximo candidato da lista de classificação geral.

14.12.2. O candidato que recusar a vaga oferecida em cidade diferente daquela para a qual se inscreveu não receberá novo convite dessa natureza, sem prejuízo de sua classificação e de sua opção quando da inscrição, sendo convocado em seu lugar o próximo candidato da lista de classificação geral.

14.12.3. Após convite a todos os candidatos que figuram na lista de classificação geral, se houver ainda vaga disponível em cidade diferente, a lista será retomada em seu início, visando o preenchimento da vaga.

14.12.4. Os pedidos de transferência de candidatos que vierem a ser admitidos somente serão aceitos para análise, sob qualquer hipótese, decorridos 02 (dois) anos da data de admissão e desde que obedeça às normas e critérios internos da EMATER-MG, exceto por interesse da EMATER-MG.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A publicação do Edital referente a este Concurso Público será feita na forma de extrato no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais e em jornal de grande circulação e na íntegra no site da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso e no site da Fundação Renato Azeredo www.gestaoconcurso.com.br.

15.2. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da data de publicação do ato de homologação, prorrogável uma vez por igual período, a critério da EMATER-MG.

15.3. As convocações de oferta de vaga serão encaminhadas formalmente, contendo aviso de recebimento, aos candidatos classificados. Nelas constarão o dia, horário e local de comparecimento, bem como a relação de documentos a serem apresentados, se for o caso.

15.4. O candidato que, por qualquer motivo, faltar a qualquer uma das provas e/ou avaliações previstas neste Edital ou comparecer com a documentação incompleta será, automaticamente, eliminado do cadastro de candidatos classificados neste Concurso Público.

15.5. O candidato deverá manter seu endereço e telefone atualizado por meio de correspondência postada na Agência dos Correios com AR (Aviso de Recebimento):

a) até a data da homologação, endereçada à Fundação Renato Azeredo na Rua das Tangerinas, nº 933, Bairro Vila Cloris, Belo Horizonte – MG, CEP: 31744-108

b) posterior a data de homologação, endereçada à EMATER-MG, A/C. Departamento de Recursos Humanos - DEPRH, Av. Raja Gabaglia, 1626, 3º andar, Bairro Gutierrez, em Belo Horizonte - MG, CEP 30441-194.

15.6. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização dos dados pessoais, conforme especificados nos subitens 8.2 e 15.5 deste Edital.

15.7. Caberá ao candidato convocado para prover vaga em localidade diversa de seu domicílio arcar com o ônus de sua mudança.

15.8. Toda informação referente a este Concurso Público, inclusive o cronograma das datas pertinentes as suas etapas, até a homologação do concurso, serão fornecidas pela Fundação Renato Azeredo/Gestão Concurso pelo e-mail: comunicacao@gestaoconcurso.com.br ou pelo site www.gestaoconcurso.com.br.

15.9. Após a homologação do concurso as informações referentes a este Concurso e Convocação/Admissão deverão ser encaminhadas para a EMATER-MG pelo e-mail: deprh.gerencia@emater.mg.gov.br ou pelo site www.emater.mg.gov.br

15.10. Não serão fornecidos exemplares de provas relativas a concursos anteriores.

15.11. A inscrição do candidato implicará no conhecimento das presentes instruções e o compromisso de aceitar as condições deste Concurso Público, tais como se acham estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

15.12. Incorporar-se-ão a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer informações complementares e ou erratas relativas a este concurso que vierem a ser publicadas pela EMATER-MG e pela Fundação Renato Azeredo na forma de extrato no jornal Imprensa Oficial de Minas Gerais e em jornal de grande circulação e na íntegra no site da EMATER-MG www.emater.mg.gov.br/concurso e no site da Fundação Renato Azeredo www.gestaoconcurso.com.br.

15.13. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo site da Fundação Renato Azeredo e no site da EMATER-MG, a publicação de todas as informações e atos referentes ao Concurso Público.

15.14. Não serão fornecidos quaisquer documentos comprobatórios de aprovação, classificação, atestados, certificados ou certidões relativas a notas de candidatos neste Concurso Público, valendo, para esse fim, as respectivas publicações. Não serão fornecidos: atestados, cópia de documentos, certificados ou certidões relativas a notas de candidatos reprovados.

15.15. A EMATER-MG e a Fundação Renato Azeredo não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos ou apostilas referentes a este Concurso Público.

15.16. Ficará responsável a EMATER-MG, após a homologação do certame, pela guarda do material relativo ao concurso público – notadamente as provas e eventuais recursos interpostos –, pelo prazo mínimo de 06 anos, seguindo as normas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ –, sem prejuízo do cumprimento de outros prazos aplicáveis à guarda da documentação remanescente, para fins de fiscalização dos atos de admissão pelos órgãos públicos responsáveis.

15.17. Será excluído do concurso o candidato que:

- a) fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada pelo Concurso, em qualquer fase de sua realização;
- c) utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do processo seletivo;
- d) não atender às determinações regulamentares deste Edital e da EMATER-MG.

15.18. Será anulado o resultado final do candidato que utilizou ou tentou utilizar meios fraudulentos para obter sua aprovação ou de terceiros, mesmo que os fatos venham a ser conhecidos posteriormente à realização do Concurso.

15.19. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos, títulos, laudos médicos, pedidos de isenção e/ou de quaisquer outros documentos após as datas e nas formas estabelecidas neste Edital.

15.20. A Fundação Renato Azeredo não se responsabiliza por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada de documentos quando enviados via SEDEX ou AR (aviso de recebimento).

15.21. Não serão disponibilizados ao candidato cópias e/ou devolução de recursos, pedidos de isenção, laudos médicos e/ou de outros documentos entregues, ficando a documentação sob responsabilidade da Fundação Renato Azeredo.

15.22. Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.

15.23. No caso de ocorrência de fato ou situação não prevista, que dificulte ou impossibilite a realização das provas no dia, local e horários estabelecidos, a EMATER-MG reserva-se no direito de adiar o evento, efetuando a comunicação dessa decisão nos meios de divulgação listados no item 14.1 deste Edital.

15.24. As ocorrências não previstas neste Edital serão resolvidas a critério exclusivo da EMATER-MG e da Fundação Renato Azeredo no que couber.

15.25. A Comissão de Acompanhamento do Concurso poderá, a qualquer tempo, eliminar deste Concurso Público, o candidato que porventura descumprir as normas ou o regulamento do presente Edital.

15.26. Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I – Cargos, Funções, Salário, Carga Horária, Atribuições e Requisitos Básicos
- b) ANEXO II – Locais de Prova/Local da Vaga/Código do Cargo/ Nº de Vagas
- c) ANEXO III – Locais de Provas com Regionais e Municípios de Abrangência
- d) ANEXO IV – Cargos/Nº de Vagas/Disciplinas e Nº de Questões por Disciplina
- e) ANEXO V – Conteúdo Programático e Sugestões Bibliográficas
- f) ANEXO VI – Modelos de Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição
- g) ANEXO VII – Modelos “Recursos”

Belo Horizonte, 28 de dezembro de 2015.

Amarildo José Brumano Kalil
Presidente da EMATER-MG

ANEXO I – CARGOS, FUNÇÕES, SALÁRIO, CARGA HORÁRIA, ATRIBUIÇÕES, REQUISITOS BÁSICOS

Cargo	Função	Salário	Carga Horária	Atribuições do cargo/função	Requisitos básicos
Assistente Administrativo II		R\$ 2.134,46	40 horas	Exercer atividade de suporte administrativo às unidades organizacionais, elaborando e controlando prestação de contas, balancetes e demais atividades administrativas da Unidade, promovendo a organização, funcionamento, manutenção e controle na área de material, patrimônio, transporte, finanças, pessoal e áreas afins.	Ensino Médio Completo
Produtor de VT e Audiovisuais	Cinegrafista e Editor de Imagens	R\$ 2.662,55	40 horas	Operar e filmar com equipamentos de vídeo, especialmente câmaras profissionais HD, em produções externas (reportagens e vídeos) e em estúdio. Realizar edição não-linear em Final Cut , Motion, After Effects e Adobe Premiere. As atribuições exigem conhecimento de pacote Adobe e plataforma Mac OSX. Planejar a produção de trabalho de vídeos definindo fases, objetivos e recursos. Dirigir o processo de gravação de imagens orientando as tomadas.	Ensino Médio Completo ; Seis (6) meses de experiência na área; Disponibilidade para viagens constantes; Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”
Auxiliar Técnico	Suporte em Informática	R\$ 2.662,55	40 horas	Dar suporte na manutenção de equipamentos e sistemas de informação; instalar e configurar sistemas operacionais, aplicativos, drivers e antivírus. Instalar e configurar dispositivos de informática e de redes. Dar suporte em Windows e Linux. Participar na identificação e solução de problemas de software e hardware.	Ensino Médio Completo em Técnico em Informática ou Ensino Médio Completo + curso Técnico em Informática. Seis meses de experiência na área.
Extensionista Agropecuário I		R\$ 2.662,55	40 horas	Atuar como técnico de nível médio em agropecuária e de acordo com sua habilitação legal na prestação de serviços aos clientes da Empresa; participar da elaboração, execução e acompanhamento dos programas municipais de assistência técnica e extensão rural dos municípios atendidos pela Empresa; Auxiliar na elaboração de projetos, realizando levantamentos, orçamentos e avaliações necessárias a sua conclusão; prestar assistência técnica aos clientes, acompanhando-os e orientando-os nos projetos elaborados.	Ensino Médio completo em Técnico em Agropecuária ou Técnico Agrícola. Registro no Conselho Regional de Engenharia - CREA-MG; Carteira Nacional de Habilitação com categoria mínima “B”; Disponibilidade para viagens
Extensionista Agropecuário II	Engenharia Agrônômica	R\$ 3.913,78	40 horas	Executar atividades profissionais e de prestação de serviços aos clientes da Empresa, correspondentes à habilitação profissional do cargo de nível superior; elaborar, executar e acompanhar os programas e projetos relacionados à assistência técnica e extensão rural nos municípios atendidos pela Empresa; prestar assistência técnica agropecuária e gerencial aos clientes da Empresa elaborando e assinando projetos técnicos, inclusive aqueles para obtenção de crédito rural, acompanhando e/ ou fiscalizando sua execução; realizar levantamentos e perícias técnicas relacionadas à sua área de competência.	Curso Superior em Engenharia Agrônômica. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens. Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”
	Medicina Veterinária				Curso Superior em Medicina Veterinária. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens. Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”
	Zootecnia				Curso Superior em Zootecnia. Registro no Conselho Regional Profissional. Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”. Disponibilidade para Viagens.
Extensionista Bem Estar Social II		R\$ 3.913,78	40 horas	Executar atividades profissionais e de prestação de serviços aos clientes da Empresa, correspondentes à habilitação profissional para o cargo; participar do planejamento, execução e acompanhamento dos programas de extensão rural nos municípios atendidos pela Empresa; elaborar projetos nas áreas de Bem-estar Social, destinados às famílias e comunidades rurais, acompanhando sua execução e avaliação; assistir as famílias rurais, orientando-se nas áreas de competência do projeto.	Curso Superior em Ciências Sociais ou Economia Doméstica ou Nutrição ou Pedagogia ou Serviço Social. Registro no Conselho Regional Profissional (quando houver). Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”. Disponibilidade para viagens
	Administração de Empresas				Curso Superior em Administração de Empresas. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para Viagens.

Assistente Técnico I	Arquitetura e Urbanismo	R\$ 3.913,78	40 horas	Exercer como profissional de nível superior e de acordo com sua habilitação atividades de apoio às diversas unidades da Empresa; Elaborar e executar projetos, programas, processos, contratos e pareceres específicos de sua área de atuação. Desenvolver, coordenar, executar, avaliar, emitir pareceres e relatórios dos programas e projetos de sua área de competência. Elaborar material técnico e institucional, ministrar treinamentos relacionados a sua área de competência..	Curso Superior em Arquitetura e Urbanismo. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens
	Ciências Contábeis				Curso Superior Completo em Ciências Contábeis. Registro no Conselho Regional Profissional
	Comunicação Social				Curso Superior Completo em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo. Disponibilidade para viagens constantes. Seis (6) meses de experiência na área.
	Designer Gráfico				Curso Superior Completo em Designer Gráfico. Seis (6) meses de experiência na área.
	Engenharia de Alimentos				Curso Superior em Engenharia de Alimentos. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens constantes.
	Engenharia de Produção				Curso Superior em Engenharia de Produção. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens constantes.
	Ciência e Tecnologia de Laticínios				Curso Superior em Ciência e Tecnologia de Laticínios. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens constantes
	Geografia				Curso Superior em Geografia. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens constantes
	Psicologia				Curso Superior em Psicologia. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens.
Analista de Sistemas I		R\$ 3.913,78	40 horas	Executar atividades de análise de sistemas nos campos de desenvolvimento e manutenção de aplicações, documentação e atendimento de serviços de informática relacionados a sistemas de informação, envolvendo conhecimento de análise de necessidades, elaboração de modelos de dados, implementação e implantação de sistemas, visando atender as necessidades das áreas/setores da Empresa.	Curso Superior Completo em Análise de Sistemas ou Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Informática ou Sistemas de Informação , reconhecido pelo Ministério da Educação.
Assessor Jurídico		R\$ 5.194,34	40 horas	Exercer a advocacia, em caráter de exclusividade, dos interesses da EMATER-MG compreendendo, além da ação e representação judicial, o procuratório extrajudicial e as funções de assessoria às unidades da Empresa; planejar, orientar, coordenar e controlar atividades jurídicas de natureza contenciosa, consultiva, contratual e patrimonial e demais atividades delegadas pela empresa de que necessitem de apoio jurídico.	Curso de Graduação de Nível Superior Bacharelado em Direito. Registro na Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais – OAB-MG. Disponibilidade para viagens. Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”. Seis (6) meses de experiência em atividades jurídicas.
Auditor		R\$ 5.194,34	40 horas	Exercer atividades de auditoria nas áreas patrimonial, pessoal, econômica, financeira, contábil, fiscal e tributária, analisando os respectivos procedimentos e controles internos, elaborando relatórios e outros documentos afins em cumprimento às disposições legais e normativos internos da Empresa. Verificar os atos de gestão visando comprovar a legalidade, legitimidade, economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, pessoal e dos demais sistemas operacionais. Assessorar os gestores no acompanhamento da execução dos programas de governo.	Curso Superior completo em Ciências Contábeis ou Administração de Empresas ou Economia. Registro no Conselho Regional Profissional. Disponibilidade para viagens constantes. Carteira Nacional de Habilitação categoria mínima “B”. Seis (6) meses de experiência na área de auditoria.

ANEXO II – LOCAIS DE PROVA/LOCAL DA VAGA/CÓDIGO DO CARGO/Nº DE VAGAS

CARGO		LOCAIS DE PROVAS	LOCAL DA VAGA	CÓDIGO DO CARGO	Nº DE VAGAS		
					AMPLA CONCORRÊNCIA (A)	DEFICIENTES (B)	TOTAL (A+B)
Assistente Administrativo II		ALFENAS	Macrorregião de Alfenas	001	3	*	3
		BELO HORIZONTE	Belo Horizonte		4	2	6
		BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte		1	*	1
		CURVELO	Macrorregião de Curvelo		1	*	1
		GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares		1	*	1
		JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora		1	*	1
		MONTES CLAROS	Macrorregião de Montes Claros		3	*	3
		PATOS DE MINAS	Macrorregião de Patos de Minas		2	*	2
		POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		1	*	1
		TEÓFILO OTONI	Macrorregião de Teófilo Otoni		1	*	1
		UBERABA	Macrorregião de Uberaba		1	*	1
		VIÇOSA	Macrorregião de Viçosa		1	*	1
Auxiliar Técnico (Suporte em Informática)		BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	002	1	*	1
Produtor de VT e Audiovisuais		BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	003	1	*	1
Extensionista Agropecuário I		ALFENAS	Macrorregião de Alfenas	004	2	*	2
		BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte		2	*	2
		CURVELO	Macrorregião de Curvelo		1	1	2
		GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares		2	*	2
		JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora		2	*	2
		MONTES CLAROS	Macrorregião de Montes Claros		2	*	2
		PATOS DE MINAS	Macrorregião de Patos de Minas		1	1	2
		POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		2	*	2
		TEÓFILO OTONI	Macrorregião de Teófilo Otoni		2	*	2
		UBERABA	Macrorregião de Uberaba		1	*	1
		VIÇOSA	Macrorregião de Viçosa		2	*	2
Extensionista Agropecuário II	Engenharia Agrônômica	ALFENAS	Macrorregião de Alfenas	005	2	*	2
		BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte		2	*	2
		CURVELO	Macrorregião de Curvelo		2	*	2

CARGO		LOCAIS DE PROVAS	LOCAL DA VAGA	CÓDIGO DO CARGO	Nº DE VAGAS		
					AMPLA CONCORRÊNCIA (A)	DEFICIENTES (B)	TOTAL (A+B)
Extensionista Agropecuário II	Engenharia Agrônômica	GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares	005	2	*	2
		JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora		2	*	2
		MONTES CLAROS	Macrorregião de Montes Claros		1	1	2
		PATOS DE MINAS	Macrorregião de Patos de Minas		2	*	2
		POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		1	1	2
		TEÓFILO OTONI	Macrorregião de Teófilo Otoni		1	*	1
		UBERABA	Macrorregião de Uberaba		1	*	1
		VIÇOSA	Macrorregião de Viçosa		1	1	2
	Medicina Veterinária	BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte	006	1	*	1
		GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares		1	*	1
		JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora		1	*	1
	Zootecnista	JUIZ DE FORA	Macrorregião de Juiz de Fora	007	1	*	1
		POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		1	*	1
Extensionista Bem Estar Social II		ALFENAS	Macrorregião de Alfenas	008	1	*	1
		BELO HORIZONTE	Macrorregião de Belo Horizonte		1	*	1
		CURVELO	Macrorregião de Curvelo		1	*	1
		GOVERNADOR VALADARES	Macrorregião de Governador Valadares		0	1	1
		MONTES CLAROS	Macrorregião de Montes Claros		1	*	1
		PATOS DE MINAS	Macrorregião de Patos de Minas		1	*	1
		POUSO ALEGRE	Macrorregião de Pouso Alegre		1	*	1
		TEÓFILO OTONI	Macrorregião de Teófilo Otoni		1	*	1
		VIÇOSA	Macrorregião de Viçosa		1	*	1
Assistente Técnico I	Adm. de Empresas	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	009	1	*	1
	Arquitetura e Urbanismo	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	010	1	*	1
	Ciências Contábeis	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	011	3	2	5
	Ciência e Tecnologia de Laticínios	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	012	1	*	1
	Comunicação Social	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	013	1	*	1
	Designer Gráfico	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	014	1	*	1

CARGO		LOCAIS DE PROVAS	LOCAL DA VAGA	CÓDIGO DO CARGO	Nº DE VAGAS		
					AMPLA CONCORRÊNCIA (A)	DEFICIENTES (B)	TOTAL (A+B)
Assistente Técnico I	Engenharia de Alimentos	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	015	1	*	1
	Engenharia de Produção	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	016	1	*	1
	Geografia	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	017	1	*	1
	Psicologia	BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	018	1	*	1
Auditor		BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	019	2	*	2
Analista de Sistemas I		BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	020	2	*	2
Assessor Jurídico		BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	021	3	*	3
TOTAL GERAL DE VAGAS					90	10	100
* Não há reserva de vagas para provimento imediato em virtude do quantitativo oferecido.							

ANEXO III – LOCAIS DE PROVAS COM REGIONAIS E MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

LOCAIS DE PROVAS/ MACRORREGIÕES	UNIDADE REGIONAIS	MUNICÍPIOS
ALFENAS	Alfenas	Alfenas, Alterosa, Areado, Boa Esperança, Campanha, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Cordislândia, Cristais, Divisa Nova, Elói Mendes, Fama, Jesuânia, Lambari, Machado, Monsenhor Paulo, Olímpio Noronha, Parauaçu, Poço Fundo, Santana da Vargem, São João da Mata, Serrania, Três Pontas, Turvolândia, Varginha.
	Guaxupé	Albertina, Andradas, Arceburgo, Bandeira do Sul, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Caldas, Campestre, Congonhal, Guaranésia, Guaxupé, Ibitiura de Minas, Ipuina, Itamogi, Jacuí, Jacutinga, Juruáia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Monte Sião, Muzambinho, Nova Resende, Poços de Caldas, Santa Rita de Caldas, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Senador José Bento.
	Passos	Alpinópolis, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Cássia, Claraval, Conceição da Aparecida, Córrego Fundo, Delfinópolis, Doloresópolis, Fortaleza de Minas, Guapé, Ibiraci, Illicínea, Itaú de Minas, Passos, Pimenta, Piumhi, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Roque de Minas, Vargem Bonita.
BELO HORIZONTE	Belo Horizonte	Belo Horizonte, Belo Vale, Betim, Bom Jesus do Amparo, Bonfim, Brumadinho, Caeté, Casa Grande, Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Cristiano Ottoni, Crucilândia, Ibirité, Igarapé, Itabirito, Itaguara, Itatiaiuçu, Itaverava, Mário Campos, Moeda, Nova Lima, Nova União, Ouro Branco, Ouro Preto, Piedade dos Gerais, Piracema, Queluzito, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, São Joaquim de Bicas, Sarzedo, Taquaraçu de Minas.
	Divinópolis	Araújos, Arcos, Bambuí, Bom Despacho, Camacho, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Carmópolis de Minas, Cláudio, Conceição do Pará, Córrego Danta, Divinópolis, Formiga, Igaratinga, Iguatama, Itapeçerica, Itaúna, Japaraíba, Lagoa da Prata, Leandro Ferreira, Luz, Medeiros, Moema, Nova Serrana, Oliveira, Pains, Passa Tempo, Pedra do Indaiá, Perdigão, Pitangui, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, São Gonçalo do Pará, São Sebastião do Oeste, Tapiraí.
	Sete Lagoas	Baldim, Cachoeira da Prata, Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Florestal, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Jaboticatubas, Jequitibá, Juatuba, Lagoa Santa, Maravilhas, Mateus Leme, Matozinhos, Onça do Pitangui, Papagaios, Pará de Minas, Pedro Leopoldo, Pequi, Prudente de Moraes, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Santana de Pirapama, Santana do Riacho, São José da Lapa, São José da Varginha, Sete Lagoas, Vespasiano.
GOVERNADOR VALADARES	Governador Valadares	Aimorés, Alpercata, Alvarenga, Capitão Andrade, Central de Minas, Conselheiro Pena, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Dom Cavati, Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galiléia, Goiabeira, Governador Valadares, Itabirinha de Mantena, Itanhomi, Ituaçu, Jampruca, Mantena, Marilac, Mathias Lobato, Mendes Pimentel, Nova Belém, Nova Módica, Pescador, Resplendor, Santa Rita do Ituaçu, São Félix de Minas, São Geraldo do Baixo, São João do Manteninha, São José do Divino, Sobralia, Tarumirim, Tumiritinga.
	Guanhães	Açucena, Braúnas, Cantagalo, Carmésia, Coroaçu, Divinolândia de Minas, Dom Joaquim, Dolores de Guanhanes, Ferros, Gonzaga, Guanhanes, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Joanésia, Materlândia, Nacif Raydan, Passa Bem, Paulistas, Peçanha, Sabinópolis, Santa Efigênia de Minas, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo, São Geraldo da Piedade, São Gonçalo do Rio Abaixo, São João Evangelista, São Sebastião do Rio Preto, Saradoá, Senhora do Porto, Virgínia, Virgolândia.
	Ipatinga	Antônio Dias, Bela Vista de Minas, Belo Oriente, Bom Jesus do Galho, Bugre, Caratinga, Coronel Fabriciano, Córrego Novo, Entre Folhas, Iapú, Imbé de Minas, Inhapim, Ipaba, Ipatinga, Jaguaráçu, João Monlevade, Marliéria, Mesquita, Naque, Nova Era, Periquito, Piedade de Caratinga, Pingo D'Água, Santa Bárbara do Leste, Santa Rita de Minas, Santana do Paraíso, São Domingos das Dolores, São João do Oriente, São Sebastião do Anta, Timóteo, Uaporanga, Vargem Alegre.

ANEXO III – LOCAIS DE PROVAS COM REGIONAIS E MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

LOCAIS DE PROVAS/ MACRORREGIÕES	UNIDADE REGIONAIS	MUNICÍPIOS
JUIZ DE FORA	Cataguases	Argirita, Astolfo Dutra, Bicas, Cataguases, Descoberto, Dona Euzébia, Goianá, Guarani, Guarará, Itamarati de Minas, Mar de Espanha, Maripá de Minas, Mercês, Miraí, Pequerí, Piraúba, Rio Novo, Rio Pomba, Rochedo de Minas, Santana de Cataguases, São João Nepomuceno, São Sebastião da Vargem Alegre, Senador Cortes, Silverânia, Tabuleiro, Tocantins, Rodeiro.
	Juiz de Fora	Aracitaba, Arantina, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bocaina de Minas, Bom Jardim de Minas, Carvalhos, Chácara, Chiador, Coronel Pacheco, Ewbank da Câmara, Juiz de Fora, Liberdade, Lima Duarte, Matias Barbosa, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Passa Vinte, Pedro Teixeira, Piau, Rio Preto, Santa Bárbara do Monte Verde, Santa Rita do Ibitipoca, Santa Rita do Jacutinga, Santana do Deserto, Santana do Garambéu, Santos Dumont, Seritinga, Serranos, Simão Pereira.
	São João Del Rei	Alfredo Vasconcelos, Alto do Rio Doce, Andrelândia, Antônio Carlos, Barbacena, Barroso, Capela Nova, Caranaíba, Carandaí, Conceição da Barra de Minas, Coronel Xavier Chaves, Desterro de Entre Rios, Desterro do Melo, Dolores de Campos, Entre Rios de Minas, Ibertioga, Jeceaba, Lagoa Dourada, Madre de Deus de Minas, Minduri, Nazareno, Piedade do Rio Grande, Prados, Resende Costa, Ressaquinha, Ritópolis, Santa Bárbara do Tugúrio, Santa Cruz de Minas, Santana dos Montes, São Braz do Suaçuí, São João Del Rei, São Tiago, São Vicente de Minas, Senhora dos Remédios, Tiradentes.
MONTES CLAROS	Janaúba	Catutí, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Monte Azul, Montezuma, Nova Porteira, Pai Pedro, Porteira, Riacho dos Machados, Santo Antônio do Retiro, Serranópolis de Minas, Verdelândia.
	Januária	Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Ibiracatu, Itacarambi, Januária, Japonvar, Juvenília, Lontra, Manga, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, São João da Ponte, São João das Missões, Varzelândia.
	Montes Claros	Bocaiúva, Botumirim, Buritizeiro, Capitão Enéas, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Cristália, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Francisco Sá, Glaucilândia, Grão Mogol, Guaraciama, Ibiá, Itacambira, Jequitaiá, Juramento, Lagoa dos Patos, Montes Claros, Olhos D'água, Pirapora, São João da Lagoa.
	Salinas	Águas Vermelhas, Araçuaí, Berizal, Coronel Murta, Curral de Dentro, Divisa Alegre, Fruta de Leite, Indaiabira, Josenópolis, Ninheira, Novorizonte, Padre Carvalho, Rio Pardo de Minas, Rubelita, Salinas, Santa Cruz de Salinas, São João do Paraíso, Taiobeiras, Vargem Grande do Rio Pardo, Virgem da Lapa.
	São Francisco	Brasília de Minas, Campo Azul, Icaraí de Minas, Luislândia, Mirabela, Patis, Pintópolis, Ponto Chique, Santa Fé de Minas, São Francisco, São João do Pacuí, São Romão, Ubaí, Uruçuaia.
PATOS DE MINAS	Patos de Minas	Abadia dos Dourados, Arapuá, Campos Altos, Carmo do Paranaíba, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Douradoquara, Grupiara, Guimarânia, Iraí de Minas, Lagamar, Lagoa Formosa, Lagoa Grande, Matutina, Patos de Minas, Patrocínio, Presidente Olegário, Rio Paranaíba, Santa Rosa da Serra, São Gonçalo do Abaeté, São Gotardo, Serra do Salitre, Tiros, Varjão de Minas, Vazante.
	Unaí	Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Natalândia, Paracatu, Riachinho, Unaí, Uruana de Minas.
POUSO ALEGRE	Lavras	Aguanil, Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Bom Sucesso, Cambuquira, Campo Belo, Cana Verde, Candeias, Carmo da Cachoeira, Carrancas, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Coqueiral, Cruzília, Ibituruna, Ijaci, Ingaí, Itamonte, Itanhandu, Itumirim, Itutinga, Lavras, Luminárias, Nepomuceno, Passa Quatro, Perdões, Pouso Alto, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Bento do Abade, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, São Tomé das Letras, Três Corações, Virgínia, Soledade de Minas.
	Pouso Alegre	Bom Repouso, Borda da Mata, Brasópolis, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Camanducaia, Cambuí, Careagu, Carmo de Minas, Conceição das Pedras, Conceição dos Ouros, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Cristina, Delfim Moreira, Dom Viçoso, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Heliodora, Inconfidentes, Itajubá, Itapeva, Maria da Fé, Marmelópolis, Munhoz, Natércia, Ouro Fino, Paraíso de Minas, Peralva, Piranguçu, Piranguinho, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo Sapucaí, São José do Alegre, São Sebastião da Bela Vista, Sapucaí Mirim, Senador Amaral, Silvianópolis, Tocos do Moji, Toledo, Wenceslau Braz.

ANEXO III – LOCAIS DE PROVAS COM REGIONAIS E MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA

LOCAIS DE PROVAS/ MACRORREGIÕES	UNIDADE REGIONAIS	MUNICÍPIOS
CURVELO	Capelinha	Água Boa, Angelândia, Aricanduva, Berilo, Capelinha, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Franciscópolis, Frei Lagonegro, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, José Raydan, Leme do Prado, Malacacheta, Minas Novas, Santa Maria do Suaçuí, São José da Safira, São José do Jacurí, São Pedro do Suaçuí, São Sebastião do Maranhão, Setubinha, Turmalina, Veredinha.
	Curvelo	Abaeté, Araçaí, Augusto de Lima, Biquinhas, Buenópolis, Caetanópolis, Cedro do Abaeté, Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Dolores do Indaiá, Estrela do Indaiá, Felixlândia, Inimutaba, Joaquim Felício, Lassance, Martinho Campos, Monjolos, Morada Nova de Minas, Morro da Garça, Paineiras, Paraopeba, Pompéu, Presidente Juscelino, Quartel Geral, Santo Hipólito, Serra da Saudade, Três Marias, Várzea da Palma.
	Diamantina	Alvorada de Minas, Carbonita, Coluna, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Couto Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Inhaí, Itamarandiba, Morro do Pilar, Presidente Kubistchek, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Senador Mourão, Serra Azul de Minas, Serro.
TEÓFILO OTONI	Almenara	Almenara, Bandeira, Cachoeira do Pajeú, Comercinho, Divisópolis, Felisburgo, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Joaíma, Jordânia, Mata Verde, Medina, Monte Formoso, Padre Paraíso, Palmópolis, Pedra Azul, Ponto dos Volantes, Rio do Prado, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio do Jacinto.
	Teófilo Otoni	Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carai, Carlos Chagas, Catujá, Crisolita, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Ladainha, Machacalis, Nanuque, Novo Cruzeiro, Novo Oriente de Minas, Ouro Verde de Minas, Pavão, Poté, Santa Helena de Minas, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni, Umburatiba.
UBERABA	Uberaba	Água Comprida, Araxá, Campo Florido, Carneirinho, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Delta, Fronteira, Frutal, Ibiá, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Perdizes, Pirajubá, Planura, Pratinha, Sacramento, São Francisco de Sales, Tapira, Uberaba, União de Minas, Veríssimo.
	Uberlândia	Araguari, Araporã, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Canápolis, Capinópolis, Cascalho Rico, Centralina, Estrela do Sul, Gurinhatã, Indianópolis, Ipiacú, Ituiutaba, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Pedrinópolis, Prata, Romaria, Santa Juliana, Santa Vitória, Tupaciguara, Uberlândia.
VIÇOSA	Manhuaçu	Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Conceição de Ipanema, Durandé, Ipanema, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Mutum, Orizânia, Pedra Bonita, Pocrane, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento, Sericita, Simonésia, Taparuba, Vermelho Novo.
	Muriaé	Além Paraíba, Antônio Prado de Minas, Barão do Monte Alto, Caiana, Carangola, Divino, Espera Feliz, Estrela Dalva, Eugénópolis, Faria Lemos, Fervedouro, Laranjal, Leopoldina, Miradouro, Muriaé, Palma, Patrocínio do Muriaé, Pedra Dourada, Pirapetinga, Recreio, Rosário da Limeira, Santo Antônio do Aventureiro, São Francisco do Glória, Tombos, Vieiras, Volta Grande.
	Ponte Nova	Abre Campo, Acaiaca, Alvinópolis, Amparo da Serra, Barão de Cocais, Barra Longa, Catas Altas, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Dom Silvério, Jequerí, Mariana, Oratórios, Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Raul Soares, Rio Casca, Rio Doce, Rio Piracicaba, Santa Cruz do Escalvado, Santa Bárbara, Santo Antônio do Gramma, São Domingos do Prata, São José do Goiabal, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Urucânia.
	Viçosa	Araponga, Brás Pires, Cajuri, Canaã, Catas Altas da Noruega, Cipotânea, Coimbra, Divinésia, Dolores do Turvo, Ervália, Guaraciaba, Guidoal, Guiricema, Lamim, Paula Cândido, Pedra do Anta, Piranga, Porto Firme, Presidente Bernardes, Rio Espera, São Geraldo, São Miguel do Anta, Senador Firmino, Senhora de Oliveira, Teixeiras, Ubá, Viçosa, Visconde do Rio Branco.

ANEXO IV – Cargos/Nº de Vagas/Disciplinas e Nº de Questões por Disciplina

Cargos	Provas		
	Disciplinas	Cód. Da Disciplina	Nº de Questões
Assistente Administrativo II	Português	P1	20
	Matemática	P2	10
	Raciocínio Lógico	P3	10
	Informática	P4	10
	TOTAL PONTUAÇÃO		50
Auxiliar Técnico / Suporte em Informática	Português	P1	10
	Raciocínio Lógico	P3	10
	Conhecimentos Específicos	P5	30
	TOTAL PONTUAÇÃO		50
Produtor de VT e Audiovisuais	Português	P1	10
	Informática	P4	10
	Conhecimentos Específicos	P5	30
	TOTAL PONTUAÇÃO		50
Extensionista Agropecuário I	Português	P1	10
	Raciocínio Lógico	P3	05
	Informática	P4	05
	Conhecimentos Específicos	P5	30
	TOTAL PONTUAÇÃO		50

Cargos		Disciplinas	Cód. Da Disciplina	Nº de Questões
Extensionista Agropecuário II	Engenheiro Agrônomo	Português Informática Raciocínio Lógico Conhecimentos Específicos	P1 P4 P3 P5	10 10 10 30
	Medicina Veterinária			
	Zootecnista			
Extensionista de Bem Estar Social II				
Auditor				
Assistente Técnico I	Designer Gráfico			
	Psicologia			
	Arquitetura e Urbanismo			
	Ciências Contábeis			
	Engenharia de Alimentos			
	Ciência e Tecnologia de Laticínios			
	Engenharia de Produção			
	Geografia			
	Administração de Empresas			
Assessor Jurídico				
Analista de Sistemas I				
TOTAL PONTUAÇÃO			60	

ANEXO V

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS - 2015

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO:

- Assistente Administrativo II
- Auxiliar Técnico – Suporte em Informática
- Produtor de VT e Audiovisuais
- Extensionista Agropecuário I

I) LÍNGUA PORTUGUESA:

Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua. Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépica, acentuação tônica e gráfica. Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego. Teoria Geral da Frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas. Sintaxe de concordância: concordância verbal e nominal (casos gerais e particulares). Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal. Colocação de pronomes: próclise, mesóclise, ênclise. Pontuação. Crase. Leitura, compreensão e Interpretação de texto. Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, H. A. de. Gramática ilustrada. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CEGALLA, D. P. Novíssima gramática da língua portuguesa: Novo Acordo Ortográfico. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

LIMA, C. H. R. Gramática normativa da língua portuguesa. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

Livros didáticos de Língua Portuguesa para o ensino médio.

BECHARA, E. Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo: Nacional, 2009.

NETO, C.P.; INFANTE, U. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 4.ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007. 2007.

RIBEIRO, Manoel Pinto. Nova Gramática aplicada da língua portuguesa: uma comunicação interativa. 17ª ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 2007

ALMEIDA, N. M., Gramática metódica da língua portuguesa. São Paulo: Saraiva, 1994.

GAMA, Adriano da. Novas lições de análise sintática. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

ILARI, R.; BASSO, R. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LUFT, Celso Pedro. Moderna gramática brasileira. 14ª ed. São Paulo: Globo, 2000. MARTINS, E. Manual de Redação e Estilo. São Paulo: Moderna, 2000.

II) INFORMÁTICA (Exceto para o cargo de Auxiliar Técnico – Suporte em Informática)

1) Informática em Geral: conceitos. 2) Periféricos de um Computador. 3) Hardware. 4) Software. 5) Utilização do Sistema Operacional Windows XP. 6) Configurações Básicas do Windows XP. 7) Aplicativos Básicos (bloco de notas, calculadora, Paint, WordPad). 8) Instalação, configuração e utilização: Processador de Textos Microsoft Word (a partir da versão 2000) e Planilha Eletrônica Excel (a partir da versão 2000). 9) Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (a partir da versão Adobe Reader 7.0). 10) Configuração de Impressoras. 11) Noções básicas de Internet (Internet Explorer a partir da versão 6.0) 12) Noções básicas de Correio Eletrônico – Outlook. 13) Noções básicas de Mozilla Firefox. INCLUIR: BR OFFICE; LIBRE OFFICE; WINDOWS XP.

Bibliografia sugerida:

ADOBE READER. Ajuda do Adobe Reader (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Adobe Reader).

BATTISTI, Júlio. Windows XP – Home & Professional Para Usuários e Administradores. Axcel Books do Brasil Editora.

BRAGA, William Cesar. Microsoft Windows XP, Alta Books.

MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Internet Explorer (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Internet Explorer).

MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Excel (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Excel).

MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Word (Ajuda eletrônica integrada ao Programa MS Word).

MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Windows XP. (Ajuda eletrônica integrada ao MS Windows XP).

MICROSOFT PRESS, Dicionário de Informática. Tradução de Valeria Chamon. Campus.

MOZZILA FIREFOX. Ajuda eletrônica do Mozilla Firefox.

NORTON, Peter. Introdução à Informática. Makron Books.

VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Campus.

Manuais e apostilas de referência do Pacote Office e ajuda on-line (help).

III) RACIOCÍNIO LÓGICO:

1) Lógica e raciocínio lógico e proposições. Conectivos Conceito de proposição. Valores lógicos das proposições. 2) Operações Lógicas Sobre Proposições Negação de uma proposição. Conjugação de duas proposições. 3) Disjunção de duas proposições. Proposição condicional. Proposição bicondicional. 4) Tabelas-Verdade de Proposições Compostas. Construção de Proposições Conjuntas. Tabela-Verdade de Proposições Conjuntas. 5) Tautologias e Contradições Definição de tautologia. Definição de contradição. 6) Equivalência lógica e Implicação lógica Equivalência lógica. Propriedades da relação de equivalência lógica. Recíproca, contrária e contrapositiva de uma proposição condicional. Implicação lógica. Princípio de substituição. Propriedade da implicação lógica. 7) Álgebra das Proposições Propriedade idempotente. Propriedade comutativa. Propriedade associativa. Propriedade distributiva. Propriedade de absorção. Leis de Morgan. 8) Argumentos. Conceito de argumento. Validade de um argumento. Critério de validade de um argumento. 9) Sentenças Abertas. Sentenças abertas com uma variável. Conjunto-verdade. Sentenças abertas com duas variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com duas variáveis. Sentenças abertas com n variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com n variáveis. 10) Operações Lógicas Sobre Sentenças Abertas Conjunção. Disjunção. Negação. 11) Quantificadores Quantificador universal. Quantificador existencial. Negação de proposições contendo quantificadores. Quantificação parcial e Quantificação múltipla. Existência e unicidade. Conjunto limitados.

Bibliografia sugerida:

ALENCAR, Edgar F. Iniciação à lógica matemática. 18ª ed. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 2002.

BASTOS, Cleverson L. & KELLER, Vicente. Aprendendo lógica. SP: Vozes, 2011

COSTA, N. da. Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORTARI, Cezar A. Introdução à Lógica. Editora da UNESP, 2001.

NAHRA, Cinara, WEBER, Ivan H. Através da lógica. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. J. F. de. Lógica e aritmética. Brasília: Editora UnB, 2004.

SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico. 5 ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.

SOARES, Edvaldo. Fundamentos de Lógica. Elementos de Lógica Formal e Teoria da Argumentação. São Paulo: Atlas S. A., 2003.

DANTE, L. R. Matemática: contextos e aplicações. São Paulo: Ática, 2011.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II

MATEMÁTICA:

Conjunto dos números naturais: a numeração decimal, operações e resoluções de problemas. Múltiplos e divisores de um número natural: divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. Números fracionários: operações com números fracionários, resoluções de problemas. Frações e números decimais: operações com números decimais. Sistemas Métrico Decimal. Perímetro de figuras planas. Áreas de figuras planas (triângulos, quadriláteros, círculos e polígonos regulares). Conjunto dos números inteiros relativos: operações e resoluções de problemas. Conjunto dos números racionais. Resolução de equações do 1º grau. Resolução de problemas. Razão e proporção. Propriedades das proporções. Divisão proporcional. Média aritmética simples e ponderada. Regra de três simples. Regra de três, composta. Porcentagem, juros simples e montante. Conjunto dos números reais. Operações com polinômios. Produtos notáveis. Fatoração. Sistemas de equações do 1º grau com duas incógnitas. Equações do 2º grau. Resolução de problemas. Relações métricas e trigonométricas nos triângulos retângulos: aplicação do teorema de Pitágoras. Funções: função do 1º grau, função quadrática, função exponencial e função logarítmica. Análise Combinatória Simples. Geometria sólida: prismas e pirâmides, cilindros e cones, esfera - áreas e volumes.

Bibliografia sugerida:

DANTE, L. R. Matemática: contexto e aplicações. Ática, 2000. (v. 1 e v. 2).

GIOVANNI, J. Ruy, et al. Matemática fundamental: uma nova abordagem. FTD, 2012.

IEZZI, Gelson, et al. Conecte: Matemática 1º ano. Saraiva, 2011.

IEZZI, Gelson, et al. Conecte: matemática ciência e aplicações. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 1).

IEZZI, Gelson, et al. Conecte: Matemática 2º ano. São Paulo: Saraiva, 2011.

IEZZI, Gelson, et al. Conecte: matemática ciência e aplicações. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 2).

IEZZI, Gelson, et al. Conecte: Matemática 3º ano. São Paulo: Saraiva, 2011.

IEZZI, Gelson, et al. Conecte: matemática ciência e aplicações. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (v. 3).

FILHO, Benigno Barreto; BARRETO, Cláudio Xavier. Matemática Aula por Aula: Ensino Médio. São Paulo: FDT, 2000.

CARGO: AUXILIAR TÉCNICO – SUPORTE EM INFORMÁTICA

1. Redes: Meios de transmissão; técnicas básicas de comunicação; técnicas de comutação de circuitos, pacotes e células; topologias de redes de computadores; arquiteturas e protocolos para redes de transmissão de dados (LAN/MAN); redes locais virtuais - VLANs; modelo de referência OSI; arquitetura cliente-servidor; tecnologias de redes locais Ethernet/Fast, Ethernet/Gigabit, Ethernet; cabeamento: par trançado sem blindagem - categoria 5E e 6, cabeamento estruturado (norma EIA/TIA 568); fibras ópticas: fundamentos e padrões; redes sem fio (wireless): fundamentos e padrões; elementos de interconexão de redes de computadores (gateways, hubs, repetidores, bridges, switches, roteadores); qualidade de serviço (QoS), serviços diferenciados e serviços integrados; aplicações de voz e imagem sobre redes; redes de longa distância; instalação e suporte a Protocolo TCP/IP, DHCP, Serviços de Nomes de Domínios (DNS), NIS, NFS, POP, IMAP, Serviço de transferência de mensagens SMTP, FTP; serviço HTTP; serviços de rede (correio eletrônico, SMTP, DNS, WINS, DHCP, FTP, HTTP/S, SSH, entre outros).

2. Gerência de Redes: Conceitos de Protocolo SNMP e serviços de gerenciamento de rede (NMS); gerenciamento de dispositivos de rede, servidores e aplicações; gerência de falha, de capacidade e de mudança; gestão da segurança da informação: conceitos gerais; classificação de informações. Segurança física e lógica. Firewall criptografia; VPN. Sistemas de detecção de intrusão. Noções de gestão de risco. Máquinas virtuais.

3. Estações: Sistemas operacionais Microsoft Windows 7,8 e 10; Microsoft Office (MS-Word, MS-Excel, MS-Powerpoint), Libre Office (Writer, Calc e Impress), políticas de administração de estações, distribuição de atualizações de softwares, montagem de pacotes de instalação de softwares, controle remoto de estações, especificações técnicas de estações de trabalho, notebooks, impressoras, scanners e outros equipamentos periféricos.

4. Servidores: Administração de Sistema Operacional Microsoft Windows Server 2008 e 2012; Linux: Conceitos Básicos; Microsoft Active Directory; MS-IIS, MS-Terminal Service; serviços DHCP e WINS; infraestrutura de hardware: Storage, NAS, SAN; balanceamento de carga; contingência e continuidade de operação; conceitos básicos de Banco de Dados: tipos de bancos de dados, modelo conceitual, modelo Entidade x Relacionamento; DML: Linguagem de manipulação de Dados; DDL: Linguagem de Definição de Dados; backup e restauração de dados; tolerância a falhas e continuidade de operação; monitoração e otimização de desempenho; serviços de arquivo e impressão em rede; servidores web e servidores de aplicação JBOSS e Tomcat: conceitos básicos, noções de operação e administração.

5. Segurança da Informação: políticas de segurança da informação; segurança de redes de computadores; segurança física e lógica; métodos de autenticação (senhas, tokens, certificados e biometria); cópias de segurança (backup): tipos, ciclos e principais dispositivos e meios de armazenamento; combate a malwares; conceito de DMZ; conceito de filtragem de pacotes e firewall; sistemas de Detecção de Intrusão (NIDS); criptografia: conceitos básicos de criptografia; sistemas criptográficos simétricos e assimétricos; infraestrutura de chave pública (PKI).

6. Governança de tecnologia da informação: conceitos básicos.

7. COBIT: conceitos básicos, estrutura e objetivos, requisitos da informação, recursos de tecnologia da informação, domínios, processos e objetivos de controle. 8. Modelo ITIL (Information Technology Infrastructure Library): service desk, gerenciamento de incidentes, gerenciamento de problemas, gerenciamento da configuração, gerenciamento da mudança, gerenciamento de liberações, gerenciamento de níveis de serviço, gerenciamento financeiro de serviços de TI, gerenciamento de disponibilidade, gerenciamento de capacidade e gerenciamento de continuidade dos serviços em TI.

Bibliografia sugerida:

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. **Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Topdown**. 5 ed. São Paulo: Pearson / Prentice Hall, 2010.

MELENDEZ Filho, Rubem. Service Desk Corporativo - Solução Com Base Na Itil ® V3. Editora: Novatec. 2011.

MORIMOTO, C. **Redes - Guia Prático**. GDH Press e Sul Editores, 2ª ed. 2011

MONTEIRO, Mario A., Introdução a organização de computadores – 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

STAIR, R. M., REYNOLDS, G. W. **Princípios de sistemas de informação**. 9 ed. São Paulo: Cengage Learning: 2011

STANEK, William R.. Windows Server 2008 - Guia Completo. Editora: Bookman, 2008.

STANEK, William R.. Windows Server 2012 - Guia de Bolso. Editora: Bookman, 2014.

ROBSON, Aquila; COSTA, Renato. **Informática Básica**. Rio de Janeiro: Impetus, 2009.

TANENBAUM, A. S. **Redes de computadores**. trad. 4 ed. original. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

TANENBAUM, A S. **Sistemas Operacionais Modernos**. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

VELOSO. Fernando de Castro **Informática - Conceitos Básicos 7ª Ed.** Ed. Campus. 2004: Rio de Janeiro

SANTOS, Ademar de Araújo **Informática na Empresa** Ed. Atlas. 3ª Ed. 2003. Álgebra

CARGO: PRODUTOR DE VT E AUDIOVISUAIS

1. Operação e filmagem com câmeras profissionais HD, em ambientes externos e estúdio, para reportagens de TV, vídeos técnicos e institucionais.
2. A operação de câmera: relação com a noção de espaço; sinais eletrônicos emitidos e efeitos de luminosidade; processo visual: luz, som, saturação, sensações acromáticas e cromáticas, peso das cores, utilização das cores e sua influência; temperatura de cor, luz natural e luz artificial; tipos de lâmpadas, lentes e refletores, acessórios de iluminação, gelatinas de cores e filtros de correção. Utilização de apoios e acessórios; indicadores, conectores, filtros e lentes; pedestal; monopés e tripés;
3. Composição da imagem: planos, enquadramentos e movimentos de câmera - conceituação, aspectos práticos e estéticos.
4. Edição não-linear: Final Cut, Motion, After Effects e Adobe Premiere.
5. Utilização da plataforma Mac OSX.
6. Noções de manutenção de equipamentos de áudio, iluminação e câmeras de TV.
7. Produção e edição de material radiofônico.
8. Noções de Áudio e Acústica: faixas de frequência, radiofrequência, medidas de intensidade sonora, desempenho de som, tratamento acústico.
8. Microfones: tipos de microfone. Mesas de som: funções, equalizador, multiefeitos, amplificadores de potência, caixas acústicas, gravação.
9. Conhecimento de mídias de armazenamento; formatos de arquivo; processamento, impressão e compartilhamento de imagens; arquivamento em pastas, back-ups e mídias graváveis, transferências de arquivos.
10. Reprodução digital e analógico: CD, DVD, DAT, Bluray.
10. Montagem de equipamentos e diferentes tipos de cabo.
11. Noções do sinal de vídeo: resolução de imagem, campo, frame, sincronia, sinal monocromático e colorido, padrão PAL-M e NTSC; câmeras de vídeo: principais funções, foco, zoom, iris, ajustes, camcorder.
12. Gravação, transmissão simultânea, reprodução de vídeo e áudios em ambientes externos e internos.
13. Conceito de iluminação: fundamentos da cor, fontes naturais e artificiais; temperatura, filtros de correção, tipos de luminárias (lâmpada, luz e contra luz), Iluminação em interiores e exteriores.
14. Conceitos de consumo de energia: potência, amperagem, voltagem, medidas.
15. Instalação e uso de equipamentos audiovisuais: retroprojetor, projetores de slides, projetor de vídeo, multimídia, data-show.
16. Noções básicas de sinal de vídeo; sistema de cores; conversores; cabeça, off, passagem e sonora; stand-up; flash e link ao vivo; captação e transmissão em externa; edição; Identificação e conhecimento operacional de UPPs, UMs e UMEs, UMJs e UPJs.
8. Comunicação e linguagem audiovisual: teorias e conceitos; a função do cinegrafista como comunicador, seu papel e importância.
9. A imagem: teorias e conceitos; o olho e o sistema visual; os elementos da percepção; as funções da imagem; o espectador; representação, ilusão e efeitos; analogia, perspectiva, campo e cena.

Bibliografia sugerida:

- AUMONT, Jacques. A estética do filme. São Paulo: Papirus, 1995.
- DANCYGER, Ken. Técnicas de edição para cinema e vídeo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- KELLISON, Cathrine. Produção e direção para TV e vídeo: uma abordagem técnica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007
- ALCURE, Lenira. Telejornalismo em 12 lições: televisão, vídeo e internet. São Paulo: SENAC, 2011.
- BONASIO, Valter. Televisão: manual de produção e direção. Belo Horizonte: Leitura, 2002.
- BROWN, Blain. Cinematografia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012
- ROBERTS-BRESLIN, J. Produção e direção para TV e vídeo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- SERRA, Floriano. A arte e a técnica do vídeo: do roteiro à edição. São Paulo: Summus, 1986.

SANTOS, Rudi. Manual de Vídeo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. Gêneros e formatos na televisão brasileira. São Paulo: Summus, 2004.

WATTS, Harris. Direção de câmera. São Paulo: Summus, 1999.

WATTS, Harris. On Camera: o curso de produção de filme e vídeo da BBC. São Paulo: Summus, 1990.

Manuais e tutoriais do Pacote Adobe

Sites:

<http://filmmaker.com.br>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

http://radiostationworld.com/directory/television_standards/default.asp. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://filmmakeriq.com>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://videobr.com.br> . Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.artesaosdosom.org>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.abarbosa.org>. Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.tudosobretv.com.br/> . Acesso em 28 de dezembro de 2015.

<http://www.teleco.com.br/tvdigital.asp>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

<http://comunicamos.files.wordpress.com/2007/09/utadtv-manual3.pdf>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

<http://www.fazendovideo.com.br/>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

CARGO: EXTENSIONISTA AGROPECUÁRIO I

1. FERTILIDADE DO SOLO

1.1 Análise de solo: coleta de amostras simples e amostras compostas. Interpretação dos resultados das análises de rotina de fertilidade do solo, matéria orgânica e fósforo remanescente. Recomendações de calagem e adubação orgânica e mineral;

1.2 Análise do subsolo: coleta de amostras de solo em subsuperfície. Interpretação dos resultados e recomendação de gessagem;

1.3 Conversão de unidades de medida dos resultados de análise de solo;

1.4 Demanda de nutrientes pelas culturas;

1.5 Legislação sobre fertilizantes.

2. FRUTICULTURA

2.1. Frutíferas: Abacate; Abacaxi; Banana; Citrus (Laranja, Limão e Tangerina); Goiaba; Manga; Maracujá; Morango; Pêssego; Uva.

2.2 Sementes e mudas: produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, sistema de produção de mudas, plantio.

2.3 Produção: análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento do pomar, planejamento do pomar, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.

2.4 Solo e fertilidade: coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação química, preparo de solo, sulcamento, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.

2.5 Plantio: densidade de plantas, épocas de produção, ciclos.

2.6 Tratos culturais: capinas, raleio de frutos, podas (formação, condução, produção, verde, rejuvenescimento).

2.7 Irrigação: qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo.

2.8 Pragas e doenças: MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de

reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI).

2.9 Colheita: processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, padronização e classificação, embalagem, transporte).

3. CULTURAS

3.1. Arroz, feijão, milho, soja, sorgo, café, cana-de-açúcar e mandioca.

3.2. Preparo de solo: sistema convencional e plantio direto

3.3. Plantio: cultivares, espaçamento, densidade, épocas, viveiros de mudas, plantio direto, calagem, gessagem, adubação química, adubação orgânica e adubação verde.

3.4. Tratos Culturais: cultivos manual, mecânico e químico, manejo integrado de pragas (monitoramento, controle, aplicação de defensivos, cuidados no manuseio e aplicação) e rotação de culturas.

3.5. Colheita: colheita, classificação, secagem, benefício e armazenagem.

4. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

4.1. Fundamentos legais do associativismo.

4.2. Fundamentos legais do cooperativismo:

4.2.1. As sociedades cooperativas;

4.2.2. Objetivos e classificação das sociedades cooperativas;

4.2.3. As cooperativas de trabalho.

4.3. Autogestão e cooperativismo.

5. MEIO AMBIENTE

5.1 Conceitos e Fundamentos da Política Florestal: Conceito e Dimensões das Áreas de Preservação Permanente - APPs; Intervenções permitidas em APPs (Atividades de Interesse Público, Atividades de Interesse Social e Atividades de Baixo Impacto Ambiental); Área Rural Consolidada; Recomposição de APPs; Conceito e Dimensão da Área de Reserva Legal; Formas de Regularização da Reserva Legal; Áreas de Uso Restrito; Cadastro Ambiental Rural - CAR; Cota de Reserva Ambiental – CRA; Conceito e Tipos de Unidades de Conservação.

5.2 Conceitos e Fundamentos do Licenciamento Ambiental: Tipos de Licença Ambiental (Certidão de Dispensa de Licenciamento; Autorização Ambiental de Funcionamento e Licença Ambiental Convencional); Licenciamento de Atividades Agrossilvopastoris e de Agroindústrias; Conselho de Política Ambiental – COPAM; Superintendências de Regularização Ambiental – SUPRAMs; Unidades Regionais do COPAM – URCs.

5.3 Conceitos e Fundamentos sobre Gestão de Recursos Hídricos: Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos; Enquadramento de Corpos D'água; Classes de Qualidade das Águas; Outorga de Direito de Uso da Água; Usos Insignificantes de Água; Cobrança pelo Uso da Água; Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH; Comitês de Bacias Hidrográficas; Planos Diretores de Recursos Hídricos.

5.4 Conceitos, Fundamentos da Legislação sobre Agrotóxicos.

5.5 Princípios da Agroecologia e da Transição Agroecológica.

6. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

6.1 Alimentação:

6.1.1 Pastagens

Formação, reforma e recuperação de pastagens:

- principais forrageiras para pastejo direto e seu valor nutricional;
- sistema convencional;
- sistema de integração lavoura e pecuária (iLP);
- sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (iLPF);
- práticas de conservação de solo e água;
- cultivo de leguminosas para composição de banco de proteínas.

Manejo e uso racional das pastagens:

- divisão e subdivisão das pastagens;
- sombreamento das pastagens;

- análise de fertilidade de solo e adubação das pastagens;
- controle de pragas (formigas, cupins, percevejos, cigarrinhas, etc.) e invasoras das pastagens;

Alimentação volumosa estratégica e alternativa para os períodos pré seco e seco

- principais forrageiras para corte e seus valores nutricionais;
- forrageiras para pastejo direto no período pré seco e seus valores nutricionais ;
- cana-de-açúcar corrigida com ureia e sulfato de amônia;
- alternativas de conservação de forragens:
- Diferimento de pastagens;
- Produção de silagem (capim, milho e sorgo);
- suplementação de alimentação volumosa com o uso de misturas nitrominerais ou nitroprotéicas

6.2 Água

- importância da água na alimentação de bovinos;
- distribuição de bebedouros;
- qualidade e quantidade suficiente de água para o consumo do rebanho.

6.3 Mineralização do rebanho

- necessidades, deficiências e estratégias de fornecimento de sal mineral de boa qualidade, para o rebanho bovino.

Alimentação concentrada

- Principais produtos utilizados na alimentação concentrada para bovinos e sua composição nutricional.

6.4 Sanidade

- cuidados com os recém-nascidos: piquete maternidade, fornecimento de colostro e cura de umbigo;
- calendário anual de vacinações;
- mamites clínica e subclínica: características e manejo preventivo;
- manejo preventivo e controle de endo e ectoparasitoses;
- controle de vetores transmissores de doenças (moscas, roedores, morcegos,...).

6.5 - Reprodução e Genética

- raças zebuínas e europeias e seus cruzamentos;
- ciclo reprodutivo da fêmea bovina;
- manejo de vacas mestiças (holandesa X zebuínas) para a produção de leite e de bezerros;
- melhoramento genético por meio da introdução de reprodutores melhoradores em sistema de monta natural;
- avaliação de escore da condição corporal de vacas.

6.6 - Manejo de dejetos e de resíduos

- destinação correta de resíduos da atividade (embalagens, material descartável, águas residuais,...);
- mensuração da produção diária de efluentes;
- manejo correto de efluentes e sua aplicação na adubação de lavouras, pastagens, canavial e capineiras.

6.7 Instalações e ambiência

- uso de cerca eletrificada;
- dimensionamento de instalações;
- ambiência e bem-estar animal.

6.8 Qualidade do leite

- manutenção, limpeza e higiene das instalações, equipamentos e utensílios;
- boas práticas de ordenha;
- características e uso de tanques de resfriamento de leite.

6.9 Qualidade dos animais

- criação de bezerros(as) para recria e abate;
- criação de bezerras e recria de novilhas leiteiras.

6.10 Gestão do negócio

- índices zootécnicos e métodos/práticas de mensuração e controle;
- indicadores de desempenho econômico-financeiro na bovinocultura.

7. OLERICULTURA

7.1 Olerícolas - Batata; tomate-de-mesa; cenoura; cebola; alface; pimentão; alho; mandioquinha-salsa; repolho; brócolis, beterraba; jiló; berinjela; pimenta; pepino; quiabo.

- 7.2 Sementes e mudas - produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, semeio e sistema de produção de mudas.
- 7.3 Produção – análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento da horta, planejamento da horta, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.
- 7.4 Solo e fertilidade – coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação, preparo de solo, levantamento de canteiros, sulcamento, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.
- 7.5 Cultivo protegido – tipos de casa de vegetação, localização, estrutura.
- 7.6 Plantio – densidade de plantas, épocas, ciclos.
- 7.7 Tratos culturais – capinas, raleamento, desbaste, desbrota, estaqueamento, amontoa, adubação de cobertura, amarrio.
- 7.8 Irrigação – qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo.
- 7.9 Pragas e doenças – MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI).
- 7.10 Colheita – processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, classificação, embalagem, transporte).

8. AGROECOLOGIA

- 8.1 Conceituação, histórico e princípios da agroecologia.
- 8.2 Discussão da agroecologia como ferramenta da agricultura familiar e ATER capaz de viabilizar os serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas, e na produção saudável de alimentos, fibras e matéria prima para energia.
- 8.3 Caracterização e manejo das culturas no sistema orgânico. Práticas e manejos na conversão do sistema convencional para o orgânico. Fertilizantes orgânicos de origem animal e vegetal.
- 8.4 Legislação e aplicação de normas e procedimentos para a produção e comercialização de produtos em sistema de cultivo orgânico. Certificação do sistema de cultivo orgânico.

Bibliografia sugerida:

1. FERTILIDADE DO SOLO

Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª aproximação/Antônio Carlos Ribeiro, Paulo Tácito Gontijo Guimarães, Victor Hugo Alvarez V., editores. - Viçosa, MG, 1999

2. FRUTICULTURA

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 10.545, de 30/dezembro/91.

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81.

BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.

BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.

BRASIL. Decreto Federal nº 41.203, de 08/agosto/2000.

BRASIL. Resolução CONAMA 357.

Informe Agropecuário – Morango: tecnologias de produção ambientalmente corretas. BH: EPAMIG, N. 279, mar/abr. 2014. 104 p.

GONÇALVES, C.G., et.al. Abacate: cultura, matéria prima, processamento e aspectos econômicos, 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, 1991.

PIMENTEL, R.P. Fruticultura Brasileira, 11ª ed., São Paulo-SP: Nobel. 1986

FILHO, H.P.S. et.al. Citros: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília- DF, Embrapa Informações tecnológicas, 2005, 211 p. : il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas)

Informe Agropecuário – Citricultura: inovações tecnológicas. BH: EPAMIG, N. 209, mar/abr. 2001. 100 p.

ALMEIDA, L.A. Maracujá: produção e qualidade da Passicultura. Cruz das Almas . Embrapa – CNMF. 2004, 396 p.

RUGIERO, C. et. al. Simpósio Brasileiro do Maracujazeiro, V, 10 – 13 de fev., 1998. Jaboticatubas, 388 p.

ALVES, E.J. A cultura da banana: aspectos econômicos, socioeconômicos e agroindustriais. Brasília, Embrapa – CNMF, 1997, 585p.

CUNHA, G.A.P.O Abacaxizeiro: cultivo, agroindústria e economia. Brasília: Embrapa – comunicação para transferência de tecnologia, 1999. 480 p.

MEDEIROS, C.A.B.; RASEIRA, M.C.B. A cultura do pessegueiro. Brasília: Embrapa – SPI, Pelotas: Embrapa – CPACT, 1998, 350 p. il.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.

LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.

Marouelli, W. A. [et al], Irrigação por Aspersão em Hortaliças. 2ª ed. Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 150p. il.

NATALE, W. et. al. Cultura da Goiaba do plantio à comercialização. Jaboticabal-SP: Fundesp, SBF, 2009. 289 p. : il, vol. II.

3. CULTURAS:

Tecnologia para Arroz de Terras Altas, 1998, BRESEGHELLO, Flávio e STONE, Luiz Fernando, EMBRAPA Arroz e Feijão.

MATIELLO, J. B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A. W. R.; ALMEIDA, S. R.; D. R. ERNANDES. Cultura de café no Brasil – Manual de Recomendações. MAPA/ SARC/PROCAFÉ/SPAE/DECAF, FUNDAÇÃO PROCAFÉ. Rio de Janeiro-RJ e Varginha-MG – 2010.

Informações Técnicas para o Cultivo do Feijoeiro Comum na Região do Central do Brasil, 2009/2011, 2010, IMCAPER, POSSE, Sheila Cristina Prucoli et al.

Integração Lavoura-Pecuária, 2001, EMBRAPA Arroz e Feijão, João Kluthcouski, Luiz Fernando Stone e Homero Aidar.

A cultura do Milho, 2008, EMBRAPA Milho e Sorgo, CRUZ, José Carlos et al.

Sistema Plantio Direto: Bases Para o Manejo da Fertilidade do Solo, 2004, Associação Nacional par Difusão de Adubos- ANDA, Alfredo Scheid Lopes et ali.

A Cultura do Milho e Sorgo para produção de Silagem. REZENDE, Humberto, EMBRAPA-CNPGL, 1991 (110 p. il).

Tecnologias de Produção de Soja, Região Central do Brasil – Londrina: Agropecuária Oeste; EMBRAPA Cerrados, EPAMIG: Fundação Triângulo, 2003.

Aspectos Socioeconômicos e Agrônômicos da Mandioca, 2006, EMBRAPA Cruz das Almas, Luciano da Silva Souza, Alba Rejane Nunes Faria, Pedro Luiz Pires de Mattos e Wânia Maria Gonçalves Fukuda.

Informe Agropecuário Nº 239- Julho/agosto 2007, Cana-de-Açúcar, EPAMIG.

4. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Incisos XVII ao XXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Capítulos II e III da Lei 5.764/1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 12.690/2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: Revista Katálysis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/09.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

5. MEIO AMBIENTE

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 5.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Revisa procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e alterações. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. MAPA. Instrução Normativa Nº 46, de 6 de Outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

MINAS GERAIS. CERH–MG. Deliberação Normativa nº 09, de 16/06/04 – Dispõe sobre Outorga de Uso Insignificante.

MINAS GERAIS. COPAM. Deliberação Normativa nº 074, de 09/09/04 – Dispõe sobre Licenciamento Ambiental. Alterada pelas Deliberações Normativas nº 103, de 8/novembro/06 e nº 130, de 14/01/09.

MINAS GERAIS. LEI ESTADUAL Nº 20.922, DE 16/10/13 – DISPÕE SOBRE AS POLÍTICAS FLORESTAL E DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

6. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

AMARAL, Reginaldo et al. Sistema de produção de leite em pasto com vacas F1 HZ. Belo Horizonte: EPAMIG, 2006. 32 p. il. (EPAMIG, Boletim Técnico, 78).

AUAD, Alexander Machado et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2010. 608 p. il.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Brasília, D.O.U, 30/12/2011. Seção 1.

BRITO, Acácio Sânzio de (Org.). Bovinocultura leiteira: informação técnicas e de gestão. Natal: SEBRAE/RN, 2009. 320 p. il.

CAMPOS, Oriel Fajardo de; LUZIEIRE, Rosane (Coord.). Gado de leite: o produtor pergunta a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1993. 213 p. (500 perguntas, 500 respostas).

CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. Bovinocultura. Campinas: CONSEPA, 2005. 48 p. (CONSEPA, Série Reuniões Técnicas).

CORRÊA, Afonso Nogueira Simões (Ed.). Gado de corte: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA-CNPGL, 1996. 208 p. il. (500 perguntas, 500 respostas).

CRUZ, José Carlos (Ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2001. 544 p. il.

FERREIRA, José Joaquim et al. Sistema EPAMIG de alimentação de vacas mestiças leiteiras. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 48 p. (EPAMIG, Boletim Técnico, 83).

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.25, n.221, 2004.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.26, n.226, 2005.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.28, n.240, set./out. 2007.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.31, n.258, set./out. 2010.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.33, n.266, jan./fev. 2012.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.34, n.277, nov./dez. 2013.

KIRCHOF, Breno. Bovinos de leite. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 77 p. il. (Aprendendo a Fazer Melhor, 7).

MADALENA, Fernando Enrique (Ed.). Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. 532 p.

PEIXOTO, Aristeu Mendes et al. Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.

PEREIRA, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 4. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2004. 609 p.

VILELA, Duarte (Ed.). O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002. 546 p.

Deliberação Normativa COPAM Nº 182, de 10 de abril de 2013.

7. OLERICULTURA

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81.

BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.

BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.

BRASIL. Resolução CONAMA 357.

EMBRAPA. Produção orgânica de hortaliças: o produtor pergunta, a EMBRAPA responde. Brasília: 2007. 308 p. il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

EMBRAPA . Mandioquinha-salsa. Brasília: 2008. (Sistemas de Produção, 4).

EMBRAPA. Construção de estufas para produção de hortaliças nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: , 2005. 16p.(Circular Técnica, 38)

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. Viçosa: UFV, 2008. 421p. il.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.

LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.

MARQUELLI, W. A. [et al], Irrigação por Aspersão em Hortaliças. 2ª ed. Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 150p. : il.

8. AGROECOLOGIA

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 4.ed. – Ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2004.

AQUINO, A. M. de. ASSIS, R. L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário - Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO – 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instruções Normativas. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>

CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. A. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL - Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS. 2004.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

- **Extensionista Agropecuário II**
- **Extensionista de Bem Estar Social II**
- **Assistente Técnico I**
- **Auditor**
- **Assessor Jurídico**

I) LÍNGUA PORTUGUESA:

Leitura, compreensão e interpretação de textos; Conhecimentos lingüísticos gerais e específicos relativos à leitura e produção de textos; Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua; Estrutura fonética: letra, fonema, encontros vocálicos e consonantais, dígrafo, divisão silábica, ortografia, ortoépia, acentuação tônica e gráfica; Classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego; Teoria geral da frase e sua análise: orações, períodos e funções sintáticas; Sintaxe de concordância: concordância nominal e verbal (casos gerais e particulares); Sintaxe de regência: verbos quanto à predicação, regência nominal e verbal; Crase; Colocação de pronomes: próclise, mesóclise e ênclise; Pontuação: emprego dos sinais de pontuação. ; Ortografia oficial – novo acordo ortográfico.

Bibliografia sugerida:

ANDRÉ, Hildebrando A de. Gramática ilustrada. 5. ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. São Paulo: Ed. Nacional, 2009.

CEGALLA, Domingos Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa- Novo Acordo Ortográfico. 48 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2008.

CIPRO NETO, Pasquale & INFANTE, Ulisses. Gramática da língua portuguesa. São Paulo: Scipione, 1998.

CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 50 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.

II) INFORMÁTICA

Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. Edição de textos e planilhas. Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). Transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Programas de correio eletrônico. Sítios de busca e pesquisa na Internet. Grupos de discussão. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.

Bibliografia sugerida:

FILHO, Pio Armando Benini Filho; MARÇULA, Marcelo, Informática - Conceitos e Aplicações. Ed. Erica, São Paulo,

2010, v.3. VELLOSO, Fernando de Castro. Informática - Conceitos Básicos, 8 ed, Ed. Elsevier - Campus, 2011. Livros

e apostilas do Microsoft Office. Manuais impressos ou eletrônicos dos sistemas operacionais e aplicativos Microsoft.

III) RACIOCÍNIO LÓGICO

1) Lógica e raciocínio lógico e proposições. Conectivos Conceito de proposição. Valores lógicos das proposições. 2) Operações Lógicas Sobre Proposições Negação de uma proposição. Conjugação de duas proposições. 3) Disjunção de duas proposições. Proposição condicional. Proposição bicondicional. 4) Tabelas-Verdade de Proposições Compostas. Construção de Proposições Conjuntas. Tabela-Verdade de Proposições Conjuntas. 5) Tautologias e Contradições Definição de tautologia. Definição de contradição. 6) Equivalência lógica e Implicação lógica Equivalência lógica. Propriedades da relação de equivalência lógica. Recíproca, contrária e contrapositiva de uma proposição condicional.

Implicação lógica. Princípio de substituição. Propriedade da implicação lógica. 7) Álgebra das Proposições Propriedade idempotente. Propriedade comutativa. Propriedade associativa. Propriedade distributiva. Propriedade de absorção. Leis de Morgan. 8) Argumentos. Conceito de argumento. Validade de um argumento. Critério de validade de um argumento. 9) Sentenças Abertas. Sentenças abertas com uma variável. Conjunto-verdade. Sentenças abertas com duas variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com duas variáveis. Sentenças abertas com n variáveis. Conjunto-verdade de uma sentença aberta com n variáveis. 10) Operações Lógicas Sobre Sentenças Abertas Conjunção. Disjunção. Negação. 11) Quantificadores Quantificador universal. Quantificador existencial. Negação de proposições contendo quantificadores. Quantificação parcial e Quantificação múltipla. Existência e unicidade. Conjunto limitados.

Bibliografia sugerida:

ALENCAR, Edgar F. Iniciação à lógica matemática. 18ª ed. São Paulo: Livraria Nobel S. A., 2002.

BASTOS, Cleverson L. & KELLER, Vicente. Aprendendo lógica. SP: Vozes, 2011

COSTA, N. da. Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica. São Paulo: Hucitec, 1994.

MORTARI, Cezar A. Introdução à Lógica. Editora da UNESP, 2001.

NAHRA, Cinara, WEBER, Ivan H. Através da lógica. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. J. F. de. Lógica e aritmética. Brasília: Editora UnB, 2004.

SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico. 5 ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.

SOARES, Edvaldo. Fundamentos de Lógica. Elementos de Lógica Formal e Teoria da Argumentação. São Paulo: Atlas S. A., 2003.

DANTE, L. R. Matemática: contextos e aplicações. São Paulo: Ática, 2011.

GARDNER, Martin. Divertimentos matemáticos. São Paulo: IBRASA.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO: ANALISTA DE SISTEMAS I

1. Engenharia de software: Gerenciamento de processos de negócio. Modelagem de processos. Técnicas de análise de processo. Desenho e melhoria de processos. Integração de processos. Engenharia de requisitos. Técnicas de elicitação de requisitos. Gerenciamento de requisitos. Especificação de requisitos. Técnicas de validação de requisitos. Prototipação. Engenharia de usabilidade - Conceitos básicos e aplicações. Critérios, recomendações e guias de estilo. Análise de requisitos de usabilidade. Métodos para avaliação de usabilidade. Ciclo de vida do software. Metodologias de desenvolvimento de software. Processo unificado: disciplinas, fases, papéis e atividades. Metodologias ágeis. Métricas e estimativas de software. Qualidade de software. Análise e projeto orientados a objetos. Padrões de projeto. Arquitetura em três camadas. Arquitetura orientada a serviços. Análise por pontos de função - Conceitos básicos e aplicações.

2. Desenvolvimento de Sistemas: Modelagem de processos (BPMN). Modelagem funcional. Modelagem de dados. Modelagem orientada a objetos. Conceitos sobre orientação a objetos (classes, objetos e hierarquias). Análise e projeto orientados a objetos (UML). Projeto de sistemas em Java. Desenvolvimento Web e Desktop Java. Delphi. Javascript. CSS. PL/SQL e SQL. Conceitos de Web Services SOAP e REST. Padrões XML, XSLT, UDDI, WSDL e Soap.

Segurança no desenvolvimento. Práticas de programação segura e revisão de código. Controles e testes de segurança para aplicações web e desktop.

3. Bancos de dados. Características de um SGBD. Modelos relacional, rede, hierárquico, distribuído e orientado a objetos. Modelagem de bancos de dados. Diagramas de entidades e relacionamentos. Linguagem SQL. Princípios sobre administração de bancos de dados. Conhecimentos de SGBD Firebird e PostgreSQL. Conceitos de Data Warehouse e ETL. Soluções de suporte à decisão: Data Warehouse, OLAP (Online Analytical Processing), Data Mining, BI (Business Intelligence), ETL (Extract Transform Load), Modelagem e otimização de bases de dados multidimensionais.

4. Governança de TI: Gestão de segurança da informação. Normas NBR ISO/IEC 27001 e 27002. Gestão de riscos e continuidade de negócio. Normas NBR ISO/IEC 15999 e 27005. Gerenciamento de projetos – PMBOK 5ª edição. Projetos e a organização. Escritórios de projetos: modelos e características. Processos, grupos de processos e áreas de conhecimento. Gerenciamento de serviços – ITIL v3. Conceitos básicos e objetivos. Processos e funções de estratégia, desenho, transição e operação de serviços. Governança de TI – COBIT 5. Conceitos básicos e objetivos. Requisitos da informação. Recursos de tecnologia da informação. Domínios, processos e objetivos de controle. Qualidade de software – CMMI 1.3. Conceitos básicos e objetivos. Disciplinas e formas de representação. Níveis de capacidade e maturidade. Processos e categorias de processos. Ética profissional.

Bibliografia sugerida:

SOMMERVILLE, I. Engenharia de Software. 8ª ed. Pearson Addison-Wesley, 2010.

ELSMARI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de Banco de Dados. 4. ed. São Paulo: Addison Wesley Brasil, 2005.

HARVEY M. DEITEL e PAUL J. DEITEL. Java: Como Programar. 6 ed. Editora: Prentice-Hall, 2005. MAGALHÃES, Alberto. SQL Server 2008 - Curso Completo - 2ª Ed. editora: Lidel – Zamboni. 2008.

MARTINS, Jose Carlos Cordeiro. Gerenciando Projetos de Desenvolvimento de Software com PMI, RUP e UML. Brasport, 2011.

GUEDES, G. T. A. UML 2 - Uma Abordagem Prática – 2ª. Ed. Editora Novatec, São Paulo, 2011. ISBN: 978-85-7522-281-2

MAFFEO. Bruno. Engenharia de Software e Especificação de Sistemas, Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1992.

PRESMAN. Rogers Engenharia de Software. 7ª ed. Makron Books São Paulo – SP, 2011.

YORDON, Edward: Analise Estruturada Moderna, Ed. Campus, Rio de Janeiro-RJ, 1992.

ROCHA, Ana Regina Cavalcanti da Qualidade de Software - Teoria e Prática Ed. Prentice Hall, 2001.

QUADROS Moacir. Gerência de Projetos de Software Técnicas e Ferramentas. Ed. Visual Books. 2002

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. 6ª ed. Pearson Education – BR, 2011.

HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de Banco de Dados. 5.ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2004.

ELMASRI, Ramez E.; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de Banco de Dados. 4.ed. Pearson, 2005.

ASCENCIO, A. F. G; ARAUJO, G. S. Estruturas de dados: algoritmos, análise da complexidade e implementações em Java e C/C++. Pearson Prentice Hall.

CROCKFORD, Douglas. O melhor do Javascript. ED. Alta Books.

MAGALHÃES, Alberto. SQL Server 2008 - Curso Completo - 2ª Ed. editora: Lidel – Zamboni. 2008.

FERNANDES, A. A.; ABREU, V. F. de. Implantando a governança de TI: da estratégia à gestão dos processos e serviços. Brasport. Rio de Janeiro, 2012

GAMMA, E.; JOHNSON, R.; Vlissides, J. Padrões de Projeto. 1ª ed. Editora: Bookman, 2000

GONÇALVES, E. Tomcat – Guia Rápido do Administrador. Ciência Moderna, 2006

PUGA, S.; RISSETTI, G. Lógica de programação e estrutura de dados, com aplicações em Java. Pearson Education do Brasil, 2010.

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H.; SUDARSHAN, S. Sistema de Banco de Dados. Campus, 2012

ZIVIANI, N. Projeto de Algoritmos. 2ª ed. Thompson Learning, 2004

CARGO: ASSESSOR JURÍDICO:

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Organização da Administração Pública Brasileira. Administração direta e indireta. Princípios constitucionais da Administração Pública.
2. ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA (INDIRETA): Pessoas administrativas: espécies e tipicidades de entes administrativos. Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas: criação, estrutura, regime jurídico, características, servidores, extinção.
3. ATIVIDADE ADMINISTRATIVA: Conceito, natureza e fins da Administração Pública. Poderes da Administração Pública. Prerrogativas da Administração Pública. Poderes e deveres do administrador. Uso e abuso do poder. Poder de polícia.
4. SERVIÇOS PÚBLICOS: Características e regime jurídico. Formas de prestação. Direito dos usuários. Concessão, permissão e autorização do serviço público.
5. DOMÍNIO PÚBLICO: Bens públicos. Natureza, características e classificação dos bens públicos. Utilização dos bens públicos, restrições, limitações administrativas, uso do solo, zoneamento, polícia edilícia.
6. SERVIDORES PÚBLICOS: Cargo, emprego e função pública. Princípios constitucionais dos servidores públicos. Direitos, vantagens, deveres, proibições e responsabilidade dos servidores públicos.
7. ATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, elementos, classificação, requisitos, atributos. Espécies de atos administrativos. Motivação e motivo dos atos administrativos. Teoria das nulidades dos atos administrativos.
8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: Conceito, características, formalização, execução. Alteração dos contratos administrativos. Extinção dos contratos administrativos. Teoria de imprevisão e Teoria do Fato do Príncipe.
9. LICITAÇÕES: Conceito, princípios. Modalidades de licitação. Edital nas licitações. Tipos de licitação. Julgamento nas licitações. Homologação e adjudicação nas licitações. Lei n.º 8.666, de 21-6-93 (com suas alterações).
10. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Controle administrativo: conceito e características. Controle interno e controle externo da Administração Pública. Tutela administrativa, supervisão e vinculação na administração. Controle parlamentar e controle popular. Controle Jurisdicional da Administração Pública: conceito, características, ações judiciais de oposição à Administração Pública.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: Princípios e normas constitucionais. Eficácia dos princípios. Os princípios constitucionais brasileiros.
2. DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS: Os direitos individuais no sistema constitucional brasileiro. Os direitos coletivos no sistema constitucional brasileiro. As garantias constitucionais: “Habeas Corpus”, Mandado de Segurança, Mandado de Injunção, Ação Popular, “Habeas Data”, Direito de Petição. Os direitos sociais.
3. A FEDERAÇÃO NO BRASIL: Características da Federação, a forma federativa na Constituição da República: a União, os Estados Federados, os Municípios e o Distrito Federal. Sistema de repartição de competência no Brasil.
4. A ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: A UNIÃO: Competência e bens da União. Organização dos Poderes da União. Intervenção federal nos Estados da Federação. O Poder Legislativo: estrutura, organização, atribuições, processo legislativo. O Poder Executivo na Constituição Federal: O Presidente da República: eleição, atribuições, responsabilidades. O Vice-presidente. Os Ministros de Estado: atribuições e responsabilidades. O Poder Judiciário: jurisdição, organização. O Supremo Tribunal Federal: organização e competência. O Superior Tribunal de Justiça:

organização e competência. A Justiça Federal Ordinária: organização e competência. A Justiça do Trabalho: organização e competências. A Justiça Estadual: organização e competências. Funções essenciais à Justiça: o Ministério Público. A Advocacia Pública. A Advocacia. A Defensoria Pública.

5. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios constitucionais da Administração Pública. Disposições Gerais.

6. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ATINENTES À ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO: Lei orçamentária, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual. Princípios orçamentários. Fiscalização e controle financeiro e orçamentário.

7. ORDEM ECONÔMICA: Princípios gerais da ordem econômica. Intervenção do Estado no domínio econômico.

8. ORDEM FINANCEIRA: Princípios do orçamento. Gestão Financeira: receita e despesas. Fiscalização financeira e orçamentária. Distribuição de rendas e receitas no sistema brasileiro. Tribunais de Contas da União e do Estado.

9. ORDEM SOCIAL: Da Seguridade Social: Disposições gerais. Da Saúde. Da Previdência Social. Da Assistência Social. Da Educação, da Cultura e do Desporto. Da Ciência e Tecnologia. Da Comunicação Social. Do Meio Ambiente. Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso. Dos Índios.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. DIREITO DO TRABALHO: Conceito, fontes, objeto e princípios. O Direito do Trabalho na Constituição da República. Relação de emprego. Contrato Individual de Trabalho (urbano e rural): sujeitos, caracterização e modalidades. Alteração do Contrato de Trabalho. Suspensão do contrato e interrupção da prestação de serviços. Remuneração. Duração do trabalho. Repouso semanal remunerado. Férias anuais remuneradas. Cessação do contrato de trabalho. Normas tutelares: higiene e segurança no trabalho. Trabalho da mulher. Trabalho do menor.

2. DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO: Organização e funcionamentos da Justiça do Trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Atos, Termos e Prazos Processuais. Distribuição e Custas. As partes, sua representação e seus procuradores. Nulidades. Dissídios individuais: fases postulatórias e conciliatórias. Fase probatória. Suspensão e extinção (antecipada) do processo. Fase decisória. Procedimentos especiais. Rito sumário. Procedimentos cautelares. Dissídios coletivos. Recursos. Fase preliminar da execução: liquidação da sentença. Execução: parte geral. Modalidades e reforma da execução. Discussão e trâmites finais da execução.

DIREITO CIVIL

1. A PESSOA NATURAL: Personalidade e capacidade.

2. A PESSOA JURÍDICA: Disposições gerais.

3. NEGÓCIO JURÍDICO: Defeitos do negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos. Atos ilícitos. Invalidade do negócio jurídico. Prescrição e decadência.

4. OBRIGAÇÕES: Modalidades. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações.

8. CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (Lei n.º 8.078, de 11-9-90, com suas alterações).

Bibliografia sugerida:

DIREITO ADMINISTRATIVO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado).

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. São Paulo: Atlas.

Lei n.º 8.666, de 21-6-93 (com suas alterações).

MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros.

DIREITO CONSTITUCIONAL

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (texto atualizado).

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. (texto atualizado).

SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional. São Paulo: Malheiros.

DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT (Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º-5-1943 – texto atualizado).

MASCARO DO NASCIMENTO, Amauri. Elementos de direito processual do trabalho. São Paulo: Ltr.

SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições do direito do trabalho. São Paulo: Ltr.

DIREITO CIVIL

DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. São Paulo: Saraiva. (edição atualizada).

FIUZA, César. Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey (edição atualizada).

Lei n.º 10.406, de 10-1-2002 (novo Código Civil Brasileiro).

Lei n.º 8.078, de 11-9-90 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor (com suas alterações).

CARGO: AUDITOR

AUDITORIA: 1. Normas vigentes de auditoria independente, emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. 2. Conceitos de auditoria e sobre a pessoa do auditor. 3. Responsabilidade legal. 4. Ética profissional. 5. Objetivos gerais do auditor independente. 6. Concordância com os termos do trabalho de auditoria independente. 7. Documentação de auditoria. 8. Controle de qualidade da auditoria de Demonstrações Contábeis. 9. Fraudes e a Responsabilidade do Auditor. 10. Planejamento da Auditoria. 11. Avaliação das distorções Identificadas. 12. Execução dos trabalhos de auditoria. 13. Materialidade e Relevância no planejamento e na execução dos trabalhos de auditoria. 14. Auditoria de estimativas Contábeis. 15. Evidenciação. 16. Amostragem. 17. Utilização de trabalhos da auditoria interna. 18. Independência nos trabalhos de auditoria. 19. Relatórios de Auditoria. 20. Eventos subsequentes. 21. Normas e Procedimentos de Auditoria emitidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. 22. Auditoria no Setor Público Federal. 23. Finalidades e objetivos da auditoria governamental. 24. Abrangência de atuação. 25. Formas e tipos. 26. Normas relativas a execução dos trabalhos.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA: 1. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 2. Patrimônio: componentes patrimoniais, ativo, passivo e situação líquida. Equação fundamental do patrimônio. 3. Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais. 4. Sistema de contas, contas patrimoniais e de resultado. Plano de contas. 5. Escrituração: conceito e métodos; partidas dobradas; lançamento contábil – rotina, fórmulas; processos de escrituração. 6. Provisões Ativas e Passivas, tratamento das Contingências Ativas e Passivas. 7. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. 8. Ativos: estrutura, grupamentos e classificações, conceitos, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações. 9. Passivos: conceitos, estrutura e classificação, conteúdo das contas, processos de avaliação, registros contábeis e evidenciações. 10. Patrimônio líquido: capital social, adiantamentos para aumento de capital, ajustes de avaliação patrimonial, ações em tesouraria, prejuízos acumulados, reservas de capital e de lucros, cálculos, constituição, utilização, reversão, registros contábeis e formas de evidenciação. 11. Balancete de verificação: conceito, forma, apresentação, finalidade, elaboração. 12. Ganhos ou perdas de capital: alienação e baixa de itens do ativo. 13. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização. 14. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação. 15. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão. 16. Tratamento das Depreciações, amortização e exaustão, conceitos, determinação da vida útil, forma de cálculo e registros. 17. Tratamentos de Reparo e conservação de bens do ativo, gastos de capital versus gastos do período. 18. Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil. 19. Tratamento das partes beneficiárias. 20. Operações de Duplicatas descontadas, cálculos e registros contábeis. 21. Operações financeiras ativas e passivas, tratamento contábil e cálculo das variações monetárias, das receitas e despesas financeiras, empréstimos e financiamentos: apropriação de principal, juros transcorridos e a transcorrer e tratamento técnico dos ajustes a valor presente. 22. Despesas antecipadas, receitas antecipadas. 23. Folha de pagamentos: cálculos, tratamento de encargos e contabilização. 24. Passivo atuarial, depósitos judiciais, definições, cálculo e forma de contabilização. 25. Operações com mercadorias, fatores que alteram valores de compra e venda, forma de registro e apuração do custo das mercadorias ou dos serviços vendidos. 26. Tratamento de operações de arrendamento mercantil. 27. Ativo Não Circulante Mantido para Venda, Operação Descontinuada e Propriedade para Investimento, conceitos e tratamento contábil. 28. Ativos Intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis. 29. Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação. 30. Apuração do Resultado, incorporação e distribuição do resultado, compensação de prejuízos, tratamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, transferência do lucro líquido para reservas, forma de cálculo, utilização e reversão de Reservas. 31. Conjunto das Demonstrações Contábeis, obrigatoriedade de apresentação e elaboração de acordo com a Lei n. 6.404/76 e suas alterações e as Normas Brasileiras de Contabilidade

atualizadas. 32. Balanço Patrimonial: obrigatoriedade, apresentação; conteúdo dos grupos e subgrupos. 33. Demonstração do Resultado do Exercício, estrutura, evidenciação, características e elaboração. 34. Apuração da receita líquida, do lucro bruto e do resultado do exercício, antes e depois da provisão para o Imposto sobre Renda, contribuição social e participações. 35. Demonstração do Resultado Abrangente, conceito, conteúdo e forma de apresentação. 36. Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, conceitos envolvidos, forma de apresentação e conteúdo. 37. Demonstração do Fluxo de Caixa: obrigatoriedade de apresentação, conceitos, métodos de elaboração e forma de apresentação. 38. Demonstração do Valor Adicionado – DVA: conceito, forma de apresentação e elaboração. 39. Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil. 40. Subvenção e Assistência Governamentais – conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação. 41. Análise das Demonstrações. Análise horizontal e indicadores de evolução. Índices e quocientes financeiros de estrutura, liquidez, rentabilidade e econômicos.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA: 1. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. 1.1. Critérios orientadores. 1.1.1. Renda e Proventos. Conceito. 1.1.2. Disponibilidade Econômica ou jurídica. 1.1.3. Acréscimo patrimonial. 1.2. Tributação das pessoas físicas. 1.2.1. Incidência. 1.2.2. Rendimento. 1.2.3. Rendimento Tributável. 1.2.4. Rendimentos isentos ou não tributáveis. 1.2.5. Tributação exclusiva. 1.2.6. Deduções. 1.2.7. Contribuintes. 1.2.8. Responsáveis. 1.2.9. Domicílio Fiscal. 1.2.10. Base de cálculo. 1.2.11. Alíquotas. 1.2.12. Lançamento. 1.2.13. Cálculo do tributo. 1.2.14. Sistema de bases correntes. 1.2.15. Período de apuração. 1.2.16. Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão). 1.2.17. Recolhimento Complementar. 1.2.18. Tributação Definitiva. 1.3. Tributação das pessoas jurídicas. 1.3.1. Incidência. 1.3.2. Contribuintes. 1.3.3. Responsáveis. 1.3.4. Domicílio Fiscal. 1.3.5. Base de cálculo. 1.3.6. Receitas e rendimentos. 1.3.7. Omissão de receita. 1.3.8. Ganhos de capital. 1.3.9. Despesas dedutíveis e indedutíveis. 1.3.10. Remuneração de administradores. 1.3.11. Lucro real. 1.3.12. Lucro presumido. 1.3.13. Lucro arbitrado. 1.3.14. Tributação na fonte. 1.3.15. Tributação das operações financeiras. 1.3.16. Período de apuração. 1.3.17. Regime de caixa e regime de competência. 1.3.18. Alíquotas e adicional. 1.3.19. Lançamento. 1.3.20. Planejamento tributário. 1.3.21. Livros Fiscais.

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1. Competência Tributária. 2. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar. 2.1. Imunidades. 2.2. Princípios Constitucionais Tributários. 3. Conceito e Classificação dos Tributos. 4. Tributos de Competência da União. 4.1. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. 5. Contribuições Sociais. 5.1. Contribuição para o Pis/Pasep. 5.2. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins. 5.3. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. 6. Tributos de Competência dos Estados. 7. Tributos de Competência dos Municípios. 8. Simples. 9. Legislação Tributária. 9.1. Constituição. 9.2. Emendas à Constituição. 9.3. Leis Complementares. 9.4. Leis Ordinárias. 9.5. Leis Delegadas. 9.6. Medidas Provisórias. 9.7. Tratados Internacionais. 9.8. Decretos. 9.9. Resoluções. 9.10. Decretos Legislativos. 9.11. Convênios. 9.12. Normas Complementares. 10. Vigência da Legislação Tributária. 11. Aplicação da Legislação Tributária. 12. Interpretação e Integração da Legislação Tributária. 13. Obrigação Tributária Principal e Acessória. 14. Fato Gerador da Obrigação Tributária. 15. Sujeição Ativa e Passiva. Solidariedade. Capacidade Tributária. 16. Domicílio Tributário. 17. Responsabilidade Tributária. Conceito. 17.1. Responsabilidade dos Sucessores. 17.2. Responsabilidade de Terceiros. 17.3. Responsabilidade por Infrações. 18. Crédito Tributário. Conceito. 19. Constituição do Crédito Tributário. 19.1. Lançamento. Modalidades de Lançamento. 19.2. Hipóteses de alteração do lançamento. 20. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades. 21. Extinção do Crédito Tributário. Modalidades. 22. Pagamento Indevido. 23. Exclusão do Crédito Tributário. Modalidades. 24. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.

Bibliografia sugerida

AUDITORIA:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo. 6. e : Atlas, 2007.

ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 6ª e : Atlas, 2011.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria. : Atlas, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao>. Acesso em 25 de Outubro de 2015.

GIL, Antônio de Loureiro. Como evitar fraudes, pirataria e conivência, 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999. MORAIS, Henrique Hermes Gomes de, Normas e Técnicas de Auditoria, 2007, Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais.

CONTABILIDADE:

NEVES, S. das; VICECONTI, P. E. V. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 14. ed. São Paulo: Frase, 2005.

SALAZAR, José Nicolas Albuja; BENEDICTO, Gilton Carvalho. Contabilidade Financeira. São Paulo: Thomson Learning, 2004.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DIREITO TRIBUTÁRIO:

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Direito Tributário. São Paulo: Lejus.

CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

DENARI, Z. Curso de Direito Tributário. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2008

FABRETI, L.C. Código Tributário Nacional Comentado. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009. POHLMANN, M. C.; IUDICIBUS, S. Tributação e Política Tributária. São Paulo: Atlas, 2006

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO I

FUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO

Teoria das organizações: Funções Administrativas, Administração Científica, Teoria Clássica da Administração, Teoria das Relações Humanas, Burocracia, Abordagem Comportamental da Administração, Teoria Contingencial, Sustentabilidade e responsabilidade empresarial. Gestão dos processos organizacionais: Estrutura organizacional, Departamentalização, Delegação, centralização e descentralização, Fluxograma, Formulários, Manuais Administrativos, Processos decisórios. Administração de Recursos Humanos: Comunicação interpessoal e organizacional, Liderança, Desenvolvimento de Pessoas e equipes, Poder, Conflito, Cultura e Clima Organizacional, Mudança Organizacional. Provisão e Retenção de Recursos Humanos, Treinamento e Desenvolvimento, Avaliação de Desempenho, cargos e Salários, Qualidade de Vida no Trabalho, Indicadores de Gestão de Pessoas. Administração de Operações e Serviços: Administração de Materiais, Previsão, Curva ABC, Custo de Armazenagem, Custo de Pedido e Custo Total, Sistema de controle de Estoques, Sistemas de Gestão de Estoque, Giro de Estoque, Intervalo entre pedidos, Ponto e tempo de ressuprimento, Ruptura de estoque, noções de compra, Administração da Produção e Operações, Eficiência e Produtividade, Capacidade de Produção, Arranjo Físico, Programação da Produção, Métodos do caminho crítico, Produção limpa, Gestão da Qualidade, Gestão e Princípios da Qualidade Total, Aspectos humanos da qualidade, Metodologia 6 Sigma, As ferramentas gerenciais da qualidade, Funções logísticas: transporte, armazenamento, embalagem e distribuição. Estratégia do transporte: fundamentos do transporte, modais de transporte, decisões sobre transporte, Enfoque sistêmico: logística integrada e cadeia total de suprimentos, Canais de distribuição, Controle em logística; Custos logísticos: visão gerencial; Logística reversa. Administração de Marketing: Gestão do composto de produto e Serviços; Ambiente de marketing; Comportamento do consumidor; Segmentação de mercado. Administração Financeira e Orçamentária: Administração do capital de giro; gestão financeira do caixa e das contas a receber; Gestão de riscos; Orçamento empresarial; Decisões de investimentos; Decisões de financiamentos

Bibliografia sugerida:

- CHIAVENATTO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 8. ed. Campus: Rio de Janeiro, 2011.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Teoria Geral da Administração. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006. MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria geral da administração. 3 ed São Paulo: Pioneira, 2006.
- SILVA, Reinaldo Oliveira de. Teorias da Administração. 2. Ed. São Paulo: Pioneira, 2008.
- CURY, Antônio. Organização e métodos: uma visão holística. 5 ed. Atlas, 2005.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração de processos: conceitos, metodologia e práticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 15.ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- ROBBINS, Stephen. Comportamento Organizacional. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2005. CHIAVENATO, Idalberto. Comportamento Organizacional: dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- CHIAVENATO, Idalberto. Recursos Humanos: o capital humano das organizações. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SLACK, Nigel. Administração da Produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais: uma introdução. 1 ed Atlas, 1999.
- VIANA, João José. Administração de materiais: um enfoque prático. Atlas
- MARTINS, Petrônio G; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da Produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- PALADINI, Edson P. Gestão da Qualidade: teoria e prática. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2004. ALVARENGA, Antonio Carlos; NOVAES, Antônio Galvão. Logística aplicada: suprimento e distribuição física. 3.ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2000. 194p.
- BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 616 p.
- KOTLER, Philip. Administração de marketing. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 750 p. KOTLER, Philip. Princípios de marketing. 9.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003. 593 p.
- ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012. 762 p. GITMAN, Lawrence J. Princípios da administração financeira. 12.ed. São Paulo: Pearson, 2010. 745 p.

FUNÇÃO: ARQUITETURA E URBANISMO

1. História da arquitetura e do urbanismo.
2. Teoria e prática do projeto arquitetônico e urbanístico.
3. Representação gráfica da arquitetura e do urbanismo. Projeto assistido por computador. Coordenação e compatibilização de projetos complementares ao projeto arquitetônico. Acessibilidade.
4. Conservação de energia e sustentabilidade.
5. Técnicas e materiais de construção. Sistemas estruturais. Planejamento, orçamento e controle de obras. Elaboração de especificações técnicas.
6. Noções de paisagismo, conforto ambiental, conforto térmico e acústica arquitetônica.
7. Noções de Instalações elétricas e Instalações hidrossanitárias. Iluminação natural e Iluminação artificial.

8. Águas pluviais. Topografia.
9. Legislação. Segurança do Trabalho.
10. Desenvolvimento de projetos de arquitetura: pesquisa, elaboração de programas, estudos preliminares, anteprojetos, projetos executivos e detalhamentos.
11. Projetos de obras civis, implantação e alvenarias.
12. Equipamentos e serviços urbanos, controle do uso e da ocupação do solo, Estatuto da Cidade. AutoCAD.
13. Especificações, normas, orçamentos e licitações de obras: materiais de construção e acabamento; planilhas, custos parciais e globais.
14. Ergonomia, conforto ambiental, uso racional da energia e eficiência energética na Arquitetura: conceitos, normas e variáveis (climáticas, humanas e arquitetônicas).
15. Execução de obras e perícias técnicas, fiscalização e acompanhamento do desenvolvimento da obra, patologias das edificações, laudos técnicos.
16. Computação gráfica aplicada à Arquitetura: aplicação de programas para projeto de arquitetura, noções de AUTOCAD.
17. Normas de desenho técnico.

Bibliografia sugerida:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 6492: representação de projetos de arquitetura. Rio de Janeiro, 1994.
- ABNT. NBR 13532: elaboração de projetos de edificações – Arquitetura. Rio de Janeiro, 1995.
- ABNT. NBR 15575-1. Edificações habitacionais — Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro, 2013.
- ABNT. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.
- ABNT. NBR 9077: saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro, 2001.
- ARANTES, Otília. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: Nobel / FAPESP / EDUSP, 1993.
- AZEREDO, Hélio A. de. O edifício e o seu acabamento. São Paulo: Edgard Blücher, 2000.
- AZEREDO, Hélio A. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blücher, 2006.
- BENEVOLO, Leonardo. A arquitetura no novo milênio. São Paulo: Estação Liberdade, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Formação do homem moderno vista através da arquitetura. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- BRASIL. Lei Federal 6766/1979
- BRASIL. Lei Federal 9875/1995
- BRASIL. Lei Federal 10.098/2000
- BRASIL. Lei Federal 10.257/2001
- CHING, Francis D.K. Arquitetura – Forma, espaço e ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- CHING, Francis D.K. Representação gráfica em arquitetura. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- CREDER, Hélio. Instalações hidráulicas e sanitárias. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
- FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FROTA, Anesia Barros; SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto termico. 8. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

GORELIK, Adrian. Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

GOLDMAN, Pedrinho. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. 4.ed. São Paulo: PINI, 2004. 176p. ISBN 8572661557 (broch.)

HERTZBERGER, Herman. Lições de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MASCARO, Juan Luis. O custo das decisões arquitetônicas. 5. ed. Porto Alegre

MONTANER, Josep Maria. Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

NBR 6492/94 – Representação gráfica de projetos de arquitetura

NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão.

NBR 5626 – Instalação predial de água fria.

NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios.

REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. A concepção estrutural e a arquitetura. 3. ed. São Paulo: Zigurate, 2003.

SILVEIRA, Samuel João da. Aprendendo Autocad 2006: simples e rápido. Florianópolis: Visual Books, 2006. 238 p. ISBN 8575021877.SindusCon-SP, 1998.

SOUZA, Roberto de e MEKBEKIAN, Geraldo. Qualidade na Aquisição de Materiais e Execução de Obras.-São Paulo: PINI, 1996.

SOUZA, Ubiraci E. Lemes de. Como aumentar a eficiência da mão-de-obra: manual de gestão da produtividade na construção civil. São Paulo: Pini, 2006. 100p. ISBN 8572661743 (broch.).

THOMAZ, Ercio. Tecnologia, Gerenciamento e Qualidade na Construção Civil. São Paulo: PINI, 2001.

YAZIGI, Walid, A Técnica de Edificar, São Paulo: PINI: SindusCon -SP, 1998.

FUNÇÃO: CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CONTABILIDADE GERAL:

1. Lei nº 6.404/1976, suas alterações e legislação complementar.
2. Lei 11.638/2007, suas alterações e legislação complementar.
3. Lei 11.941/2009, suas alterações e legislação complementar.
4. Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
5. Patrimônio: componentes patrimoniais (ativo, passivo e patrimônio líquido)
 - 5.1. Plano de contas, funções e estrutura das contas.
 - 5.2. Conceitos de ativo, passivo e patrimônio líquido.
 - 5.3. Contas de resultado.
 - 5.4. Vidas úteis econômicas.
 - 5.5. Depreciação fiscal x escrituração comercial.
 - 5.6. Métodos e técnicas de apuração de resultados.

- 5.7. Avaliação e contabilização de itens patrimoniais.
- 5.8. Redução ao valor recuperável (impairment).
- 5.9. Controle patrimonial dos ativos.
- 5.10. Efeitos inflacionários sobre o patrimônio das empresas.
6. Princípios fundamentais de contabilidade (aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC).
7. Contas patrimoniais e de resultado (apuração de resultados, planos de contas, funções e estrutura das contas)
8. Elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária, pelos princípios fundamentais da contabilidade e pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
 - 8.1. Demonstração dos fluxos de caixa (métodos direto e indireto).
 - 8.2. Balanço patrimonial.
 - 8.3. Demonstração do resultado do exercício.
 - 8.4. Demonstração do valor adicionado.
 - 8.5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - 8.6. Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
 - 8.7. Demonstração do Resultado Abrangente.
 - 8.8. Notas explicativas.
 - 8.9. Demonstrações financeiras consolidadas.
9. Análise econômico financeira.
 - 9.1. Indicadores de liquidez.
 - 9.2. Indicadores de rentabilidade.
 - 9.3. Indicadores de lucratividade.
 - 9.4. Análise vertical e horizontal.
10. Destinação de resultado do exercício.
11. Combinação de negócios (fusão, incorporação e cisão).
12. Avaliação e Controle de estoques: PEPS, UEPS e média ponderada móvel.
13. Subvenção e Assistência Governamentais em empresas da administração pública.
14. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio sobre o patrimônio das empresas.
15. Mensuração do valor justo de ativos e passivos.
16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos.
17. Operações de arrendamento mercantil.
18. Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.
19. Provisões, ativos e passivos contingentes.
20. Concessões: reconhecimento e mensuração.
21. Sistema Público de Escrituração Digital (Sped).
 - 21.1. Informatização da relação entre o fisco e os contribuintes.
 - 21.2. Escrituração Contábil Digital.
 - 21.3. Escrituração Fiscal Digital.
 - 21.4. SPED (Contábil, Fiscal, Pis/Cofins, Previdenciário).
 - 21.5. Transferência de Preços (Transfer Price)
 - 21.6. Nota Fiscal Eletrônica - NF-e;
22. Sistemas de custos e informações gerenciais.
23. Sistema Integrado de Administração Financeira: conceitos básicos, objetivos, características, instrumentos de segurança e principais documentos de entrada.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

1. Noções básicas sobre tributos.
2. Impostos, taxas e contribuições.
3. Tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições.
4. Retenções na fonte realizadas pela Administração Pública.
 - 4.1. Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL).
 - 4.2. Programa de Integração Social (PIS).
 - 4.3. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

- 4.4. Imposto Sobre Serviços (ISS).
- 4.5. Contribuição previdenciária (INSS).
- 4.6. Imposto de Renda (IR).
- 5. Legislação básica e suas atualizações
- 6. Instrução normativa da Receita Federal do Brasil
- 7. Planejamento fiscal e tributário

Bibliografia sugerida:

BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Lei n. 11.491, de 17 de Maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08. dez. 2014.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 08. dez. 2014.

CASAROTTO FILHO, Nelson; KOPITKE, Bruno H.: Análise de investimentos. São Paulo: Atlas. 11ª edição, 2010.

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento tributário na prática: gestão tributária aplicada, 2ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Dispõe sobre os princípios de contabilidade. Resolução nº 750, de 29 de dezembro de 1993.

CPC 26 (R1). Apresentação das Demonstrações Contábeis (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1). Disponível em: <www.cpc.org.br>

CPC 07. Subvenção e Assistências Governamentais. Disponível em: <www.cpc.org.br>

CPC 03 (R2). Demonstração dos Fluxos de Caixa (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7). Disponível em: <www.cpc.org.br>

CPC 09. Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <www.cpc.org.br>

CPC 21 (R1). Demonstração Intermediária (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 34). Disponível em: www.cpc.org.br

CPC 27. Ativo Imobilizado. (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16). Disponível em: <www.cpc.org.br>

GUERRA, Luciano. A nova contabilidade: convergência ao padrão internacional. São Paulo: Atlas, 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. São Paulo : Atlas, 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. Manual de Contabilidade Societária – Aplicável a todas as Sociedades – De acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 9. ed. São Paulo : Atlas, 2015.

MARTINS, Sergio Pinto. MANUAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATARAZZO. Dante Carmine: Análise financeira de balanços: abordagem gerencial. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clovis Luis. Contabilidade Gerencial: Um enfoque em sistemas de informação contábil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PAULSEN, Leandro. MELO, José Eduardo Soares de. Impostos Federais, Estaduais e Municipais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 6ª edição, 2011

Pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <http://cpc.org.br>.

QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade básica: com exercícios práticos. De acordo com as normas brasileiras de contabilidade do CFC. São Paulo: Atlas, 2014.

Receita Federal. Sítio da Nota Fiscal Eletrônica. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/>

Receita Federal - Sistema Público de Escrituração Digital. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Sped/>.

REZENDE, J.R.; PEREIRA, C.A.; ALENCAR, R.C.de. Contabilidade Tributária: Entendendo a Lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas. São Paulo: Atlas, 2010.

RIBEIRO, Osni Moura. Demonstrações Financeiras. Mudanças na Lei das Sociedades por Ações: como era e como ficou. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Alexandre Alcântara da. Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FUNÇÃO: COMUNICAÇÃO SOCIAL/JORNALISMO

1. Ética jornalística.
2. Características técnicas e teóricas da linguagem jornalística.
3. Características técnicas e teóricas da notícia e da reportagem.
3. Reportagens externas, entrevistas de estúdio e apresentação de TV
4. Direção, entrevista, roteiro e edição de vídeo
4. Características técnicas e teóricas da pauta, apuração, redação e edição de textos jornalísticos informativos, interpretativos e opinativos para veículos impressos, rádio, televisão e mídias digitais.
5. Jornalismo participativo na internet. Redes sociais, informação e jornalismo.
6. Teorias do jornalismo: Newsmaking; Gatekeeping; Agenda Setting. Espiral do silêncio.
7. Critérios de noticiabilidade.
8. Jornalismo e cidadania.
9. Assessoria de imprensa: teoria, técnica e produtos.
10. Media training.
11. Gêneros e modelos de redação jornalística na comunicação organizacional.

Bibliografia sugerida:

ASSAD, Nancy Alberto e PASSADORI, Reinaldo. Media training: como construir uma comunicação eficaz com a imprensa e a sociedade. São Paulo: Gente, 2009.

BONASIO, Valter. Televisão: manual de produção e direção. Belo Horizonte: Leitura, 2002.

BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de radiojornalismo – produção, ética e Internet. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2003.

10. ROBERTS-BRESLIN, J. Produção e direção para TV e vídeo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BARBEIRO, Heródoto e LIMA, Paulo Rodolfo de. Manual de telejornalismo – os segredos da notícia na TV. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS BRASILEIROS. Fenaj. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia – teoria e técnica. 4. Edição Revisada e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2011.

FERNANDES, Adélia Barroso. Jornalismo, cidadania e direitos humanos: uma relação reflexiva no espaço público. Disponível em: <http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/18665/1/2002_NP2FERNANDES.pdf>

LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MALINI, Fábio. Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: Uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. Disponível em: <http://www.sitedaescola.com/downloads/portal_aluno/Maio/Modelos%20de%20colabora%E7%E3o%20nos%20meios%20sociais%20da%20internet-Uma%20an%E1lise%20a%20partir%20dos%20portais%20de%20jornalismo%20participativo.pdf>

SANTAELLA, Lúcia, LEMOS, Renata. Redes sociais digitais. São Paulo: Paulus, 2010.

SODRÉ, Muniz e FERRARI, Maria Helena. Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. As notícias e os seus efeitos. Lisboa: 1999. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2. ed. São Paulo: Gerações, 2004. Cap 01 ao 07 p25 - 220.

TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de Comunicação. Organizacional e Política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MATOS, Gustavo Gomes de. Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo. Barueri, SP: Manole, 2009.

RAMALHO, José Antonio. Mídias sociais na prática. Elsevier, 2010.

FUNÇÃO: DESIGNER GRÁFICO

1. Elementos do design gráfico: criação e desenvolvimento de identidades visuais, impressos, anúncios, cartilhas, capas de livros e outros produtos gráficos manuseando ferramentas fundamentais de editoração eletrônica e diagramação utilizadas nas artes gráficas. Aspectos do design: conceitos, metodologia e implantação. Processos de criação: forma e conteúdo. Cor: teoria e aplicação na comunicação visual. Pré-impressão e impressão de materiais gráficos. Ferramentas do Pacote Adobe . Utilização das plataformas Mac OSX e Windows.
2. Tecnologias digitais: desenvolvimento de websites com domínio de estrutura de dados e algoritmos, estrutura de um programa, estruturas condicionais e de repetição e conceitos básicos de estruturas de dados; domínio de conceitos básicos e estrutura das linguagens HTML, Java Script e CSS; noções de linguagem de manipulação de bancos de dados (SQL) e noções de linguagens de desenvolvimento de aplicações web (ASP e JSP). Ferramentas do sistema operacional Windows . Softwares de autoria e design (Dreamweaver, Flash, Photoshop, Macromedia Fireworks, Coreldraw, Pacote Adobe). Programação de scripts e gerenciamento de banco de dados. Instalação e configuração de softwares linha Microsoft. Domínio do processo de produção de websites em tecnologias e padrões HTML DHTML, XHTML, XML, CSS, Java script; normas e padrões W3C (World Wide Web Consortium).
3. Webdesign: planejamento, estruturação, desenvolvimento, manutenção e atualização de websites interativos e projetos de programação visual para sites e sistemas web, com o domínio de software gerador de documentos e de softwares de finalização de imagens e animação. Usabilidade, arquitetura da informação e navegabilidade em interfaces. Design e interatividade em interfaces digitais. Criação, desenvolvimento, hospedagem, registro de domínios, padrões Web e gerenciamento de informações em websites.

Bibliografia sugerida:

- BAER, Lorenzo. Produção gráfica. Ed. SENAC.
- CESAR, Newton. Direção de Arte em propaganda. São Paulo: SENAC Nacional, 2009.
- COLLARO, Antônio Celso. Produção visual e gráfica. Summus.
- DONDIS, Donis A. Sintaxe da linguagem visual. Martins Fontes.
- FARINA, Modesto. Psicodinâmica das cores em Comunicação. Edgard Blücher.
- FLANAGAN, David. Javascript - o Guia Definitivo.
- GOMES FILHO, João. Gestalt do Objeto. Sistemas de Leitura visual da forma. Escrituras.
- GOODMAN, Danny. Javascript - a Bíblia.
- GOMES, Jonas; VELHO, Luiz Computação gráfica: imagem. Rio de Janeiro: LTC, 2002.
- GRUSZYNSKI, Ana Claudia Design gráfico: invisível e legível. 2 ed. São Paulo: Rosari, 2008.
- HOLLIS, Richard. Design Gráfico. Uma História concisa. Traduzido por Carlos Daudt. Martins Fontes.
- HURBURN, Allen. Layout. O design da página impressa. Nobel.
- MACEDO, Marcelo da Silva. Construindo sites adotando padrões web. Ciência Moderna Ltda.
- Manuais oficiais de utilização dos programas. Corel Draw, Dreamweaver, Flash e Photoshop.
- MULLEN, Robert. Html 4: Guia de Referência.
- MUNARI, Bruno. Design e comunicação visual: contribuição para uma metodologia didática. SÃO Paulo: Martins Fontes, 2006.
- NIELSEN, Jakob. Projetando websites. Campus.

_____. Homepage: usabilidade. Campus.

NIEMEYER, Lucy. Tipografia: uma apresentação. 2AB.

PLAZA, Júlio. Processos criativos com os meios eletrônicos: poéticas digitais. São Paulo:Hucitec, 1998.

PEDROSA, Israel. Da cor à cor inexistente. Leo Cristiano.

RABAÇA, Carlos Alberto. Dicionário de comunicação. Gustavo Barbosa. Campus.

SILVA, Samy Maurício. Construindo Sites com CSS e (X)HTML.

STRUNCK Gilberto, Como criar identidades visuais para marcas de sucesso. Rio Books.

VELOSO, René Rodrigues. Guia de consulta Rápida Java e XML. Novatec Editora Ltda.

ZELDMAN, Jeffrey. Projetando Web Sites Compatíveis.

MESTRINER, Fabio. Design de embalagem: curso básico. 2. ed. São Paulo: Makron Books; Pearson Education do Brasil, 2002.

NIEMEYER, Carla. Marketing no design gráfico. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

MORAES, Anamaria. Avisos, advertências e projeto de sinalização. Rio de Janeiro: Rio Books, 2005.

FRUTIGER, Adrian. Sinais e Símbolos: desenho, projeto e significado. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Manuais e tutoriais do Pacote Adobe

FUNÇÃO: GEOGRAFIA

Cartografia. Mapas. Escala do mapa. Mapas gerais e especiais. Legenda. Geoprocessamento e Sistemas de Informação Geográfica (SIG)

Espaço geográfico. Interação dos espaços físicos e humanos. As atividades econômicas e a organização do espaço.

Espaço urbano e rural. Conflitos e impactos da atividade humana no espaço. Formação territorial.

Crescimento econômico e desenvolvimento. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

Recursos naturais e fontes de energia. Fontes alternativas de energia.

Ecossistemas brasileiros. Características gerais. Proteção dos ecossistemas.

Natureza e meio ambiente. Atividades humanas e meio ambiente. Agricultura e meio ambiente. Uso e ocupação da terra. Impactos ambientais das atividades agrícola e pecuária. Projetos nas atividades agropecuárias.

Licenciamento ambiental. Estudos de impacto ambiental e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA).

O Solo. Características gerais dos solos. Fertilidade e produtividade. Perfil do solo. Proteção dos solos. Agricultura sustentável. Agricultura familiar. Agricultura orgânica. Uso de transgênicos na agricultura.

Ordenamento e gestão territorial. Planejamento regional, urbano, rural e ambiental.

Bibliografia sugerida:

ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves. Ordenamento Territorial. São Paulo: Bertrand Brasil, 2009.

FARIAS, Talden. Licenciamento ambiental. Aspectos teóricos e práticos. 5ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

IBRAHIM, Francini Imene Dias. Introdução ao Geoprocessamento ambiental. Editora Érica (Edição Digital), 2014. (O livro também existe na série Eixo da Editora Saraiva).

MMA. Manual de Impactos Ambientais. Orientações Básicas sobre Aspectos Ambientais de Atividades Produtivas. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/manual_bnb.pdf> Acesso em 28/12/2015.

ROSA, André Henrique; FACETO, Leonardo Fernandes; MOSCHINI-CARLOS, Viviane (orgs.). Meio Ambiente e Sustentabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Saraiva, 2000.

_____. Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. Hucitec . São Paulo, 1998.

_____. A natureza do espaço. São Paulo: EDUSP, 2002.

LEPSCH, Igo F. Formação e Conservação dos Solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

LONGLEY, Paul A; GOODCHILD, Michael F; MAGUIRE, David J; RHIND, David W. Sistemas e Ciência da Informação Geográfica. Porto Alegre: Bookman, 2012.

NEIMAN, Zysman. Era Verde? Ecossistemas brasileiros ameaçados. 23ª edição, Editora Atual, 2009.

PRADO, Hélio do. Podologia Fácil. Aplicações em solos tropicais. 4ª edição. Piracicaba, 2013.

RAISZ, Erwin. Cartografia Geral. São Paulo: Científica, 1969.

SCHWANKE, Cibele (org). Ambiente: Tecnologias. Porto Alegre: Bookman, 2013.

SILVA, Christian Luiz da (org). Desenvolvimento Sustentável. Um modelo analítico integrado e adaptativo. 2ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SOUZA, C. L.; AWAD, J. C. M. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012.

FUNÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE LATICÍNIOS

Química Orgânica - Noções de Ciência e Tecnologia de Laticínios – Desenho Técnico - Biologia Celular – Matérias Primas Agroindustriais - Bioquímica – Economia Básica – Estatística Experimental – Fluidos e Termodinâmica – Microbiologia Geral - Microbiologia do Leite e Derivados - Química Analítica – Química do Leite e Derivados – Segurança do Trabalho –Tecnologia da Fabricação de Creme, Manteiga e Sorvete – Processamento de Leite de Consumo – Tecnologia de Queijos – Tecnologia de Produtos Lácteos: Concentrados, Desidratados, Fermentados – Higiene de Indústrias de Alimentos - Operações e Instalações da Indústria de Laticínios -- Refrigeração e Congelamento de Alimentos - Embalagem de Alimentos -Inspeção Sanitária e Legislação de Indústrias de Leite e Derivados -Análise de Alimentos - Tratamento de Resíduos de Agroindústrias - Gerência de Indústrias de Alimentos - Gestão da Qualidade na Indústria de Alimentos - Desenvolvimento de Produtos Alimentícios –Tecnologia de Frutas e Hortaliças – Tecnologia de Produtos Apícolas

Bibliografia sugerida:

ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da biologia celular. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MONTENEGRO, Gildo A. Desenho Arquitetônico. Editora Edgard Blücher Ltda. São Paulo – SP

LIMA, U. A. Matérias-primas dos alimentos, Curitiba. Blucher, 2010. 402 p.

- PIMENTEL-GOMES, F. Curso de estatística experimental. 15. ed. Piracicaba: FEALQ, 2009. 467 p.
- TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, C.L. Microbiologia. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2012. 964p
- SHREVE, R. N.; BRINK JÚNIOR, J. A. Indústrias de Processos Químicos. Tradutor Horácio Macedo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 717p. ISBN 978, p. 85-277- 1419-8
- SOLOMONS, G. & FRYHLE, C. Química Orgânica. Volumes 1 e 2. 9ª Edição. Editora LTC. 2009.
- GERMANO P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. 3 ed. Barueri: Manole, 2008. 986 p.
- HARRIS, D. C.; Análise Química Quantitativa. LTC, 5ª edição, 2001.
- GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos. 2. ed. São Paulo: Varela, 2003.
- LEHNINGER, A.L.; NELSON, D.L.; COX, M.M. Princípios de Bioquímica. Editora Artmed. 2011.
- OETTERER, Marília et al. Fundamentos de ciência e tecnologia de alimentos. Barueri: Manole, 2010. 612 p.
- CASTRO, A.G., POUZADA, A.S. Embalagens para a indústria alimentar. Lisboa: Instituto Piaget. 2003.
- BRASIL, Ministério do Trabalho. Manual de legislação, segurança e medicina do trabalho. São Paulo: Ed. Atlas, 72a edição, 2013
- FRANCO, B.D.G.M.; LANDGRAF, M. Microbiologia dos alimentos. São Paulo: Editora Atheneu, 2005, 182p.
- LERAYER, A. L. S. et al. Nova legislação comentada de produtos lácteos – revisada e ampliada. São Paulo: Varela, 2002
- GOMES, J.C., SILVA, M.H.L., SILVA, C.O. Análise de alimentos. 2. ed.. Viçosa: Funarbe, 2003. 154p
- GIORDANO, J.C. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle - APPCC. 2.ed.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS – SBCTA, 2007.
- VÂNIA, M. T. Manual para Inspeção da Qualidade do Leite. 3ª Edição Editora UFSM, 203 p. 2008.
- LOVATEL, Jaime L. Processamento de Frutas e Hortaliças. Caxias do Sul: Educs, 2004.
- PASSOS, C. R.; NOGAMI, O. Princípios de economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2012, 670p.
22. 1. LIMA, U. A. Matérias-primas dos alimentos, Curitiba. Blucher, 2010. 402 p.

FUNÇÃO: ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO: Planejamento e Controle da Produção: Tipos de produção; Papéis da Função Produção, Abordagens para a Gestão Estratégica da Produção, Prioridades Competitivas, Áreas de Decisão, Formulação e Implementação de Estratégias de Produção; ; Programação e Controle da Produção; Previsão de demanda; Gestão de estoques; Cálculo de Necessidades (MRPI e MRPII); Balanceamento de linhas; Planejamento da capacidade e teoria das restrições; Just-intime (JIT) e Kanban; Planejamento e programação de projetos (CPM); Softwares de programação.

Organização e Planejamento da Manutenção Logística e Distribuição Estratégia da Produção: Sistemas de informação em Engenharia de Produção; Hardware e fundamentos de sistemas de informação; Análise Estruturada de Sistemas; Modelagem de Processos de Negócios; Data Warehouse/Data Mining/CRM e Business Intelligence; Sistemas de Apoio à Decisão; Sistemas para troca automática de dados; Aplicações de sistemas de informação na Engenharia de Produção; Tendências em Tecnologia da Informação. Logística integrada; Nível de serviço logístico; Sistemas de

Informação e troca eletrônica de dados para Controle; Decisões de Transporte; Planejamento de Rede logística; Logística Internacional.

QUALIDADE: Gestão da Qualidade Controle Estatístico da Qualidade Normalização e Certificação; Metrologia, Inspeção e Ensaios Confiabilidade. Qualidade em Serviço. Gestão Ambiental.

GESTÃO ECONÔMICA: Engenharia Econômica Custos da Produção Viabilidade Econômica-Financeira; Conceitos financeiros básicos; Sistemas de amortização; Métodos para comparação de oportunidades de investimentos; Depreciação; Análise de Substituição de Equipamentos; Imposto de renda na comparação de alternativas de investimentos; Análise de risco; Financiamento de projetos; Elaboração e Análise Econômica de Projetos.

ERGONOMIA E SEGURANÇA DO TRABALHO: Organização do Trabalho Ergonomia Higiene e Segurança do Trabalho Engenharia de Métodos e Processos

ENGENHARIA DO PRODUTO: Gestão do Desenvolvimento de Produto; Processo de Desenvolvimento do Produto; Planejamento do Produto Projeto do Produto.

PESQUISA OPERACIONAL: Programação Matemática Processos Estocásticos Simulação de Sistemas de Produção Avaliação e Apoio à Tomada de Decisão. Metodologia de um projeto de Pesquisa Operacional; Programação Linear; Programação Inteira Modelo de Otimização de Redes; Programação Dinâmica; Programação Não Linear; Teoria das Filas.

ESTRATÉGIA E ORGANIZAÇÕES: Planejamento Estratégico Organização Industrial Economia Industrial Gestão Tecnológica Sistemas de Informação; Conceitos e métodos para o projeto de instalações industriais. Tipos de arranjos físicos e suas características. Métodos de projeto de arranjos físicos. Racionalidade dos fluxos de produção em ambientes fabris.

GESTÃO DA TECNOLOGIA: Processos Discretos de Produção Processos Contínuos de Produção Fundamentos de Automação Planejamento de Processos.

Bibliografia sugerida:

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. Editora Atlas. 2ª. Edição. São Paulo. 2009.

FILHO, M. G.; FERNANDES, F. C. F. Planejamento e Controle da Produção: Dos Fundamentos ao Essencial. Editora: Atlas. 1ª. Edição. 2010.

NOVAES, A. G. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

BALLOU, R. H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos/Logística Empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

IIDA, Itiro. Ergonomia: projeto e produção. 2 ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

DANIELLOU, François. A Ergonomia Em Busca De Seus Princípios. São Paulo: Edgard Blücher, 2004. 262 p,

BARNES, Ralph M. Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

HAYES, R.; KLIPPEL, M. Produção, estratégia e tecnologia: em busca da vantagem competitiva. Porto Alegre: Bookman, 2008.

CYBIS, W. BETIOL, A. H. FAUST, R. Ergonomia e Usabilidade: conhecimentos, métodos e aplicações. São Paulo: Novatec, 2010.

PALADINI, Edson Pacheco. Avaliação estratégica da qualidade. São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, M.M. et al. Gestão da Qualidade: teoria e casos. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CARPINETTI, L.C.R. Gestão da Qualidade: conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010.

JURAN, J. M. A Qualidade Desde o Projeto. 1ª. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

OAKLAND, J. S. Gerenciamento da Qualidade Total: TQM. 1ª. ed. São Paulo: Nobel, 1994.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Diretrizes para auditorias de sistema de gestão da qualidade e/ou ambiental (NBR 19011:2002). Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

Sistemas de gestão da qualidade: fundamentos e vocabulário (NBR 9000:2005). 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2005. vi, 35 p.

Sistemas de gestão da qualidade: requisitos particulares para aplicação da ABNT NBR-ISO 9001:2000 para organizações de produção automotiva e peças de reposição pertinentes (ISO/TS 16949:2004). Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Gestão ambiental: avaliação do ciclo de vida - princípios e estrutura. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

Sistemas de gestão ambiental: requisitos com orientações para uso. 2 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

MONTGOMERY, D. C. Introdução ao controle estatístico da qualidade. Rio de Janeiro: LTC. 2004.

LAS CASAS, A. L.. Qualidade Total em Serviços. São Paulo: atlas, 2008. PALADINI, Edson Pacheco. Avaliação estratégica da qualidade. 1ª Edição ed. Atlas. São Paulo, 2002.

ASSAF NETO. Matemática financeira e suas aplicações. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009

REBELATTO, D. (Org.). Projeto de investimento: com estudo de caso completo na área de serviços. Barueri: Manole, 2004.

DAMODARAN, A. Finanças corporativas: teoria e prática. Porto Alegre, Bookman, 2004.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. Administração financeira. 8 ed. São Paulo, McGraw-Hill, 2008

ROZENFELD, Henrique; FORCELLINI, Fernando A.; AMARAL, Daniel C.; TOLEDO, J. C.; SILVA, S.L.; ALLIPRANDINI, D.H.; SCALICE, R.K. Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2005.

CHWIF, L.; MEDINA, A. C. Modelagem e Simulação de Eventos Discretos: Teoria e Aplicações. 2ª ed. São Paulo: Bravarte, 2007.

HARRELL, C.; GHOSH, B. K.; BOWDEN, R. O. Simulation using ProModel. 2ª ed. New York: McGraw Hill, 2003.

PRADO, D. Usando o Arena em simulação. 2ª ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.

ARENALES, M.; ARMENTANO, V.; MORABITO, R.; YANASSE, H. H. Pesquisa Operacional para cursos de engenharia. Rio de Janeiro: Campos, 2006.

HILLIER, F. S.; LIEBERMAN, G. J. Introdução à Pesquisa Operacional. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

TAHA, H. A. Pesquisa Operacional: uma visão geral. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

HAYES, R.; PISANO, G.; UPTON, D.; WHEELWRIGHT, S. Produção, estratégia e tecnologia: em busca da vantagem competitiva. 2008

FUNÇÃO: ENGENHARIA DE ALIMENTOS

Processamento e Tecnologia de alimentos. Química e análise de alimentos. Conservação de alimentos. Secagem, beneficiamento e armazenamento de sementes e grãos. Microbiologia de alimentos. Noções de doenças transmitidas por alimentos (DTA). Aditivos, conservantes e estabilizantes empregados em produtos industrializados de origem animal e vegetal e suas características. Higiene, cuidados e boas práticas nos processos de transformação de alimentos de origem animal e vegetal. Armazenagem, acondicionamento e preservação dos produtos industrializados. Legislação, normas e serviços de Inspeção de produtos de origem animal e vegetal nos níveis Municipal, Estadual e Federal.

Bibliografia sugerida:

- ANDRADE, N. J. Higiene na indústria de alimentos. São Paulo: Varela, 2008. 411 p.
- ARAÚJO, J. M. A. Química de alimentos: teoria e prática. 5. ed. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. 601 p.
- DIAS, J. et al. Implementação de sistemas da qualidade e segurança dos alimentos, v. 1. Belo Horizonte: SBCTA, 2010. 130 p.
- FELLOWS, P. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p.
- FENNEMA, O. R. Química de los alimentos. Zaragoza: Acribia, 1993. 1095 p.
- GOMES, J. C.; OLIVEIRA, J. F. Análises físico-químicas de alimentos. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2011. 303 p.
- JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 711 p.
- ORDÓÑEZ PEREDA, J. A. et al. Tecnologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2005. 294 p. 2 v.
- ELIAS, M. C. Técnicas para secagem e armazenamento de grãos em média e pequenas escalas. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2001.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil - Com as Emendas Constitucionais. (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Do Meio Ambiente - Art. 225).
- BRASIL. ANVISA. Portaria SVS/MS nº 326, de 30 de julho de 1997. Aprova o Regulamento Técnico; "Condições Higiênicas Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos".
- BRASIL. ANVISA. Portaria MS nº 1428, de 26 de novembro de 1993. Aprova, na forma dos textos anexos, o "Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos" - COD-100 a 001.0001, as "Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos" - COD- 100 a 002.0001, e o "Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ's) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos"- COD- 100 a 003.0001 e COD- 100 a 004.0001.

FUNÇÃO: PSICOLOGIA

Programas de treinamento e desenvolvimento de pessoas: objetivos e etapas para o desenvolvimento de treinamentos; implementação, acompanhamento e avaliação do processo com foco na melhoria do desempenho no trabalho.

Ética profissional do psicólogo. Teorias da personalidade. Diagnóstico psicológico: fundamentos e passos do processo psicodiagnóstico; testes psicológicos.

Entrevista psicológica: definição, tipos e finalidades.

Planejamento, organização, direção, controle e avaliação de programas e projetos na área de Gestão de Pessoas. Gestão de pessoas: Processo de recrutamento e seleção: testes psicológicos, Programas de benefícios, tipos e objetivos e processo de desenvolvimento.

Sistemas de remuneração e benefícios; gestão de competências e remuneração estratégica, saúde e segurança ocupacional. Comunicação, motivação, negociação, administração de conflitos e tomada de decisão.

Processos de grupo. Elementos de formação de equipes eficazes. Indicadores estratégicos de gestão de pessoas.

Qualidade de vida no trabalho e saúde ocupacional.

Transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho. Psicopatologia: conceituação; alterações da percepção, representação, juízo, raciocínio, memória, atenção, consciência e afetividade; doenças de natureza psíquica (alcoolismo, depressão, esquizofrenia, ansiedade). Saúde e segurança no trabalho.

Bibliografia sugerida:

- ARZENO, Maria Esther Garcia. Psicodiagnóstico clínico: novas contribuições. Porto Alegre: Artmed, 1995.
- BOOG, Gustavo G. Manual de treinamento e desenvolvimento. Um guia de operações. São Paulo: Pearson Makron Books, 2001.
- BOUYER, Gilbert Cardoso; SANTOS, Giovani Costa; MELLO, Gustavo Ferreira.. Contribuições epistemológicas do “Embodiment” na Ergonomia Cognitiva e nas Teorias da Ação. Disponível em: <<http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2007>>
- CUNHA, J. A. et al. Psicodiagnóstico. 5. ed. Revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. 3. ed. São Paulo: Campus, 2008.
- CONVENÇÃO n. 187 da ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT), que trata da estrutura de promoção da segurança e saúde no trabalho. Disponível em: <<http://www.abs.org.br>>
- CONSELHO Federal de Psicologia. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução n. 10 de 2005. Disponível em: <<http://pol.org.br/legislação/index.cfm>> Versão de 17/08/1995>
- DALGALARRONDO, Paulo. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- DAVEL, E. e VERGARA, S. C. Gestão com pessoas e subjetividade. São Paulo: Atlas, 2001.
- DUTRA, J. S. Administração de carreiras: uma proposta para repensar a gestão de pessoas. São Paulo: Atlas, 1996.
- MINISTÉRIO da Previdência Social – Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional. Disponível em: <<http://www.mpas.gov.br>>
- MINISTÉRIO DA SAÚDE - Doenças relacionadas com o trabalho. Disponível em: <<http://www.portal.saude.gov.br>>
- RESOLUÇÃO CFP n. 007/2003. Manual de elaboração de documentos decorrentes de avaliações psicológicas. Disponível em: <https://pol.org.br/legislação/pdf/resolucao2002_17.pdf>
- ROBBINS, Stephen. Fundamentos do comportamento organizacional. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.
- ZIMERMANN, D. E. Fundamentos básicos das grupoterapias. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- WOOD JR. Thomaz; PICARELLI FILHO, Vicente. Remuneração estratégica: a nova vantagem competitiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- DECRETO n. 7.602, de 07 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho - PNSST. D.O.U., de 08/11/2011.

V) EXTENSIONISTA AGROPECUÁRIO II

FUNÇÃO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO

1. FERTILIDADE DO SOLO

- 1.1 Análise do tecido vegetal: coleta de amostras na época adequada e interpretação dos resultados, com definição do estado nutricional da planta;
- 1.2 Análise de solo: coleta de amostras simples e amostras compostas. Interpretação dos resultados das análises de rotina de fertilidade do solo, matéria orgânica e fósforo remanescente. Recomendações de calagem e adubação orgânica e mineral;
- 1.3 Análise do subsolo: coleta de amostras de solo em subsuperfície. Interpretação dos resultados e recomendação de gessagem;
- 1.4 Conversão de unidades de medida dos resultados de análise de solo.
 - Fertirrigação.
 - Demanda de nutrientes pelas culturas.
 - Legislação sobre fertilizantes.

2. FRUTICULTURA

- 2.1. Frutíferas – Abacate; Abacaxi; Banana; Citrus (Laranja, Limão e Tangerina); Goiaba; Manga; Maracujá; Morango; Pêssego; Uva.
- 2.2 Sementes e mudas - Produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, semeio e sistema de produção de mudas, plantio.

- 2.3 Produção – análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento do pomar, planejamento do pomar, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.
- 2.4 Solo e fertilidade – Classe textural do solo, coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação, preparo de solo, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.
- 2.5 Plantio – densidade de plantas, épocas, ciclos.
- 2.6 Tratos culturais – capinas, raleio de frutos, podas (formação, condução, produção, verde, rejuvenescimento).
- 2.7 Irrigação – qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo, fertirrigação.
- 2.8 Pragas e doenças – MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI), Receituário Agrônomo.
- 2.9 Colheita – processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, padronização e classificação, embalagem, transporte).

3. CULTURAS

- 3.1 Culturas: Arroz, Feijão, Milho, Sorgo, Soja, Café, Cana-de-açúcar e Mandioca;
- 3.2 Diagnóstico: cadeia produtiva, oferta e demanda, preços;
- 3.3 Clima: Zoneamento climático (temperatura, umidade, luz, altitude, etc.);
- 3.4 Solos: características físicas e químicas; relevo, textura, estrutura, profundidade, porosidade, fertilidade, amostragem, análise, interpretação de análise do solo, acidez, nutrientes, padrões de fertilidade, etc;
- 3.5 Preparo de solo: sistema convencional e plantio direto, regulagem de máquinas e equipamentos;
- 3.6 Plantio e Adubação: plantio convencional, plantio direto, viveiro de mudas, variedades, época de plantio, espaçamento, densidade, adubação química, orgânica e verde e correção do solo;
- 3.7 Tratos Culturais: podas, aplicação de defensivos, cultivos (químico, manual e mecânico), rotação de culturas e consórcio;
- 3.8 Irrigação e Drenagem: métodos, equipamentos, fertirrigação;
- 3.9 Colheita: processamento, armazenamento, beneficiamento, classificação e industrialização;
- 3.10 Melhoramento: multiplicação, produção de sementes e mudas, cultivares recomendadas.

4. ADMINISTRAÇÃO RURAL

- 4.1 A Administração Rural e seu Campo de Ação
- 4.2 Características do Setor Agrícola
- 4.3 Funções da Administração (Conceitos)
- 4.4 Planejamento
- 4.4.1 Planejamento Estratégico
- 4.4.2 Planejamento Gerencial
- 4.4.3 Planejamento Operacional: Organização, Direção, Controle
- 4.5 Áreas Funcionais da Empresa Rural
- 4.5.1 Área de Produção
- 4.5.2 Fatores de Produção na Agricultura
- 4.5.3 Especialização x Diversificação
- 4.5.4 Atividades Competidoras x Complementares
- 4.5.5 Área de Recursos Humanos
- 4.5.6 Área de Comercialização e Marketing
- 4.5.7 Área de Finanças (Conceitos básicos): Receitas, Despesas, Investimentos, custos, Variáveis, Custos Fixos, Custos Totais, Custos Unitários, Depreciação, Margem Bruta, Margem Líquida, Ponto de Nivelamento, Fluxo de Caixa, Rentabilidade, Taxa de Retorno, Lucro, Custo Financeiro.

5. CRÉDITO RURAL - SEGURO RURAL

5.1 Disposições Preliminares: objetivos do crédito rural, finalidades do crédito rural, beneficiário do crédito rural; Assistência Técnica;

5.2 Condições Básica: exigências essenciais na concessão de crédito rural, Orçamento, Plano e Projeto, Garantias, Despesas, Utilização, Reembolso, Fiscalização;

5.3 Operações: Formalização, Créditos de Custeio, Créditos de Investimento, Créditos de Comercialização; Finalidades Especiais; Créditos a Cooperativas; Recursos; Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp); Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programas Especiais; Programas com Recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento); Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);

5.4 Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Seguro Rural: Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), Legislação, Seguradoras, Resseguradoras e Órgão Vinculados; Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

6.1. Fundamentos legais do associativismo.

6.2. Fundamentos legais do cooperativismo:

6.2.1. As sociedades cooperativas;

6.2.2. Objetivos e classificação das sociedades cooperativas;

6.2.3. As cooperativas de trabalho.

6.3. Autogestão e cooperativismo.

7. MEIO AMBIENTE

7.1 Conceitos e Fundamentos da Política Florestal: Conceito e Dimensões das Áreas de Preservação Permanente - APPs; Intervenções permitidas em APPs (Atividades de Interesse Público, Atividades de Interesse Social e Atividades de Baixo Impacto Ambiental); Área Rural Consolidada; Recomposição de APPs; Conceito e Dimensão da Área de Reserva Legal; Formas de Regularização da Reserva Legal; Áreas de Uso Restrito; Cadastro Ambiental Rural - CAR; Cota de Reserva Ambiental - CRA; Conceito e Tipos de Unidades de Conservação.

7.2 Conceitos e Fundamentos do Licenciamento Ambiental: Tipos de Licença Ambiental (Certidão de Dispensa de Licenciamento; Autorização Ambiental de Funcionamento e Licença Ambiental Convencional); Licenciamento de Atividades Agrossilvipastoris e de Agroindústrias; Conselho de Política Ambiental - COPAM; Superintendências de Regularização Ambiental - SUPRAMs; Unidades Regionais do COPAM - URCs.

7.3 Conceitos e Fundamentos sobre Gestão de Recursos Hídricos: Instrumentos de Gestão de Recursos Hídricos; Enquadramento de Corpos D'água; Classes de Qualidade das Águas; Outorga de Direito de Uso da Água; Usos Insignificantes de Água; Cobrança pelo Uso da Água; Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH; Comitês de Bacias Hidrográficas; Planos Diretores de Recursos Hídricos.

7.4 Conceitos e Fundamentos da Legislação sobre Crimes Ambientais e sua aplicação nas Áreas Rurais.

7.5 Conceitos, Fundamentos da Legislação sobre Agrotóxicos.

7.6 Conceitos e Fundamentos sobre Saneamento Ambiental Rural.

7.7 Princípios da Agroecologia e da Transição Agroecológica.

7.8 Mudanças Climáticas e seus Impactos na Agricultura.

7.9 Conceitos e Fundamentos sobre a Legislação sobre Educação Ambiental.

8. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

8.1 Alimentação:

8.1.1 Pastagens

- Formação, reforma e recuperação de pastagens:
- principais forrageiras para pastejo direto e seu valor nutricional;
- sistema convencional;
- sistema de integração lavoura e pecuária (ilp);
- sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (ilpf);
- práticas de conservação de solo e água;
- cultivo de leguminosas para composição de banco de proteínas.

8.1.2 Manejo e uso racional das pastagens:

- divisão e subdivisão das pastagens;
- sombreamento das pastagens;
- análise de fertilidade de solo e adubação das pastagens;
- controle de pragas (formigas, cupins, percevejos, cigarrinhas, etc.) e invasoras das pastagens;
- irrigação de pastagens.

8.1.3 Alimentação volumosa estratégica e alternativa para os períodos pré seco e seco principais forrageiras para corte e seus valores nutricionais;

- forrageiras para pastejo direto no período pré seco e seus valores nutricionais ;
- cana-de-açúcar corrigida com ureia e sulfato de amônia;
- alternativas de conservação de forragens:
- Diferimento de pastagens;
- Produção de silagem (capim, milho e sorgo);
- suplementação de alimentação volumosa com o uso de misturas nitrominerais ou nitroprotéicas.

8.2 Água

- A importância da água na alimentação dos bovinos;
- distribuição de bebedouros;
- qualidade e quantidade suficiente de água para o consumo do rebanho.

8.3 Mineralização do rebanho

- necessidades, deficiências e estratégias de fornecimento de sal mineral de boa qualidade para o rebanho bovino;

8.4 Alimentação concentrada

- Principais produtos utilizados na alimentação concentrada para bovinos e sua composição nutricional;
- Balanceamento de dietas com o uso de concentrados.

8.5 Sanidade

- cuidados com os recém nascidos: piquete maternidade, fornecimento de colostro e cura de umbigo;
- calendário anual de vacinações;
- mamites clínica e subclínica: características, e manejo preventivo;
- manejo preventivo e controle de endo e ectoparasitoses;
- controle de vetores transmissores de doenças(moscas, roedores, morcegos,...).

8.6 Reprodução e Genética

- raças zebuínas e europeias e seus cruzamentos;
- ciclo reprodutivo da fêmea bovina;
- manejo de vacas mestiças (holandesa X zebuínas) para a produção de leite e de bezerras;
- melhoramento genético por meio da introdução de reprodutores melhoradores em sistema de monta natural
- avaliação de escore de condição corporal de vacas.

8.7 Manejo de dejetos e de resíduos

- destinação correta de resíduos da atividade (embalagens, material descartável, águas residuais,...);
- mensuração da produção diária de efluentes;
- manejo correto de efluentes e sua aplicação na adubação de lavouras, pastagens, canaviais e capineiras.

8.8 Instalações e ambiência

- uso de cerca eletrificada;
- dimensionamento de instalações;
- ambiência e bem-estar animal.

8.9 Qualidade do leite

- manutenção, limpeza e higiene das instalações, equipamentos e utensílios;
- boas práticas de ordenha;
- características e uso de tanques de resfriamento de leite.

8.10 Qualidade dos animais

- criação de bezerras(as) para recria e abate;
- criação de bezerras e recria de novilhas leiteiras.

8.11 Gestão do negócio

- índices zootécnicos e métodos/práticas de mensuração e controle;
- indicadores de desempenho econômico-financeiro na bovinocultura.

9. OLERICULTURA

9.1 Olerícolas - Batata; tomate-de-mesa; cenoura; cebola; alface; pimentão; alho; mandioquinha-salsa; repolho; brócolis, beterraba; jiló; berinjela; pimenta; pepino; quiabo.

9.2 Sementes e mudas - produção de sementes, normas, padrões, certificação, cultivares, armazenamento, tratamento das sementes, semeio e sistema de produção de mudas.

9.3 Produção – análise ambiental do empreendimento, local para o estabelecimento da horta, planejamento da horta, época de plantio, regularidade de oferta, produção orgânica.

9.4 Solo e fertilidade – classe textural do solo, coleta de amostras, preparo do solo, conservação, interpretação de análise, recomendação de adubação, preparo de solo, levantamento de canteiros, sulcamento, coveamento, adubação orgânica, adubação verde.

9.5 Cultivo protegido – tipos de casa de vegetação, localização, estrutura.

9.6 Plantio – densidade de plantas, épocas, ciclos.

9.7 Tratos culturais – capinas, raleamento, desbaste, desbrota, estaqueamento, amontoa, adubação de cobertura, amarrio.

9.8 Irrigação – qualidade da água para irrigação, sistemas de irrigação, relação água/planta/solo, manejo da água no solo, fertirrigação.

9.9 Pragas e doenças – MIP (Manejo Integrado de Pragas e Doenças), controle biológico, controle químico, controle de plantas daninhas, uso correto de agrotóxicos: toxicologia (dose letal, resíduo, tolerância, carência, período de reentrada, etc.), riscos e cuidados no manuseio e aplicação, pulverização (tipos de pulverizadores, tipos de bicos, regulagem, preparo da solução, técnica de aplicação, cuidados com os pulverizadores e uso do EPI), Receituário Agrônomo.

9.10 Colheita – processos e equipamentos, manuseio pós-colheita (limpeza, classificação, embalagem, transporte).

10. AGROECOLOGIA

10.1 Conceituação, histórico e princípios da agroecologia;

10.2 Discussão da agroecologia como ferramenta da agricultura familiar e ATER capaz de viabilizar os serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas, e na produção saudável de alimentos, fibras e matéria prima para energia;

10.3 Caracterização e manejo das culturas no sistema orgânico. Práticas e manejos na conversão do sistema convencional para o orgânico. Fertilizantes orgânicos de origem animal e vegetal;

10.4 Legislação e aplicação de normas e procedimentos para a produção e comercialização de produtos em sistema de cultivo orgânico. Certificação do sistema de cultivo orgânico.

Bibliografia sugerida:

1. FERTILIDADE DO SOLO

Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais – 5ª aproximação/Antônio Carlos Ribeiro, Paulo Tácito Gontijo Guimarães, Victor Hugo Alvarez V., editores. - Viçosa, MG, 1999

2. FRUTICULTURA

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 10.545, de 30/dezembro/91.

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81.

BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.

BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.

BRASIL. Decreto Federal nº 41.203, de 08/agosto/2000.

BRASIL. Resolução CONAMA 357.

Informe Agropecuário – Morango: tecnologias de produção ambientalmente corretas. BH: EPAMIG, N. 279, mar/abr. 2014. 104 p.

GONÇALVES, C.G., et.al. Abacate: cultura, matéria prima, processamento e aspectos econômicos, 2ª ed. rev. e ampl. Campinas, 1991.

PIMENTEL, R.P. Fruticultura Brasileira, 11ª ed., São Paulo-SP: Nobel. 1986

FILHO, H.P.S. et.al. Citros: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília- DF, Embrapa Informações tecnológicas, 2005, 211 p. : il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas)

Informe Agropecuário – Citricultura: inovações tecnológicas. BH: EPAMIG, N. 209, mar/abr. 2001. 100 p.

ALMEIDA, L.A. Maracujá: produção e qualidade da Passicultura. Cruz das Almas . Embrapa – CNMF. 2004, 396 p.

RUGIERO, C. et. al. Simpósio Brasileiro do Maracujazeiro, V, 10 – 13 de fev., 1998. Jaboticatubas, 388 p.

ALVES, E.J. A cultura da banana: aspectos econômicos, socioeconômicos e agroindustriais. Brasília, Embrapa – CNMF, 1997, 585p.

CUNHA, G.A.P.O Abacaxizeiro: cultivo, agroindústria e economia. Brasília: Embrapa – comunicação para transferência de tecnologia, 1999. 480 p.

MEDEIROS, C.A.B.; RASEIRA, M.C.B. A cultura do pessegueiro. Brasília: Embrapa – SPI, Pelotas: Embrapa – CPACT, 1998, 350 p. il.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.

LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.

MARQUELLI, W. A. [et al], Irrigação por Aspersão em Hortaliças. 2ª ed. Embrapa Informação Tecnológica, 2008. 150p. il.

3. CULTURAS

Tecnologia para Arroz de Terras Altas, 1998, BRESEGHELLO, Flávio e STONE, Luiz Fernando, EMBRAPA Arroz e Feijão.

A Cultura do Arroz no Brasil, EMBRAPA Arroz e Feijão, 2ª edição, 2006, Alberto Baêta dos Santos, Luiz Fernando Stone, Noris Regina de Almeida Vieira.

- MATIELLO, J. B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A. W. R.; ALMEIDA, S. R.; D. R. FERNANDES. Cultura de café no Brasil – Manual de Recomendações. MAPA/ SARC/PROCAFÉ/SPAE/DECAF, FUNDAÇÃO PROCAFÉ. Rio de Janeiro-RJ e Varginha-MG - 2010

Informações Técnicas para o Cultivo do Feijoeiro Comum na Região do Central do Brasil, 2009/2011, 2010, IMCAPER, POSSE, Sheila Cristina Prucoli et al.

Integração Lavoura-Pecuária, 2001, EMBRAPA Arroz e Feijão, João Kluthcouski, Luiz Fernando Stone e Homero Aidar.

A cultura do Milho, 2008, EMBRAPA Milho e Sorgo, CRUZ, José Carlos et al.

Sistema Plantio Direto: Bases Para o Manejo da Fertilidade do Solo, 2004, Associação Nacional par Difusão de Adubos- ANDA, Alfredo Scheid Lopes et al.

A Cultura do Milho e Sorgo para produção de Silagem. REZENDE, Humberto, EMBRAPA-CNPGL, 1991 (110 p. il)

Tecnologias de Produção de Soja, Região Central do Brasil – Londrina: Agropecuária Oeste; EMBRAPA Cerrados, EPAMIG: Fundação Triângulo, 2003

Aspectos Socioeconômicos e Agrônômicos da Mandioca, 2006, EMBRAPA Cruz das Almas, Luciano da Silva Souza, Alba Rejane Nunes Faria, Pedro Luiz Pires de Mattos e Wânia Maria Gonçalves Fukuda.

Informe Agropecuário Nº 239- Julho/agosto 2007, Cana-de-Açúcar, EPAMIG

4. ADMINISTRAÇÃO RURAL

ANTUNES, L. M.; ENGEL, A. Manual de Administração Rural: Custos de Produção. 3 ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. 196 p.

CREPALDI, S. A. Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisória. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012. 432 p.

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. 352 p.

SILVA, R. A. G. da. Administração Rural: Teoria e Prática. 3 ed. Curitiba: Editora Juruá, 2013. 230 p.

SOUZA, R. A. Administração da Fazenda. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1988. 211 p.

5. CRÉDITO RURAL - SEGURO RURAL

www.bcb.gov.br – Sistema Financeiro Nacional – Crédito Rural – MCR – Manual de Crédito Rural (MCR);

www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

www.agricultura.gov.br/politica-agricola/seguro-rural – MAPA;

www.mda.gov.br/sistema/secretaria/saf-seaf/sobre – Programa - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Incisos XVII ao XXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Capítulos II e III da Lei 5.764/1971. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 12.690/2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: Revista Katálisis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/09.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

7. MEIO AMBIENTE

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 5.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2008.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Revisa procedimentos e critérios utilizados no licenciamento ambiental, de forma a incorporar ao sistema de licenciamento os instrumentos de gestão ambiental e a integrar a atuação dos órgãos do SISNAMA na execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

BRASIL. CONAMA. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Agricultura Orgânica.

BRASIL. FUNASA. - Manual de Saneamento Orientações Técnicas. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e alterações. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997 e alterações. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 9.974, de 6 de junho de 2000. Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

BRASIL. MAPA. Instrução Normativa Nº 46, de 6 de Outubro de 2011. Estabelece o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal, bem como as listas de Substâncias Permitidas para uso nos Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 44.844, de 25/06/08 – Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades.

MINAS GERAIS. CERH–MG. Deliberação Normativa nº 09, de 16/06/04 – Dispõe sobre Outorga de Uso Insignificante.

MINAS GERAIS. COPAM. Deliberação Normativa nº 074, de 09/09/04 – Dispõe sobre Licenciamento Ambiental. Alterada pelas Deliberações Normativas nº 103, de 8/novembro/06 e nº 130, de 14/01/09.

MINAS GERAIS. LEI ESTADUAL Nº 20.922, DE 16/10/13 – DISPÕE SOBRE AS POLÍTICAS FLORESTAL E DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

8. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

AMARAL, Reginaldo et al. Sistema de produção de leite em pasto com vacas F1 HZ. Belo Horizonte: EPAMIG, 2006.32 p. il. (EPAMIG, Boletim Técnico,78).

AUAD, Alexander Machado et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2010. 608 p. il.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Brasília, D.O.U, 30/12/2011. Seção 1.

BRITO, Acácio Sânzio de (Org.). Bovinocultura leiteira: informação técnicas e de gestão. Natal: SEBRAE/RN, 2009. 320 p. il.

CAMPOS, Oriel Fajardo de; LUZIEIRE, Rosane (Coord.). Gado de leite: o produtor pergunta a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1993. 213 p. (500 perguntas, 500 respostas).

CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. Bovinocultura. Campinas: CONSEPA, 2005. 48 p. (CONSEPA, Série Reuniões Técnicas).

CORRÊA, Afonso Nogueira Simões (Ed.). Gado de corte: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA-CNPGL, 1996. 208 p. il. (500 perguntas, 500 respostas).

CRUZ, José Carlos (Ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2001. 544 p. il.

FERREIRA, José Joaquim et al. Sistema EPAMIG de alimentação de vacas mestiças leiteiras. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 48 p. (EPAMIG, Boletim Técnico, 83).

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.25, n.221, 2004.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.26, n.226, 2005.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.28, n.240, set./out. 2007.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.31, n.258, set./out. 2010.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.33, n.266, jan./fev. 2012.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.34, n.277, nov./dez. 2013.

KIRCHOF, Breno. Bovinos de leite. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 77 p. il. (Aprendendo a Fazer Melhor, 7).

MADALENA, Fernando Enrique (Ed.). Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. 532 p.

PEIXOTO, Aristeu Mendes et al. Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.

PEREIRA, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 4. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2004. 609 p.

SALMAN, Ana Karina Dias et al. Manual prático para formulação de ração para vacas leiteiras. Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2011. 24 p. (Documentos, 145)

VILELA, Duarte (Ed.). O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002. 546 p.

Deliberação Normativa COPAM Nº 182, de 10 de abril de 2013.

9. OLERICULTURA

BRASIL. Legislação - Lei Federal nº 6.938, de 31/agosto/81

BRASIL. Lei Federal 7802 11 de julho 1989.

BRASIL. Lei Federal 9974 06 de junho 2000.

BRASIL. Decreto Federal nº 4074/02.

BRASIL. MAPA . Legislação brasileira sobre sementes e mudas. Brasília : 2007, 318p.

BRASIL. Resolução CONAMA 357.

EMBRAPA. Produção orgânica de hortaliças: o produtor pergunta, a EMBRAPA responde. Brasília: 2007. 308 p. il. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).

EMBRAPA . Mandioquinha-salsa. Brasília: 2008. (Sistemas de Produção, 4).

EMBRAPA. Construção de estufas para produção de hortaliças nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Brasília: , 2005. 16p.(Circular Técnica, 38)

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. Viçosa: UFV, 2008. 421p. il.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 1. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2011. 704p.

KIMATI, H. [et al]. Manual de Fitopatologia. vol 2. 4ª ed. Ed. Agronômica Ceres. 2005. 662p.

LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas. 7ª ed. São Paulo: Plantarum, 2014. 384p.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM 74, de 9/setembro/04, alterada pela Deliberação Normativa COPAM 103, de 8/novembro/06.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº 7.772, de 8/setembro/80.

MINAS GERAIS. Decreto Estadual 43.278, 22/abril/03.

SALASSIER, Bernardo. Manual de irrigação. 8ª ed. Viçosa: UFV, 2008. 625p.

10. AGROECOLOGIA

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável 4.ed. – Ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 2004.

AQUINO, A. M. de. ASSIS, R. L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário - Brasil Agroecológico – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO – 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/planapo/>

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instruções Normativas. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Organicos/Legislacao/Nacional/

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>

CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. A. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL - Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS. 2004.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS. 2001.

FUNÇÃO: MÉDICO VETERINÁRIO

1. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

1.1. Alimentação:

1.1.1. Fisiologia da digestão em ruminantes

- Anatomia e função dos órgãos que compõem o sistema digestório dos ruminantes.

1.1.2. Pastagens

- Formação, reforma e recuperação de pastagens:
- principais forrageiras para pastejo direto e seu valor nutricional;
- sistema convencional;
- sistema de integração lavoura e pecuária (iLP);
- sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (iLPF);
- práticas de conservação de solo e água;
- cultivo de leguminosas para composição de banco de proteínas.

1.1.3 Manejo e uso racional das pastagens:

- divisão e subdivisão das pastagens;
- sombreamento das pastagens;
- controle de pragas (formigas, cupins, percevejos, cigarrinhas, etc.) e invasoras das Pastagens;

1.1.4. Alimentação volumosa estratégica e alternativa para os períodos pré seco e seco

- principais forrageiras para corte e seus valores nutricionais;
- forrageiras para pastejo direto no período pré seco e seus valores nutricionais ;
- cana-de-açúcar corrigida com ureia e sulfato de amônia;
- alternativas de conservação de forragens:
- Diferimento de pastagens;
- Produção de silagem (capim, milho e sorgo);
- suplementação de alimentação volumosa com o uso de misturas nitrominerais ou nitroprotéicas.

1.2. Água

- A importância da água na alimentação dos bovinos;
- distribuição de bebedouros;
- qualidade e quantidade suficiente de água para o consumo do rebanho.

1.3. Mineralização do rebanho

- necessidades, deficiências e estratégias de fornecimento de sal mineral de boa qualidade para o rebanho bovino;
- formulação e análise de composição de sal mineralizado;
- formulação de misturas múltiplas (proteicas e/ou energéticas).

1.4. Alimentação concentrada

- Principais produtos utilizados na alimentação concentrada para bovinos e sua composição nutricional;
- Balanceamento de dietas com o uso de concentrados.

1.5. Sanidade

- cuidados com os recém nascidos: piquete maternidade, fornecimento de colostro e cura de umbigo;
- principais zoonoses: características, formas de contágio e estratégias de prevenção;
- calendário anual de vacinações;
- Programas Oficiais de Sanidade Animal: Programa Nacional de controle e erradicação da febre aftosa e Programa Nacional de controle e erradicação da brucelose e tuberculose;
- doenças da reprodução e estratégias de prevenção;
- mamites clínica e subclínica: características, transmissão e manejo preventivo;
- manejo preventivo e controle de endo e ectoparasitoses;
- controle de vetores transmissores de doenças(moscas, roedores, morcegos,...).

1.6. Reprodução e Genética

- anatomia e função dos órgãos que compõem o sistema reprodutor dos bovinos;
- ciclo estral da fêmea bovina, eventos reprodutivos e principais hormônios da reprodução;
- ciclo da lactação e controle leiteiro;
- raças zebuínas e europeias e seus cruzamentos;
- manejo de vacas mestiças (holandesa X zebuínas) para a produção de leite e de bezerros;

- melhoramento genético por meio da introdução de reprodutores melhoradores em sistema de monta natural e com o uso da inseminação artificial;
- estratégias e recomendação de uso das tecnologias Inseminação Artificial em Tempo Fixo – IATF, Transferência de Embriões - TE e Fertilização in vitro - FIV em rebanhos comerciais;
- avaliação de escore da condição corporal.

1.7. Manejo de dejetos e de resíduos

- destinação correta de resíduos da atividade (embalagens, material descartável, águas residuais,...);
- mensuração da produção diária de efluentes;
- manejo correto de efluentes e sua aplicação na adubação de lavouras, pastagens, canaviais e capineiras.

1.8. Instalações e ambiência

- ambiência e bem-estar animal.

1.9. Qualidade do leite

- manutenção, limpeza e higiene das instalações, equipamentos e utensílios;
- boas práticas de ordenha;
- características, composição e indicadores de qualidade do leite;
- características e uso de tanques de resfriamento de leite.

1.10. Qualidade dos animais

- criação de bezerras(as) para recria e abate;
- criação de bezerras e recria de novilhas leiteiras.

1.11. Gestão do negócio

- índices zootécnicos e métodos/práticas de mensuração e controle;
- indicadores de desempenho econômico-financeiro na bovinocultura.

1.12. Suinocultura

- reprodução, cria;
- recria e terminação;
- melhoramento genético;
- alimentação e nutrição;
- construções e equipamentos, sanidade, instalações.

1.13. Avicultura de Corte e Postura

- alimentação e nutrição;
- anuidade;
- instalações e equipamentos;
- manejo;
- reprodução.

1.14. Psicultura

- tanques ou açudes (construção, profundidade, dimensão, localização, adubação, análise da água);
- peixamento, espécie a ser criada, alimentação, sanidade e manejo.

1.15. Apicultura

- Ciclo biológico e organização social;
- os produtos das abelhas;
- flora apícola;
- localização e implantação de apiários;
- povoamento de apiário;
- controle de enxameação;

- fatores que afetam a produção de mel;
- manejo do apiário;
- doenças das abelhas;
- colheita do mel;
- processamento;
- envasamento do mel.

2. MEIO AMBIENTE

2.1. Legislação Ambiental: uso de água pública para fins agropecuários, áreas de preservação permanente, licenciamento ambiental para atividades agrícolas, ordenamento legal para uso de agrotóxicos, legislação sobre lançamentos de efluentes gerados nas atividades pecuárias.

2.2. Impactos Ambientais/Poluição: poluição e conservação dos recursos naturais.

Bibliografia sugerida:

1. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

AMARAL, Reginaldo et al. Sistema de produção de leite em pasto com vacas F1 HZ. Belo Horizonte: EPAMIG, 2006. 32 p. il. (EPAMIG, Boletim Técnico, 78).

AUAD, Alexander Machado et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2010. 608 p. il.

BARBOSA, Rogério T. et al. Intensificação da bovinocultura de corte: estratégias de manejo reprodutivo e sanitário. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1997. 57 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Brasília, D.O.U, 30/12/2011. Seção 1.

BRITO, Acácio Sânzio de (Org.). Bovinocultura leiteira: informação técnicas e de gestão. Natal: SEBRAE/RN, 2009. 320 p. il.

CAMPOS, Oriel Fajardo de; LUZIEIRE, Rosane (Coord.). Gado de leite: o produtor pergunta a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1993. 213 p. (500 perguntas, 500 respostas).

CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. Bovinocultura. Campinas: CONSEPA, 2005. 48 p. (CONSEPA, Série Reuniões Técnicas).

CORRÊA, Afonso Nogueira Simões (Ed.). Gado de corte: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA-CNPGL, 1996. 208 p. il. (500 perguntas, 500 respostas).

CRUZ, José Carlos (Ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2001. 544 p. il.

ESTEVES, Sérgio Novita et al. Intensificação da bovinocultura de corte: estratégias de alimentação e terminação. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1997. 75 p.

FERREIRA, Ademir de Moraes. Reprodução da fêmea bovina: fisiologia aplicada e problemas mais comuns (causas e tratamento). Juiz de Fora: Edição do Autor. 2010. 422 p. il.

FERREIRA, José Joaquim et al. Sistema EPAMIG de alimentação de vacas mestiças leiteiras. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 48 p. (EPAMIG, Boletim Técnico, 83).

FÓRUM DE ATUALIZAÇÃO DE DOENÇAS DE BOVINOS DE LEITE, 1992, Juiz de Fora. Doenças parasitárias dos bovinos de leite. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1992. 133p. il.

FÓRUM DE ATUALIZAÇÃO DE DOENÇAS DE BOVINOS DE LEITE, 1992, Juiz de Fora. Doenças dos bovinos de leite adultos. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1992. 174 p. il.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.25, n.221, 2004.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.26, n.226, 2005.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.28, n.240, set./out. 2007.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.31, n.258, set./out. 2010.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.33, n.266, jan./fev. 2012.

INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.34, n.277, nov./dez. 2013.

KIRCHOF, Breno. Bovinos de leite. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 77 p. il. (Aprendendo a Fazer Melhor, 7).

MADALENA, Fernando Enrique (Ed.). Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. 532 p.

PEIXOTO, Aristeu Mendes et al. Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.

PEREIRA, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 4. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2004. 609 p.

SALMAN, Ana Karina Dias et al. Manual prático para formulação de ração para vacas leiteiras. Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2011. 24 p. (Documentos, 145)

VILELA, Duarte (Ed.). O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002. 546 p.

CAVALCANTI, Sergito de Souza. Suinocultura dinâmica. Itapua Ed. e Gráfica Ltda.

ENGLERT, Sérgio Inácio. Avicultura. Ed. Agropecuária Ltda.

MACHADO, J.H.M e Carrote, C.&, Manejo Alimentos em Psicicultura, Editora Arte & Ciência – UNIMAC, 1990, 90 pg.

MALAVAZZI, Gilberto. Avicultura: manual prático. Nobel.

ROMANY, Dean, Manual de Criação de Peixes, Livraria ABC, 122 pg.

SHEREN, José O.L.B. Apicultura racional. Nobel.

VIESE, Helmuth. Nova apicultura. Livraria e Ed. Agropecuária Ltda.

Deliberação Normativa COPAM Nº 182, de 10 de abril de 2013.

2. MEIO AMBIENTE

FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE. Legislação ambiental – Leis Estaduais: 7772 de 8/9/1980; 9121 de 30/12/1985; 10545 de 13/12/1991; 10561 de 27/12/1992; 11504 de 20/06/1994; 12596 de 30/07/1997; 13199 de 29/01/1999. Leis Federais: 6.938 de 31/08/1981 e 9.433 de 08/01/1997.

Uso da água: Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

Deliberação Normativa COPAM nº 182 de 10/04/2013.

FUNÇÃO: ZOOTECNISTA

1. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

1.1. Alimentação:

1.1.1. Fisiologia da digestão em ruminantes

- Anatomia e função dos órgãos que compõem o sistema digestório dos ruminantes.

1.1.2 - Pastagens

- Formação, reforma e recuperação de pastagens:
- principais forrageiras para pastejo direto e seu valor nutricional;
- sistema convencional;
- sistema de integração lavoura e pecuária (iLP);
- sistema de integração lavoura, pecuária e floresta (iLPP);
- práticas de conservação de solo e água;
- cultivo de leguminosas para composição de banco de proteínas.

1.1.3 - Manejo e uso racional das pastagens:

- divisão e subdivisão das pastagens;
- sombreamento das pastagens;
- controle de pragas (formigas, cupins, percevejos, cigarrinhas, etc.) e invasoras das pastagens;

1.1.4- Alimentação volumosa estratégica e alternativa para os períodos pré seco e seco

- principais forrageiras para corte e seus valores nutricionais;
- forrageiras para pastejo direto no período pré seco e seus valores nutricionais ;
- cana-de-açúcar corrigida com ureia e sulfato de amônia;
- alternativas de conservação de forragens:
- Diferimento de pastagens;
- Produção de silagem (capim, milho e sorgo);
- suplementação de alimentação volumosa com o uso de misturas nitrominerais ou nitroprotéicas.

1.2. Água

- A importância da água na alimentação dos bovinos;
- distribuição de bebedouros;
- qualidade e quantidade suficiente de água para o consumo do rebanho.

1.3. Mineralização do rebanho

- necessidades, deficiências e estratégias de fornecimento de sal mineral de boa qualidade para o rebanho bovino;
- formulação e análise de composição de sal mineralizado;
- formulação de misturas múltiplas (proteicas e/ou energéticas).

1.4. Alimentação concentrada

- Principais produtos utilizados na alimentação concentrada para bovinos e sua composição nutricional;
- Balanceamento de dietas com o uso de concentrados.

1.5. Sanidade

- cuidados com os recém nascidos: piquete maternidade, fornecimento de colostro e cura de umbigo;
- calendário anual de vacinações;
- mamites clínica e subclínica: características e manejo preventivo;
- manejo preventivo e controle de endo e ectoparasitoses;
- controle de vetores transmissores de doenças (moscas, roedores, morcegos,...).

1.6. Reprodução e Genética

- raças zebuínas e europeias e seus cruzamentos;
- ciclo da lactação e controle leiteiro;
- manejo de vacas mestiças (holandesa X zebuínas) para a produção de leite e de bezerras;
- avaliação de escore corporal.

1.7. Manejo de dejetos e de resíduos

- destinação correta de resíduos da atividade (embalagens, material descartável, águas residuais,...);
- mensuração da produção diária de efluentes;
- manejo correto de efluentes e sua aplicação na adubação de lavouras, pastagens, canaviais e capineiras.

1.8. Instalações e ambiência

- cerca eletrificada;
- dimensionamento de instalações;
- ambiência e bem estar animal.

1.9. Qualidade do leite

- manutenção, limpeza e higiene das instalações, equipamentos e utensílios;
- boas práticas de ordenha;
- tanques de resfriamento de leite.

1.10. Qualidade dos animais

- criação de bezerras(as) para recria e abate;
- criação de bezerras e recria de novilhas.

1.11. Gestão do negócio

- índices zootécnicos e métodos/práticas de mensuração e controle;
- indicadores de desempenho econômico-financeiro na bovinocultura.

2. CRÉDITO RURAL - SEGURO RURAL

2.1 Disposições Preliminares: objetivos do crédito rural, finalidades do crédito rural, beneficiário do crédito rural; Assistência Técnica;

2.2 Condições Básica: exigências essenciais na concessão de crédito rural, Orçamento, Plano e Projeto, Garantias, Despesas, Utilização, Reembolso, Fiscalização;

2.3 Operações: Formalização, Créditos de Custeio, Créditos de Investimento, Créditos de Comercialização; Finalidades Especiais; Créditos a Cooperativas; Recursos; Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp); Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Programas Especiais; Programas com Recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento); Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);

2.4 Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Seguro Rural: Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), Legislação, Seguradoras, Resseguradoras e Órgão Vinculados; Zoneamento Agrícola de Risco Climático.

3. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

- 3.1 – Fundamentos legais do associativismo.
- 3.2 – Fundamentos legais do cooperativismo:
 - 3.2.1 – As sociedades cooperativas;
 - 3.2.3 – Objetivos e classificação das sociedades cooperativas;
 - 3.2.4 – As cooperativas de trabalho.
 - 3.2.5 – Autogestão e cooperativismo.

Bibliografia sugerida:

1. BOVINOCULTURA E PEQUENOS ANIMAIS

- AMARAL, Reginaldo et al. Sistema de produção de leite em pasto com vacas F1 HZ. Belo Horizonte: EPAMIG, 2006.32 p. (EPAMIG, Boletim Técnico,78).
- AUAD, Alexander Machado et al. Manual de bovinocultura de leite. Brasília: LK Editora; Belo Horizonte: SENAR-AR/MG; Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2010. 608 p. il.
- BARBOSA, Rogério T. et al. Intensificação da bovinocultura de corte: estratégias de manejo reprodutivo e sanitário. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1997. 57 p.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Instrução Normativa nº 62, de 29 de dezembro de 2011. Brasília, D.O.U, 30/12/2011. Seção 1.
- BRITO, Acácio Sânzio de (Org.). Bovinocultura leiteira: informação técnicas e de gestão. Natal: SEBRAE/RN, 2009. 320 p. il.
- CAMPOS, Oriel Fajardo de; LUZIEIRE, Rosane (Coord.). Gado de leite: o produtor pergunta a Embrapa responde. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1993. 213 p. (500 perguntas, 500 respostas).
- CASTRO, Carlos Eduardo Ferreira de et al. Bovinocultura. Campinas: CONSEPA, 2005. 48 p. (CONSEPA, Série Reuniões Técnicas).
- CORRÊA, Afonso Nogueira Simões (Ed.). Gado de corte: o produtor pergunta a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA-CNPGL, 1996. 208 p. il. (500 perguntas, 500 respostas).
- CRUZ, José Carlos (Ed.). Produção e utilização de silagem de milho e sorgo. Sete Lagoas: EMBRAPA Milho e Sorgo, 2001. 544 p. il.
- ESTEVES, Sérgio Novita et al. Intensificação da bovinocultura de corte: estratégias de alimentação e terminação. São Carlos: EMBRAPA-CPPSE, 1997. 75 p.
- FERREIRA, José Joaquim et al. Sistema EPAMIG de alimentação de vacas mestiças leiteiras. Belo Horizonte: EPAMIG, 2007. 48 p. (EPAMIG, Boletim Técnico, 83).
- INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.25, n.221, 2004.
- INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.26, n.226, 2005.
- INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.28, n.240, set./out. 2007.
- INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.31, n.258, set./out. 2010.
- INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.33, n.266, jan./fev. 2012.
- INFORME AGROPECUÁRIO. Belo Horizonte: EPAMIG, v.34, n.277, nov./dez. 2013.
- KIRCHOF, Breno. Bovinos de leite. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2005. 77 p. il. (Aprendendo a Fazer Melhor, 7).
- MADALENA, Fernando Enrique (Ed.). Produção de leite e sociedade: uma análise crítica da cadeia do leite no Brasil. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2001. 532 p.

PEIXOTO, Aristeu Mendes et al. Bovinocultura de corte: fundamentos da exploração racional. 3.ed. Piracicaba: FEALQ, 1999. 552 p.

PEREIRA, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado à produção animal. 4. ed. Belo Horizonte: FEPMVZ, 2004. 609 p.

SALMAN, Ana Karina Dias et al. Manual prático para formulação de ração para vacas leiteiras. Porto Velho: EMBRAPA Rondônia, 2011. 24 p. (Documentos, 145)

VILELA, Duarte (Ed.). O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002. 546 p.

Deliberação Normativa COPAM Nº 182, de 10 de abril de 2013.

2. CRÉDITO RURAL - SEGURO RURAL

www.bcb.gov.br – Sistema Financeiro Nacional – Crédito Rural – MCR – Manual de Crédito Rural (MCR);

www.agricultura.gov.br/politica-agricola/zoneamento-agricola - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);

www.agricultura.gov.br/politica-agricola/seguero-rural – MAPA;

www.mda.gov.br/sistema/secretaria/saf-seaf/sobre – Programa - Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

3. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Incisos XVII ao XXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Capítulos II e III da Lei 5.764/1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 12.690/2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: Revista Katálisis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/09.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

VI) EXTENSIONISTA DE BEM ESTAR SOCIAL II

1. METODOLOGIA DE ATER

- 1.1. Desenvolvimento Rural
 - 1.1.1. Questão agrária brasileira
 - 1.1.2. Desenvolvimento Rural sustentável
- 1.2. Agricultura Familiar no Brasil
 - 1.2.1. Agricultura Familiar e sistemas de produção
 - 1.2.2. Público de ATER: Agricultores familiares e demais beneficiários da PNATER
- 1.3. Metodologia de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER
 - 1.3.1. Metodologia participativa de Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável - MEXPAR
 - 1.3.2. Contextualização da ATER no Brasil
 - 1.3.3. Participação e Gestão Social
 - 1.3.4. Ater como prática educativa: princípios da educação popular
- 1.4. Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar
 - 1.4.1. Política Nacional de ATER – PNATER
 - 1.4.2. Lei de ATER
 - 1.4.3. Lei da Agricultura Familiar

2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- 2.1 A ciência e o processo de nutrição: nutrição, alimentos e nutrientes.
 - 2.1.1 Os nutrientes – funções, necessidades diárias e fontes alimentares:

2.1.2 Macronutrientes: proteínas, carboidratos (hidratos de carbono) ou glicídios e gorduras ou lipídios;

2.1.3 Micronutrientes: vitaminas e minerais.

2.1.4 Alimentos Funcionais

2.2 Guia Alimentar da População Brasileira: Princípios; A escolha de alimentos; Dos alimentos

2.2.1 à refeição; O ato de comer e a comensalidade; A compreensão e a superação de obstáculos; Dez passos para alimentação saudável.

2.3 Comportamento alimentar, Hábitos Alimentares, Educação Alimentar e Estilos Saudáveis de Vida

2.4 Transformações no padrão alimentar nutricional brasileiro

2.5 Qualidade de alimentos e saúde:

2.6 Quanto aos Aspectos Nutricionais: alimentos energéticos, construtores e reguladores

2.6.1 Quanto aos Aspectos Sensoriais e Higiênicos

2.7 Boas Práticas no preparo de alimentos (seleção, higiene, preparo, conservação, armazenamento)

2.7.1 Alimentação saudável em diferentes fases da vida: Lactentes, Pré escolares, Escolares, Adolescentes, Adulto, Idoso (terceira idade), Gestante e Nutriz (lactante)

2.7.2 Principais doenças de origem alimentar

2.7.3 Políticas e Programas de Segurança Alimentar

2.7.4 A Política Nacional de Alimentação Escolar

3. AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS

3.1. Noções de Microbiologia de Alimentos

3.2. Boas Práticas de Fabricação aplicada a agroindústria de alimentos

3.3- Boas Práticas Agropecuárias na produção de matéria-prima aplicada a agroindústria de alimentos.

3.4-Projetos Agroindustriais

3.5-Leis sanitárias aplicadas a área de alimentos

3.6- Lei 19.476 e Decreto 45.821/2011

3.7- Rotulagem de Alimentos

4. HABITAÇÃO RURAL

4.1- Planejamento da habitação

4.2- Projetos de Habitação Rural

5. SANEAMENTO

5.1 Conceitos de meio ambiente.

5.2 Saneamento rural em nível domiciliar:

5.2.1. Água:

5.2.2 Tratamento em nível domiciliar;

5.2.3 Doenças

5.3 Resíduos Sólidos:

5.3.1 importância sanitária dos resíduos sólidos;

5.3.2 cuidados domésticos;

5.3.3 prevenção e controle de insetos, pragas e vetores.

5.4 Dejetos:

5.4.1. importância sanitária;

5.4.2. esgotos domésticos;

5.4.3. contaminação;

5.4.4. soluções domiciliares.

5.5. Educação Ambiental.

5.5.1 Legislação sobre Educação Ambiental;

5.5.2. Metodologias Aplicadas em Educação Ambiental.

6. ORGANIZAÇÃO E MERCADO

6.1. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO

6.1.1. Políticas públicas de apoio à comercialização de produtos e serviços da agricultura familiar

6.1.2. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA;

6.1.3. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE;

6.1.4. Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar;

6.1.5. Feiras Livres da Agricultura Familiar.

6.2. Gestão de negócios e agricultura familiar.

7. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

7.1. Fundamentos legais do associativismo.

7.2. Fundamentos legais do cooperativismo:

7.2.1. As sociedades cooperativas;

7.2.2. Objetivos e classificação das sociedades cooperativas;

7.2.3. As cooperativas de trabalho.

7.3 – Autogestão e cooperativismo.

8. ARTESANATO

8.1 Artesanato, design, cultura e desenvolvimento sustentável.

9. TURISMO RURAL

9.1 Noções básicas dos conceitos e tipologias de turismo no espaço rural;

9.2 Produtos e serviços do Turismo rural pertinentes ao trabalho de ATER (produção associada ao turismo).

10. AGROECOLOGIA

10.1 Conceituação, histórico e princípios da agroecologia.

10.2 Discussão da agroecologia como ferramenta da agricultura familiar e ATER capaz de viabilizar os serviços ambientais na recuperação de solos, da biodiversidade, do equilíbrio biológico em agroecossistemas, e na produção saudável de alimentos, fibras e matéria prima para energia.

Bibliografia sugerida:

1. METODOLOGIA DE ATER

GUIVANT, JULIA S. Sustentabilidade e Métodos Participativos: Os riscos dos pressupostos realistas. Estudos Sociedade e Agricultura. ISSN 1413-0580.N./ 19 outubro

2002.http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Julia%20S%20Guivant.pdf

GRAZIANO DA SILVA, J. O Novo Rural Brasileiro. (Coleção Pesquisas 1) Campinas,SP: Instituto de Economia/Unicamp, 1999.

http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1993. 152 p.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 96 p.

RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR. Belo Horizonte, março 2006. 134 p.

SEN, AMARTYA. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, 2010. Disponível em <https://profapatriamartinez.files.wordpress.com/2013/03/sen-desenvolvimento-como-liberdade.pdf>

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de ATER – PNATER. Brasília, maio 2004. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos

Ministério do Desenvolvimento Agrário. Lei nº 11.326, de 24 de julho DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimento. Onde encontrar: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm

Casa Civil. Lei de Ater nº 12.188/2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER. Disponível em: www.mda.gov.br/portal/institucional/novaleideater

2. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

BRASIL. Ministério da Saúde. Dicas em Saúde. Alimentos Funcionais. 2009. Brasília.

(disponível em http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/dicas/220_alimentos_funcionais.html)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2014. 2. ed. Brasília. 156 p.

(disponível http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf ou <http://migre.me/oZz1b>)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. 2011. Brasília, Caisan. 132 p. (disponível http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/Plano_Caisan.pdf)

BRASIL. LEI FEDERAL nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 19 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

SCHILLING, Magali. Qualidade em nutrição: métodos de melhorias contínuas ao alcance de indivíduos e coletividade. 3ª edição. São Paulo: Varela, 2008.

SILVA JR, Eneo Alves da. Manual de controle higiênico sanitário em serviços de alimentação. 7ª edição. Varela. 2014.

SILVA, Margarida Maria Santana, CAMPOS, Maria Tereza Fialho de Sousa. Segurança alimentar e nutricional na atenção básica a saúde. Viçosa: UFV, 2003. Capítulos 3, 7, 10 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17.

3. AGROINDÚSTRIA DE ALIMENTOS

SILVA JR, Eneo Alves da, Manual de controle Higiênico Sanitário de alimentos. Varela,1995.

Jay,James M. Microbiologia de Alimentos,Trad. Eduardo Cesar Tondo – et al.– 6 ed.– Porto Alegre:Artmed,2005.

Andrade , Nélio José de, 1952 Higiene na Indústria de Alimentos:Avaliação e Controle da Adesão e Formação de Biofilmes Bacterianos/Nélio José de Andrade São Paulo: Varela,2008. 400 p.:il Cap.4 e Cap.5

Resolução 10 do Ministério da Agricultura e Pecuária– MAPA

Portaria 275 /2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária– ANVISA

Legislações Estaduais aplicadas a agroindústria de pequeno porte– Lei.19476 de 2011,

Decreto 45821 de 2011, Lei 14185 de 2002

Rotulagem de Alimentos.. RDC 259,RDC 359, RDC360,Lei 10674 de 2003.

Projetos de empreendimentos agroindustriais:produtos de origem vegetal,volume 2/Carlos Arthur Barbosa da Silva,Aline Regina Fernandes,Viçosa:Ed.UFV,2005

Projetos de empreendimentos agroindustriais de origem animal/Carlos Arthur Barbosa da Silva,Aline Regina Fernandes,Viçosa; Ed.UFV;2003

Gomes,José Carlos –Legislação de Alimentos e Bebidas–3ªedição,rev. e ampl.–Viçosa- MG, ed .UFV, 2011.663p.

Recomendações básicas para a aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agricultura familiar//organizador, Fénelon do Nascimento Neto– Brasília, DF:243p.–(Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar)

4. HABITAÇÃO RURAL E SANEAMENTO

EVANGELISTA, José. Alimentos em estudo abrangente. 1ª edição. São Paulo. Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Atheneu – 1994 450 p.

SÁ, Neide Gaudenci. Nutrição e dietética. São Paulo: Nobel, 1986 174 p.

BARCELOS, Maria de Fátima Piccolo. Fundamentos Básicos em Nutrição Humana. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000 38 p.

www.fnnde.gov.br : Lei 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolucao do FNDE no 38, de 22 de julho de 2009.

<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/alimentacaoescolar>

http://www.fnnde.gov.br/pls/simad/internet_fnnde.liberacoes_01_pc.Valores (recursos do PNAE repassados para prefeituras e estado):www.consea.pr.gov.br, www.fomezero.gov.br, www.mds.gov.br,

CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL .Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional:2012/2015. Brasília, DF:MDS; Consea,2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2008-2009. Despesas, rendimentos e Condições de vida. Rio de Janeiro:Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística,2010.

INTITUTO FUNDAÇÃO BRASILEIRA DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabelas de composição QUÍMICA DOS ALIMENTOS. Estudo Nacional de despesa familiar. Rio de Janeiro:1977.

MINISTÉRIO DA SAÚDE- Secretaria de Atenção a Saúde – Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição – Guia Alimentar para a População Brasileira. Série A Normas e Manuais Técnicos – Brasília - : 2005

LOPES, Alyne de Resende Franco, MAIA, Mariza Silveira. Orientações Básicas para o trabalho com habitação rural. Belo Horizonte, EMATER MG,1995.

MINISTÉRIO DA SAÚDE – Fundação Nacional da Saúde – Departamento de Saneamento – Manual de Saúde. Brasília: 1999.

FUNASA. - Manual de Saneamento Orientações Técnicas, Brasília, 2009.

LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999- Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

5. ORGANIZAÇÃO E MERCADO

Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa! Disponível em:

http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/CARTILHA_PAA_FINAL.pdf. Acessado em: 13 de outubro de 2015.

Manual: Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar. Disponível em:

<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.

Decreto 46.712/2015. Disponível em: http://www.agricultura.mg.gov.br/images/DECRETO_N%C2%BA_46.pdf. Acessado em: 13 de outubro de 2015.

BADUE, A. F. E GOMES, F. F. F. Parceria entre Consumidores e Produtores na Organização de Feiras. São Paulo: Instituto Kairós, 2011. Disponível em: <http://institutokairos.net/wp-content/uploads/2012/04/Organizacao-de-Feiras.pdf>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. BATALHA, MO Gestão do agronegócio: textos selecionados. São Carlos: EdUFSCAR, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/02O122.pdf>. Acessado em: 13 de outubro de 2015.

6. ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO

Incisos XVII ao XXI do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 44, 45, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Lei 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Capítulos II e III da Lei 5.764/1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

Artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 7º da Lei 12.690/2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12690.htm. Acessado em 13 de outubro de 2015.

LECHAT, Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. In: Revista Katálisis, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v11n1/09.pdf>. Acessado em 13 de outubro de 2015.

7. ARTESANATO

www.eduardobarroso.com.br/design_artesanato.htm

Curso módulo I e módulo II

www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cdresumos/r1312-1 (14/10/2014)

Portaria nº29 de 05/10/2010 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MIDIC;

(Torna pública a base conceitual do artesanato brasileiro para padronizar e estabelecer os parâmetros de atuação do Programa do Artesanato Brasileiro PAB em todo o território nacional).

Portaria nº31 de 31/08/2011 do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior MIDIC;

(Torna pública o rol de técnicas de produção artesanal).

8. TURISMO RURAL

Manual para o desenvolvimento e a integração de atividades turísticas com foco na produção associada. - Brasília : Ministério do Turismo, 2011. 100p.:il.:28 cm www.turismo.gov.br/turismo/o_ministério/publicações

Turismo rural de desenvolvimento sustentável/Joaquim Anércio Almeida, José Marcos Frohlich, Mário Riedl (orgs.) - Campinas, SP: Papirus 2000. - (Coleção Turismo- 4ª edição)

III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável – CITURDES -2002 - A ação extensionista em turismo no ambiente rural. Cléa Venina Ruas Mendes Guimarães.

9. AGROECOLOGIA

AQUINO, A. M. de. ASSIS, R. L. Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater>

CAPORAL, F.R. COSTABEBER, J. A. AGROECOLOGIA E EXTENSÃO RURAL - Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, RS. 2004.

ANEXO VI

Modelos de declarações para requerimento de isenção da taxa de inscrição.

(a que se refere o item 8 e seus subitens deste Edital)

ATENÇÃO: NÃO DIGITAR OU XEROCAR. COPIAR OS MODELOS COMPLETOS DE PRÓPRIO PUNHO, DATAR E ASSINAR.

MODELO nº 1

REFERENTE À ALÍNEA “a” DO ITEM 7.8 DESTE EDITAL

À Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Taxa de Inscrição

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº, declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição do Concurso Público da EMATER-MG para o cargo de _____ - Edital nº 001/2015, que não tenho vínculo empregatício vigente registrado na CTPS.

Local: _____

Data: _____

Assinatura: _____

MODELO nº 2

REFERENTE À ALÍNEA “b” DO ITEM 7.10 DESTE EDITAL

À Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Taxa de Inscrição

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº , declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição do Concurso Público da EMATER-MG para o cargo de _____
- Edital nº 001/2015, que nunca tive vínculo estatutário com o Poder Público municipal, estadual ou federal.

Local: _____

Data: _____

Assinatura: _____

MODELO nº 3

REFERENTE À ALÍNEA “b” DO ITEM 7.11 DESTE EDITAL

À Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Taxa de Inscrição

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº
....., declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do
valor da taxa de inscrição do Concurso Público da EMATER-MG para o cargo de _____
- Edital nº 001/2015, que nunca tive contrato de prestação de serviços com o Poder
Público municipal, estadual ou federal.

Local: _____

Data: _____

Assinatura: _____

MODELO nº 4

REFERENTE À ALÍNEA “b” DO ITEM 7.12 DESTE EDITAL

À Comissão de Análise de Pedidos de Isenção do Valor da Taxa de Inscrição

Eu,(nome do candidato), portador do RG nºe inscrito no CPF sob o nº , declaro, sob as penas da lei, para fins de pedido de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição do Concurso Público da EMATER-MG para o cargo de _____ - Edital nº 001/2015, não auferir qualquer tipo de renda proveniente de atividade legalmente reconhecida como autônoma.

Local: _____

Data: _____

Assinatura: _____

ANEXO VII

Formulário padrão para recursos

RECURSO CONTRA: _____ (especificar conforme item 14.1 do Edital 001/2015)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do candidato: _____

Identidade: _____

CPF: _____

Número de Inscrição: _____

Cargo: _____

_____, ____ de ____ de ____

Localidade dia mês ano

Assinatura do Candidato

2. SOLICITAÇÃO DE RECURSO CONTRA _____(especificar conforme item 14.1 do Edital 001/2015)

À Fundação Renato Azeredo

Como candidato ao cargo de _____, solicito a revisão _____(especificar conforme item 14.1 do Edital 001/2015)

3. FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO

INSTRUÇÕES:

O candidato deverá:

- Informar a solicitação do tipo de recurso, de acordo com o item 14.1 do Edital 001/2015;
- Informar a solicitação da revisão, de acordo com o item 14.1 do Edital 001/2015;
- Digitar o recurso, em duas vias, de acordo com as especificações estabelecidas na alínea “a” do item 14.5 do Edital 001/2015;
- Usar um formulário de Solicitação de Recurso para cada questão de prova e ou gabarito em que solicitar revisão.
- A fundamentação deve ter argumentação lógica e ser baseada na bibliografia indicada neste Edital.

ATENÇÃO!

A inobservância de qualquer uma das instruções acima e das constantes no item 14 do Edital 001/2015 e seus respectivos subitens, resultará no indeferimento do recurso